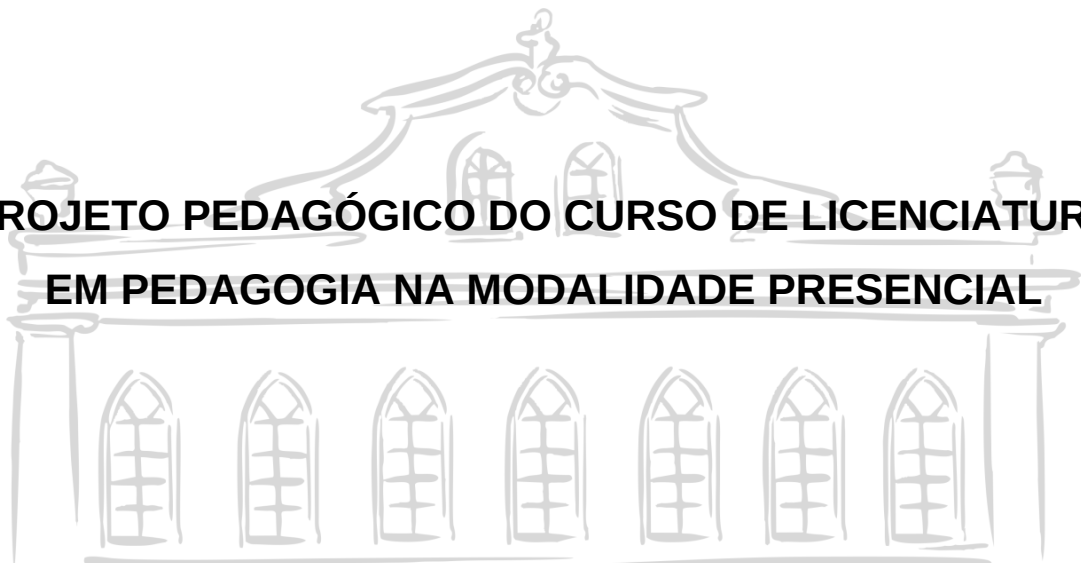


FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

FAESB



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM PEDAGOGIA NA MODALIDADE PRESENCIAL**

FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

VALENÇA - BA

2023

Faculdade de Educação Social da Bahia

CORPO GESTOR

Francisco Carlos De Aguiar Neto

Diretor Geral

Profa. Esp. Antonieta Profeta dos Santos

Coordenadora do Curso

***Comissão de Elaboração e Atualização do Projeto Pedagógico do
Curso***

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Profa. Esp. Antonieta Profeta dos Santos

Profa. Ma. Edmila Silva de Oliveira

Profa. Ma Elionice Carvalho Silva

Profa. Ma. Evanilda Teles dos Santos Pedrosa

Prof. Me Wagner Rocha Galvão

Prof. Dr. Jorge Henrique Valença Oliveira

<https://faculdefaesb.com.br/>

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdefaesb@gmail.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	08
1.1 Identificação da Mantenedora	08
1.2 Dirigente principal da Mantenedora	08
1.3 Identificação da Instituição Mantida	08
1.4 Dirigente principal da Mantida	08
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	09
2.1 Missão Institucional	12
2.2 Visão Institucional	12
2.3 Valores	12
2.4 Objetivos	13
3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	15
3.1 Denominação	15
3.2 Modalidade de Ensino	15
3.3 Modalidade de Oferta	15
3.4 Vagas Anuais	15
3.5 Turnos de Funcionamento	15
3.6 Nº de Alunos por Turma	15
3.7 Integralização	15
3.8 Carga Horária e Duração do Curso	15
3.9 Regime de Matrícula	16
3.10 Regime do Curso	16
3.11 Ato Autorizativo do Curso	16
3.12 Data de Início de Funcionamento	16
3.13 Base Legal	16
4 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	18
4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DE INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	18
4.1.1 A Região de inserção da IES e o Estado da Bahia: dados demográficos, sociais e econômicos	19
4.1.2 Educação no Estado da Bahia	21
4.1.3 Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação	24
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	24
4.3 OBJETIVOS DO CURSO	38
4.3.1 Objetivos Específicos	38
4.3.2 Objetivos do Curso: Relações com o contexto Educacional	42
4.3.3 Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso	43
4.3.4 Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais	44
4.3.5 Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso	44
4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	45
4.4.1 O Perfil Profissional do Egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia na da FAESB	45
4.4.2 As Competências e Habilidades do Egresso do Curso de Pedagogia da FAESB	46
4.4.3 Áreas de Atuação	51
4.4.4 Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes	52

Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia.....	52
4.4.5 Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais.....	52
4.4.6 Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho.....	55
4.5 FORMAS DE ACESSO.....	56
4.6 ESTRUTURA CURRICULAR.....	58
4.6.1 Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular.....	59
4.6.1.1 Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.....	60
4.6.1.2 Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos.....	61
4.6.2 Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação.....	61
4.6.2.1 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.....	62
4.6.2.2 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Núcleos de Fundamentação dos Cursos de Formação de Professores.....	63
4.6.2.3 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Pesquisa e Prática Pedagógica.....	67
4.6.4 Estrutura Curricular – Práticas de Extensão.....	69
4.6.5 Estrutura Curricular – Elementos Inovadores.....	69
4.6.6 Estrutura Curricular: Matriz do Curso de Licenciatura em Pedagogia.....	71
4.7 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	76
4.7.1 Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso.....	76
4.7.2 Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias.....	77
4.7.3 Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental.....	78
4.7.4 Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores.....	80
4.7.5 Conteúdos Curriculares: Ementas e Bibliografias do Curso.....	81
4.8 METODOLOGIA.....	150
4.8.1 A Acessibilidade Metodológica e a Autonomia de Aprendizado dos Alunos.....	154
4.8.2 Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores.....	156
4.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	159
4.9.1 Estágio Curricular Supervisionado: Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio.....	162
4.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	162
4.10.1 Estágio Curricular Supervisionado: Relação entre Licenciandos, Docentes e Supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica.....	162
4.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....	162
4.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES TEÓRICO PRÁTICA DE APROFUNDAMENTOS)	165
4.12.1 Atividades Complementares (Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos): Aderência à Formação Geral e Específica.....	167
4.12.2 Atividades Complementares (Atividades Teórico Prática de	

Aprofundamentos): Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos.....	168
4.13 O TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	170
4.13.1 O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC.....	172
4.14 APOIO AO DISCENTE.....	172
4.14.1 O Centro de Apoio ao Estudante – CAE.....	174
4.14.1.1 Ouvidoria.....	175
4.14.1.2 Atendimento Psicopedagógico.....	176
4.14.1.3 Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento.....	179
4.14.1.4 Programa de Nivelamento.....	181
4.14.1.5 Núcleo de Estágio e Carreira.....	184
4.14.1.6 Núcleo de Apoio Financeiro.....	186
4.14.1.7 Núcleo de Retenção.....	187
4.14.1.8 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos	188
4.14.1.9 Programa de Acompanhamento ao Egresso.....	189
4.15 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	190
4.15.1 Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Pedagogia.....	193
4.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	195
4.17 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	196
4.17.1 A Avaliação e a Autonomia do Aluno.....	197
4.17.2 A avaliação e a Disponibilização de Informações aos Discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem.....	198
4.18 NÚMERO DE VAGAS.....	200
4.18.1 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente.....	200
4.18.2 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica.....	202
4.19 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (OBRIGATÓRIO PARA LICENCIATURAS).....	203
4.20 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS.....	203
4.21 ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	204
5 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE.....	205
5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	205
5.1.1 NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC.....	207
5.1.2 NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte.....	208
5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	209
5.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO.....	214
5.3.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do (a) Coordenador (a)	214
5.4 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	214
5.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	217
5.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	218
5.6.1 Plano de Carreira Docente.....	219
5.6.2 Qualificação do Corpo Docente.....	219
5.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA....	220
5.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	220
5.9 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO OU EQUIVALENTE.....	221

5.10 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA....	223
6 DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA	224
6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	224
6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	225
6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	225
6.4 SALAS DE AULA.....	226
6.5 ACESSO DOS ALUNOS À EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	227
6.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR.....	228
6.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR.....	228
6.7.1 Biblioteca: Funcionamento e Estrutura.....	229
6.7.2 Biblioteca: Políticas do Acervo.....	229
6.7.3 Os Periódicos Especializados na Área do Curso.....	231
6.7.4 Política de Aquisição da IES.....	234
6.7.5 Consulta.....	235
6.7.6 Empréstimo.....	235
6.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	235
6.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	236
6.9.1 Infraestrutura e Serviços Oferecidos.....	237
6.9.2 Os Meios de Comunicação e Informação.....	239
6.9.3 Atendimento Prioritário.....	243
6.9.4 Tratamento Especial.....	243
7 ANEXOS	245
7.1 Regulamento das disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica.....	245
7.2 Regulamento Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos.....	258
7.3 Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Cursos de Licenciatura.....	273
7.4 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	285
7.5 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	302

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96) estabelece em seu art. 2º que a educação é dever da família e do Estado e tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No que tange à educação superior, em seu art. 45, a LDB destaca que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, tendo, dentre outras finalidades, “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”. (Art. 43, Inciso II).

Nesse contexto, a responsabilidade com a expansão e diversificação desse nível de ensino é estendida às instituições privadas, considerando que os investimentos no setor público estão cada vez mais concentrados na educação básica, ao mesmo tempo em que se assiste à implementação de um amplo sistema de avaliação para um maior controle da educação superior em constante expansão no setor privado.

O Plano Nacional da Educação, aprovado pela Lei 10172, de 09 de janeiro de 2001, estabelece como meta que, até o final da década (2010), a oferta de educação superior deverá atingir, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. Para tanto, seria necessário ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, “prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior”. Isso significa que 60% das vagas estariam sob a responsabilidade das instituições privadas, garantindo, inclusive, o acesso das minorias vítimas discriminação.

O Plano defende, ainda que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” e que, para tanto, o

apoio do poder público é decisivo para que as instituições possam exercer e desempenhar “a sua missão educacional, institucional e social”.

Apresentando-se como uma alternativa de desenvolvimento educacional e profissional para a comunidade regional, a Faculdade de Educação Social da Bahia - FAESB tem como meta oferecer cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, articulando ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com a formação do homem para a cidadania, tornando-o atuante no processo de transformação social. Com isso espera continuamente poder contribuir com a meta estabelecida pelas entidades governamentais, além de possibilitar o acesso das populações mais carentes e das regiões mais distantes a esse nível de ensino.

Foi nesse contexto e em consonância com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que a FAESB solicita o pedido de reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, cuja proposta pedagógica apresentamos neste Projeto, o que vem contribuir e assegurar, em seu contexto regional, o acesso dos estudantes, sem precisar se deslocar aos grandes centros, além de promover o desenvolvimento regional integrado do Município de Valença e regiões de seu entorno.

Dessa forma, a FAESB contribui, com esse Projeto Pedagógico, para uma sólida formação técnica, amparada no embasamento humanístico que proporcione uma visão abrangente da realidade em que seus egressos atuarão, além da percepção do vasto campo de atuação dos profissionais de educação, sobretudo daqueles que atenderão à rede básica de ensino.

1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

1.1 Identificação da Mantenedora

Mantenedora: Arque Consultoria Educacional LTDA - ME

CNPJ: 08.688.000/0001-38

Situada na Rua José Ricardo Queiroz Alves, Novo Horizonte, Valença - BA.

1.2 Dirigente principal da Mantenedora

Rosa Maria Fonseca Santos

1.3 Identificação da Instituição Mantida

Faculdade de Educação Social da Bahia - FAESB

Situada na Rua José Ricardo Queiroz Alves, Novo Horizonte, Valença - BA

<https://faculdefaesb.com.br/>

1.4 Dirigente principal da Mantida

Francisco Carlos de Aguiar Neto

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O projeto da FAESB objetiva promover o acesso às ferramentas de ensino e aprendizagem para uma melhor compreensão da cultura local e o debate crítico e analítico das manifestações de saberes em todos os níveis e formas.

A ARQUE foi criada em 2007, em Valença-BA, com o objetivo futuro, que agora chegou, de ofertar educação superior, graduação e pós-graduação; projetos sociais e educativos, cursos de qualificação profissional, preparação para concursos, entre outros. A ARQUE pretende atuar na Região do Baixo Sul, nas cidades de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.

Atualmente oferece cursos preparatórios para concursos para Agente e Escrivão da Polícia Civil da Bahia, e para a carreira do magistério público do estado da Bahia e dos municípios.

Além dos cursos oferecidos, a ARQUE realiza, regularmente, simpósios, encontros acadêmicos e seminários voltados à discussão de temáticas relevantes para as questões municipais, com destaque para o campo da educação e da segurança pública.

Vale destacar ainda o trabalho que vem sendo desenvolvido pela ARQUE com relação a projetos sociais, cujos impactos vem sendo destacados regionalmente.

A ARQUE desenvolve o projeto social “Respeito Acima de Tudo” que visa proporcionar a crianças, jovens e adultos a educação por meio do esporte. Por meio das aulas de Karatê os alunos estudam a filosofia oriental de *Senshim Funacoshi Jeshim* que é baseado no respeito aos mais velhos, convivência em sociedade, urbanidade e respeito ao coletivo.

Desta forma, os alunos além de praticar um esporte estudam a filosofia oriental com o escopo do desenvolvimento e formação da cidadania. Este projeto existe desde 2007 e vários alunos além da formação cidadã, também galgaram títulos importantes no estado, como o de campeão baiano, e na região como o de campeão norte e nordeste de Karatê, o que, com certeza, estimula o sentimento de equipe, a colaboração e a solidariedade.

A ARQUE desenvolve, também, o projeto “Ser Feliz” que tem como objetivo transformar bicicletas velhas que são jogadas no ferro velho, ou apreendidas nas delegacias, em cadeiras de roda para deficientes físicos, a partir do que são doadas a Instituições em parceria com a delegacia regional de Valença, com a Associação dos Policiais Civis da Costa do Dendê e com outras instituições voltadas para a solução de problemas sociais.

Quanto a Faculdade de Educação Social da Bahia, esta protocolou o seu processo de credenciamento no ano de 2017, junto a este processo pediu a autorização dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração, após passar por todos os processos regulatórios e de análise, a FAESB conquista no ano de 2019 a sua portaria de credenciamento sob o número 1.039, do dia 30 de maio de 2019, já as portarias de autorização dos cursos correspondem a 316 de 01 de julho de 2019, tendo suas ofertas sido iniciadas no ano de 2020.

Figura 1 - Visão Externa e auditório. FAESB - Valença - BA.



Fonte: Arquivo Institucional.

Atualmente, a IES está estabelecida no novo horizonte da cidade de Valença - BA, possui seus vários departamentos, salas, laboratórios e uma clínica escola que atende a toda a comunidade carente do entorno no município, tornando-se referência como instituição socialmente responsável.

Desse modo, pode-se afirmar categoricamente que a FAESB já é uma história singular de sucesso, pois nasceu em um viés de gestão séria, da iniciativa privada, mas com seus fins públicos, pois tudo na instituição é centrado na meta de construir uma IES que ofereça cursos de graduação e pós-graduação às diversas classes de cidadãos para que se insiram e/ou retornem ao mercado de trabalho cientes de seus papéis como seres sociais e históricos, ou seja, capazes de mudar as suas histórias, bem como da sociedade em que se inserem, seja em nível local ou global.

Todo esse desenrolar histórico e social da FAESB advém da forte convicção dos gestores da IES de que uma Instituição de Ensino Superior séria e dedicada a mudar a realidade em que se insere, faz-se sempre permanentemente necessária para o desenvolvimento não apenas social e econômico da sociedade, pois por tratar-se de uma prestação de serviços que forma profissionais que se destacam no contexto social, fornecerá sempre à sociedade agentes de equilíbrio e transformação positiva da realidade social.

2.1 Missão Institucional

A Faculdade de Educação Social da Bahia - FAESB tem por missão: ***Ofertar educação com qualidade, enfrentando os desafios e paradigmas contemporâneos, intervindo ativamente na melhoria da sociedade.***

2.2 Visão Institucional

Ser uma instituição de ensino superior de qualidade, promovendo ativamente melhoria da sociedade.

2.3 Valores

- Aluno – Porque ele é a razão de ser da FAESB.
- Professor – Porque ele é o meio para efetivar a razão de ser da FAESB.
- Educação – Porque temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país.
- Homem – Porque ele constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior.
- Ética – Porque ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa.
- Excelência – Porque ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos.
- Empreendedorismo – Porque é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente
- Inovação – Porque ela é a chave para o desenvolvimento pela educação
- Sustentabilidade – Porque o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social.

Faculdade de Educação Social da Bahia

2.4 Objetivos

- I. Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para

a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus respectivos setores;

III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IV. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII. Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;

VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

IX. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FAESB, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão;

X. Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão contínua na FAESB.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

3.1 Denominação

Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia

3.2 Modalidade de Ensino

Licenciatura

3.3 Modalidade de Oferta

Presencial

3.4 Vagas Anuais

200

3.5 Turnos de Funcionamento

Matutino e noturno

3.6 Nº de Alunos por Turma

40 (quarenta)

3.7 Integralização

Mínimo de 08 (oito) semestres e máximo de 16 (dezesseis) semestres.

3.8 Carga Horária e Duração do Curso

3.200 – 4 anos

3.9 Regime de Matrícula

Semestral

3.10 Regime do Curso

Semestral

3.11 Ato Autorizativo do Curso

Portaria nº 316, de 01 de Julho de 2019.

3.12 Data de Início de Funcionamento

15/07/2019

3.13 Base Legal

O Projeto Pedagógico do Curso foi concebido com base na Lei nº 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Dec. 5.773/2006; na Resolução CNE/CES nº. 02/2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que trata da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras e dos estágios à Lei 11.788/2008. A infraestrutura institucional apresenta plenas condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº. 5.296/2004. Atende as diretrizes das resoluções e legislações:

> Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 e Resolução Nº 1, de 4 de Outubro de 2022 e Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006;

> Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena);

- > As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);
- > Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- > As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018

Índices	
CC	3 (2019)



4 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DE INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação Social da Bahia, foi autorizado por meio de um processo de autorização vinculada a credenciamento, pela Portaria Ministerial nº 316, de 01 de Julho de 2019, o que justifica por si só a necessária atualização deste projeto pedagógico.

Há que se destacar que a oferta deste curso superior de graduação se estabelece considerando as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE que prevê uma política de expansão do ensino superior que diminua as desigualdades de ofertas existentes entre as diferentes regiões do país.

Da mesma forma, em nível institucional, há que se considerar o plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da FAESB que prevê, desde sua constituição, uma necessária expansão de cursos em nível superior para preencher lacunas sociais na região atendida pela IES.

A partir desse contexto os idealizadores da IES realizaram um estudo de mercado, estratégia utilizada no período do protocolo do curso para a Autorização (2019), buscando determinar quais as necessidades prementes em nível superior necessárias ao contexto local e Global da IES.

Dessa forma, a partir dos dados estatísticos advindos do estudo mercadológico e da Educação na sua região de inserção, a IES decidiu ofertar o curso de Licenciatura em Pedagogia, considerando as necessidades e demandas econômicas, socioculturais, educacionais e ambientais em nível local e regional, conforme listaremos a seguir.

4.1.1 A Região de inserção da IES e o Estado da Bahia: dados demográficos, sociais e econômicos.

A Faculdade de Educação Social da Bahia - FAESB está localizada em Valença, e é um município brasileiro do estado da Bahia. Localiza-se no litoral do estado da Bahia, o município pertence às Regiões Geográficas Intermediária de Santo Antônio de Jesus e Imediata de Valença. Possui uma população estimada de 97.873 mil habitantes¹, distribuídos em 1.123,975 km². Valença foi criada inicialmente como distrito subordinado a Cairu, com a denominação de Santíssimo Coração de Jesus de Valença, elevando-se à condição de vila pela Carta Régia de 23 de janeiro de 1799 e instalando-se a 10 de julho do mesmo ano. Pela lei provincial nº 300, de 23 de maio de 1848, é criado o distrito de Guerém, sendo a vila elevada à categoria de cidade pela lei provincial nº 368, 10 de novembro de 1849, recebendo então a denominação de Valença. Nas décadas seguintes foram criados os distritos de Maricoabo (antigo São Félix de Maricoabo, pela lei provincial nº 2.288, de 27 de maio de 1882), Serra Grande (1911) e Guaibim (1999).²

Tabela 1 - Comparação demográfica entre Valença e demais municípios da Microrregião de Valença

Município	Área (km ²)	População (estimado 2021)	IDH (2010)	PIB (2019)
Cairu	448,846 km ²	18.666	0,627	58.268,71 R\$
Camamu	839,702 km ²	35.444	0,565	10.176,51R\$
Igrapiúna	591,312 km ²	12.963	0,574	12.199,96R\$
Ituberá	415,428 km ²	28.870	0,682	11.202,76 R\$
Maraú	848,885 km ²	20.664	0,593	12.155,80 R\$
Nilo Peçanha	388,936 km	14.156	0,547	9.997,90 R\$
Piraí do Norte	193,427 km ²	10.050	0,533	9.367,37R\$
Presidente	441,820 km ²	28.272	0,559	9.664,76 R\$

¹ Fonte: IBGE 2021

² Fonte: Site da Prefeitura de Valença – BA - <https://valenca.ba.gov.br/historia>

Tancredo Neves				
Taperoá	454,081 km ²	21.421	0,566	8.471,96 R\$
Valença	1.123,975 km ²	97.873	0,623	16.346,46 R\$

Fonte: IBGE

Assim, considerando o curso de Pedagogia da FAESB, pode-se afirmar categoricamente que ele atende não somente ao município de Valença, mas a toda a microrregião de Valença, que é composta de 10 municípios com realidades diversas em todas as áreas.

Com uma área de 564.760,429 km², com 417 municípios, dentre os estados nordestinos, a Bahia representa a maior extensão territorial, a maior população, o maior produto interno bruto e o maior número de municípios.

Na última década, mesmo em meio a uma crise econômica que ainda perdura no Brasil, temos visto um crescimento além do esperado na região nordeste do Brasil, em especial no Estado da Bahia, na sua capital Salvador. Esse crescimento dá-se principalmente a partir do investimento de indústrias de grande porte e de médias e grandes empresas que têm se instalado no estado devido a incentivos fiscais e outros aspectos demográficos que instituem o crescimento relevante observado.

No entanto, as mazelas criadas pelo desemprego e pelo retrocesso social estabelecidos pela Pandemia do COVID-19 ainda não são passíveis de verificação dos seus resultados.

Por outro lado, a Bahia tem registrado crescimento acima da média brasileira. No segundo trimestre de 2022, expandiu cerca de 4,8%, segundo cálculos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Totalizando aproximadamente R\$109,2 bilhões, cerca de 90% são referentes ao Valor Adicionado (VA) e demais valores é aos Impostos sobre produtos líquidos de Subsídios. Alguns dos grandes setores relacionados ao VA, é o setor da

agropecuária, com aproximadamente R\$22,3 bilhões, e o de serviços com R\$53,8 bilhões.

4.1.2 Educação no Estado da Bahia

O estado da Bahia ocupa atualmente as últimas posições de acordo com as notas no Índice de

O Índice engloba dados da Educação Infantil ao Ensino Médio de todas as redes educacionais que estão presentes no município: estadual, municipal e privada. Para compor o modelo, foi observada a relação entre três fatores: indicadores de resultado educacional, indicadores de insumos e processos educacionais e também controle de background familiar.

Como pode ser verificado abaixo, informações disponibilizadas no site do Inep.



Ministério da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais

Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB por regiões geográficas, unidades da federação e rede de ensino - 2021.

Região/ Unidade da Federação	Rede	Taxa de Aprovação - 2021							Nota SAEB - 2021			IDEB 2021 (N x P)
		1º ao 5º ano	1º	2º	3º	4º	5º	Indicador de Rendimento (P)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)	
Bahia	Total	95,0	98,1	97,3	93,8	92,8	93,8	0,95	205,76	199,31	5,52	5,2
Bahia	Pública	94,3	98,0	97,0	92,8	91,7	92,8	0,94	196,34	190,30	5,18	4,9
Bahia	Privada	99,0	98,5	99,1	99,2	99,2	99,2	0,99	237,54	229,71	6,68	6,6
Bahia	Estadual	96,9	95,7	96,7	97,5	96,2	98,3	0,97	219,32	219,38	6,14	6,0

Fonte: MEC/Inep



Ministério da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ensino Fundamental Regular - Anos Finais

Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB por regiões geográficas, unidades da federação e rede de ensino - 2021.

Região/ Unidade da Federação	Rede	Taxa de Aprovação - 2021						Nota SAEB - 2021			IDEB 2021 (N x P)
		6º a 9º ano	6º	7º	8º	9º	Indicador de Rendimento (P)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)	
Bahia	Total	90,7	91,2	88,9	90,5	92,5	0,91	245,07	249,43	4,91	4,5
Bahia	Pública	89,6	90,0	87,8	89,5	91,7	0,90	238,16	243,17	4,69	4,2
Bahia	Privada	98,3	98,5	98,1	98,1	98,4	0,98	281,08	282,10	6,05	5,9
Bahia	Estadual	94,3	96,2	93,7	94,0	94,3	0,95	238,16	244,52	4,71	4,5

Fonte: MEC/Inep.

Ensino Médio Regular

Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB por regiões geográficas, unidades da federação e rede de ensino - 2021.

Região/ Unidade da Federação	Rede	Taxa de Aprovação - 2021						Nota SAEB - 2021			IDEB 2021 (N x P)
		Total	1ª	2ª	3ª	4ª	Indicador de Rendimento (P)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)	
Bahia	Total	88,2	90,2	86,4	87,7	89,9	0,89	251,55	258,78	4,10	3,6
Bahia	Privada	98,0	98,0	97,9	99,1	82,4	0,94	310,45	309,91	5,69	5,3
Bahia	Estadual	87,4	89,7	85,3	86,8	91,7	0,88	246,49	254,39	3,96	3,5

Fonte: MEC/Inep.

No município de Valença, que possui aproximadamente 160 escolas divididas em públicas e privadas, em 2021 atingiu os seguintes números:

Rede Pública de Ensino:

	IDEB	Meta
Anos Iniciais	4,8	5,1
Anos Finais	4,4	4,8
Ensino Médio	-	-

Diante do exposto a FAESB, almeja modificar a situação do município de Valença, consequentemente a situação do Estado da Bahia.

4.1.3 Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação

Conforme já destacamos, é inegável que a iniciativa de manter a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia na região da FAESB, advém, *a priori*, da perspectiva de diminuir as diferenças marcantes entre os números de formados entre as regiões brasileiras, em especial de regiões Norte e Nordeste que

estiveram durante décadas atrasadas em termos de acesso ao Ensino Superior e ausência de políticas públicas de inclusão universitária.

Trata-se, portanto, das prerrogativas da democratização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A ampliação da oferta de cursos de graduação é importante porque possibilita uma maior visão política e cidadã, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, conseqüentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área da iniciativa pública, os investimentos na criação de cursos de Licenciatura em Pedagogia em Universidades Públicas nos últimos anos não comportou tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de ampliação da oferta do ensino superior que cresceu muito na última década, estamos ainda bem longe da meta de 40% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 21%).

Assim, pode-se afirmar que o curso de Pedagogia da FAESB teve em sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma centrado na concentração de profissionais especializados da área relegados apenas às determinadas regiões do país, mas viabilizar a oportunidade

de acesso ao campo de trabalho, como um direito à cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de Pedagogia entre as diferentes regiões do país.

Por fim, vale ressaltar também a consciência plena da IES acerca do perfil do seu ingressante no Curso de Pedagogia: sediado em uma região de claras desigualdades sociais, o curso de Pedagogia da FAESB não se constitui apenas como um instrumento para formar Pedagogos, mas como um meio pelo qual se é possível diminuir a distância entre os cidadãos e a educação e interferir positivamente na sociedade e no ambiente em que se constitui o próprio curso, efetivando assim o Estado Democrático de direito e o acesso à educação superior e à todas as profissões e cargos, a que todos os cidadãos almejam e têm igual direito.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Somos plenamente sabedores de que ao se tratar da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, o desafio não está em estabelecer cada um dos componentes em questão, afinal toda e qualquer instituição de ensino facilmente promove cada uma dessas ações institucionais com facilidade.

No entanto, o desafio está em dissociar esses elementos durante o percurso de formação.

Assim, a FAESB criou ferramentas que possibilitam o diálogo entre o ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão de modo que cada um deles não se torne um fim em si.

Nesse contexto, o currículo do curso não pode ser vislumbrado como pequenas “caixas de conhecimento” organizadas, mas como um processo de formação em que mecanismos de diálogo se estabelecem junto aos conhecimentos

necessários à formação. Logo, tudo isso deve estar concebido dentro da própria matriz curricular de cada curso.

Assim, vale ressaltar que a atualização deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FAESB, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o acadêmico, definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão que sustenta o cumprimento da missão institucional e social da FAESB.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde *"todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer"*. Assim, o futuro Pedagogo, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz.

Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC aborda situações didáticas em que seus futuros educadores coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO:

A interação, a comunicação, a relação indissociável teoria-prática e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação do ensino na área da Formação de Professores para a Educação Básica, buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade, pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere também ao uso de recursos tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, bem como o desenvolvimento de visitas à instituições de ensino, órgãos públicos de educação, ONG's que desenvolvem práticas de ensino junto à comunidade etc., além do desenvolvimento de atividades que associem ao ensino as monitorias, programas de iniciação científica, atividades complementares e programas de extensão, jornadas acadêmicas e outras atividades associadas direta e indiretamente ao ensino.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação no mercado deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação da mão-de-obra regional, reverter-se também na consolidação do nome da Instituição junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A FAESB entende que um programa de pós-graduação, contém um conjunto de disciplinas comuns, definidas como aquelas que vão garantir o suporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Em continuidade ao aprofundamento propiciado pelas disciplinas, o plano de estudos do pós-graduando inclui atividades orientadas.

Dessa forma, há que se destacar que, visando constituir em sua plenitude a perspectiva acerca da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a IES oferta desde a sua implantação programas de pós-graduação lato sensu, buscando também oportunizar a comunidade a formação continuada.

Ressalte-se que a FAESB ultrapassa os limites da sua obrigação como IES ao incentivar e criar mecanismos para a formação de pesquisadores, afinal isso já começa a se constituir no tenro momento da graduação quando é oferecido aos alunos um programa institucional de bolsas de iniciação científica.

A pós-graduação “Lato Sensu” tem por elemento definidor o aprofundamento da formação inicial. Assim posto, pode-se afirmar que o curso de pós-graduação “Lato Sensu” estabelece o ensino como objetivo a ser alcançado e garante a assimilação dos procedimentos e/ou resultados do avanço na produção científica,

ajustando seu perfil às mudanças operadas na profissionalização. O Projeto da FAESB afirma que a pós-graduação “Lato Sensu” está focada à especialização e formação continuada nas diversas áreas da graduação.

Ademais, o oferecimento de cursos de pós-graduação se institui também como um espaço necessário para o acompanhamento e qualificação do egresso.

A seguir apresentamos a divulgação das pós-graduações da FAESB:



The image shows an Instagram post from the account 'faculdefaesb'. The post features a promotional graphic for the FAESB Postgraduate Program. The graphic is dark blue with white and yellow text. It includes the FAESB logo at the top, a circular 'AUTORIZADO PELO MEC' seal, and the text 'PÓS GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO'. Below this, it lists several areas of specialization: 'ESCOLHA A SUA ÁREA DE ATUAÇÃO', 'EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA', 'EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS', 'EDUCAÇÃO INFANTIL', 'GESTÃO E COORD. PEDAGÓGICA', 'DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR', and 'EDUCAÇÃO DO CAMPO'. At the bottom of the graphic, it says 'AGENTE' and provides contact information: 'INFORMAÇÕES (75) 9 8883-2009'. The Instagram post itself shows the profile of 'faculdefaesb' with a bio that says 'Faculdade FAESB - Ed. Paço Imperial'. The post text reads: 'A única pós-graduação que você já sai com Livro Publicado. Na FAESB você sai como Especialista e de presente, como Autor(a) de Livro.' It includes the hashtags #SouMaisPósFAESB, #PósGraduaçãoFAESB, and #VemPraFAESB. There is a comment from 'sannyborges_' saying 'Na FAESB seu futuro está em boas mãos! #correpraca #vempraFAESB' and a caption that says 'Curtido por prof.francisoneto e outras pessoas MAIO 11'.

Fonte: https://www.instagram.com/p/CsFr4VbMj_p/

AMOSTRA DAS PÓS-GRADUAÇÕES:

- ✓ PÓS INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO
- ✓ PÓS INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO FÍSICA

- ✓ PÓS EM FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES EM LIBRAS
- ✓ PÓS EM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA
- ✓ PÓS EM NEUROPSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL
- ✓ PÓS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
- ✓ PÓS INTERDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO PARA O CURSO:

Estabelecida no âmbito do PPI da IES, as atividades de extensão em Pedagogia se constituem de uma maneira diferenciada dos demais cursos da IES, afinal as expectativas do curso para ações extensionistas estão intimamente ligadas às necessidades da educação local.

Além disso, os cursos de extensão que são privilegiados são aqueles que devem auxiliar na capacitação dos futuros professores a partir dos serviços prestados pela brinquedoteca, a título de exemplo.

Como não é de bom tom engessar tais atividades, o Projeto Pedagógico aponta para o momento em que devem ser efetivadas as atividades e traz “sugestões” de aplicação, considerando as competências e habilidades que o aluno possui naquele momento.

Assim, pode-se afirmar categoricamente que o curso faz um vínculo concreto entre o Ensino e a Extensão, a partir do momento em que sugere a aplicação dos conhecimentos aprendidos pelos alunos para a comunidade da região de inserção, bem como promove a pesquisa (iniciação científica), pois abre espaços para que os alunos investiguem a realidade em que se inserem e promovam discussões e debates sobre o seu contexto social.

Desse modo, conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica universitária para construir um rol de conhecimentos úteis ao profissional de Pedagogia.

A extensão universitária é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade.

As atividades de Extensão são desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas e, em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral, uma vez que a IES e o NDE entendem que há uma contribuição mútua com essa interação com a comunidade;
- As sugestões inseridas em cada conteúdo programático e que consideram o que o aluno já apreendeu.
- O estímulo a Interdisciplinaridade;

Os projetos são utilizados no processo de autoavaliação do curso, assim como o desempenho das atividades realizadas, visando melhoria contínua deste Projeto Pedagógico, para que possam promover, diversas formas de conceber práticas inovadoras e manter-se em constante atualização.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA (INICIAÇÃO CIENTÍFICA) PARA O CURSO:

Quanto à pesquisa, é prática da Faculdade de Educação Social da Bahia constituir projetos de iniciação científica com alunos e professores. Assim, para o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia a IES privilegia as investigações em termos da educação básica que estejam em sintonia com os problemas das escolas locais.

Incentiva a participação em projetos desse gênero tanto a alunos quanto aos professores do curso.

Observa-se, ainda, a existência de normas específicas para a iniciação científica, prevendo a publicação dos resultados das pesquisas no formato de artigos em revistas acadêmicas e nos simpósios de iniciação científica que são promovidos pela IES. Assim, a programação e o procedimento das pesquisas na instituição obedecem à resolução que discorre sobre tal assunto.

Vale destacar também que a IES possui uma revista com ISSN, a fim de fomentar um espaço para a discussão dos rumos da educação em um nível tanto regional quanto global, pois se trata de um periódico em uma perspectiva multidisciplinar e que envolva tanto docentes quanto discentes, além de setores da sociedade civil.

INDISSOCIABILIDADE ENTRE O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

Ao conceber e promover o processo formativo do seu Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, a Faculdade de Educação Social da Bahia almejou atender aos mais elevados padrões de ensino, capazes de garantir o sucesso de seus egressos, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Nessa perspectiva, a partir do seu currículo e das ações constantemente promovidas no âmbito do curso, este Projeto Pedagógico tem o propósito de constituir um processo formativo capaz de estabelecer profissionais generalistas, com uma base de conteúdo que permita o uso de ferramentas inerentes à atividade

profissional, para ser um professor nos estágios iniciais de profissionalização e naqueles que, já tendo vencido as barreiras inerentes ao mercado, despoem para um novo patamar de competitividade.

Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica escolar para construir um *rol* de conhecimentos úteis ao profissional.

Nessa perspectiva de ensino, os atores do processo não se limitam única e exclusivamente em disseminar e apreender os conhecimentos necessários para a formação profissional, afinal trata-se da construção do homem como ser social e histórico com capacidade de intervir na sua própria realidade. Do mesmo modo, além da busca constante pela qualificação docente para a mediação dos conhecimentos, faz-se necessário que o ensino não se constitua de maneira fragmentada, mas a partir do princípio dialógico.

Assim, como já apontamos estabelecida a partir das concepções político-pedagógicas no PDI e PPI da Faculdade de Educação Social da Bahia, a pesquisa/iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e o Curso pretendem firmar na comunidade e região. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil.

A extensão universitária, como anteriormente apontada, é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade. As atividades de Extensão são desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas no regimento da instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento e PDI;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;
- As obrigações financeiras e as responsabilidades de cada envolvido;
- As orientações gerais para apresentação de proposta de curso de extensão.

As atividades de pesquisa e extensão, bem como seus coordenadores, estão integrados, pois a ação de um reflete na necessidade do outro. A programação e o procedimento de ambas na instituição obedecem às resoluções que discorrem sobre elas e as normatizam.

Dessa forma, a partir das reflexões postuladas acima, definiu-se uma concepção teórico-metodológica para o Curso articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o projeto pedagógico.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares estabelecidas em lei, a saber:

- a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágios, atividades complementares, etc.;
- b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará;

- c) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;
- d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- e) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- f) Respeito à ética profissional;
- g) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso adota a concepção da formação profissional que interagem teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação, voltado para:

- a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade profissional e buscar alternativas para os problemas concretos;
- b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à profissão;
- c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma *práxis* social nas dimensões técnica e ético-política;
- d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.

Para constituir essa prática formativa, a Coordenação e o NDE do Curso constituíram as concepções do curso a partir dos objetivos delineados a seguir.

LINHAS DE PESQUISA:

A linha de pesquisa é uma concentração de domínios temáticos que se apoiam em conceitos que possuem pontos que se assemelham e/ou se completam. São temas agrupados, que concentram saberes e que delimitam conceitos teóricos propostos por um processo de pesquisa, sem restringir o potencial de alcance, os rumos, que a pesquisa seja capaz de projetar. Com isso, cada linha de pesquisa pode ser composta por diversos projetos que estejam dentro de seus interesses de estudos (BRASIL, I PNPG, 1975) .

As três linhas de pesquisa da Faculdade FAESB conciliam e entrelaçam aspectos enriquecedores, que se fortalecem com a discussão ampliada de questões que se encontram intrinsecamente relacionadas:

- Linha de Pesquisa I: Educação Ambiental, Diversidade e Inclusão no Espaço Escolar

Professora Responsável: Prof^a Me. Elionice Carvalho Silva

Temas complementares que abrangem os conhecimentos da Educação Ambiental no sentido de preservação e adequação de ambientes saudáveis, que garantam qualidade de vida para todas as pessoas, sem distinção de raça, cor, condições físicas e limitações, a nível de desenvolvimento mental. Sobre diversidade temos a acessibilidade, que é a adaptação de um ambiente livre e acessível, sem barreiras estruturais, às pessoas que apresentam dificuldades de locomoção, por se encontrarem em situações especiais e que merecem atenção e cuidado, assim como os indivíduos deficientes físicos, com transtornos diversos e pessoas com diferentes dificuldades cognitivas que interferem na aprendizagem dentro do espaço escolar, sendo que este necessita ser investigado para ser adaptado desde as estruturas físicas, passando por conhecimentos psicológicos,

neurobiológicos que envolvem a Neurociência e a Neuroeducação, alcançando aspectos das políticas públicas.

- Linha de Pesquisa II: Saúde, Direitos Humanos e Ética

Professor Responsável: Profº Dr. Francisco Carlos De Aguiar Neto

Temas atuais que implicam estudos da nossa contemporaneidade, os quais estimulam a construção de conhecimentos científicos em torno da saúde física e mental de crianças, jovens, adultos e idosos. A saúde é uma área que apresenta informações inovadoras, desde a solução para um difícil diagnóstico que afeta o ser humano na sua aprendizagem até a compreensão de características da diversidade de orientações sexuais existentes. O Bournout, a ansiedade, a depressão, as diferentes síndromes causadas pelo estresse se agravam nas diversas instancias de trabalho e convivência humana. Saúde, Direitos Humanos e Ética, são áreas de conhecimentos que objetivam abordar o direito de toda pessoa de ir e vir e de viver em sociedades permeadas pelo respeito ao próprio ser humano com uma qualidade de vida que permita a uma sobrevivência saudável. São aspectos que possuem estreitas semelhanças as quais fundamentaram projetos, trabalhos e ações de pesquisas voltadas para o bem estar social de todos, apoiados em documentos oficiais que garantem direitos a vida e a justiça social.

Faculdade de Educação Social da Bahia

- Linha de Pesquisa III: Cultura, Novas Tecnologias e Empreendedorismo

Professor Responsável: Profº Dr. Jorge Henrique Valença Oliveira

Temas unidos por uma interseção significativa em nossa contemporaneidade. A cultura é dinâmica, viva e está presente em todos os grupos humanos, assim como, em suas relações que acontecem no presente e

reverberam nas perspectivas de futuras. A humanidade é marcada pela organização da vida social, pela apropriação dos recursos naturais e transformação dos mesmos. Estas questões perpassam pelas novas tecnologias que já se encontram presentes em todos os âmbitos de desenvolvimento da sociedade e pelo empreendedorismo, o qual é impulsionado pelas novas tecnologias na resolução de problemas que vão, desde o conhecimento da cultura e do potencial humano, passando pela organização, estruturação e administração de grandes e pequenos negócios. Acredita-se que esta terceira linha de pesquisa será um espaço de ricas discussões, debates e produções que irão contribuir para os novos paradigmas de estudos do século XXI e à convivência de docentes e discentes da Faculdade FAESB.

4.3 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação Social da Bahia tem como objetivo geral formar pedagogos para o exercício das funções de docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), na área de serviços e apoio escolar, organização e gestão educacional da Educação Básica.

Faculdade de Educação Social da Bahia

4.3.1 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, o Curso se propõe a formar o Pedagogo capaz de:

- Formar professores que compreendam o processo histórico-social no qual estão inseridos e que busquem um papel atuante na transformação educacional e social;

- Formar pedagogos cientes de suas responsabilidades frente aos anseios socioeconômicos, ambientais, culturais e educacionais da sociedade;
- Formar pedagogos que compreendam a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção, a partir da compreensão dos aspectos filosóficos, sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais, que a configuram e a condicionam;
- Formar professores que possibilitem um ensino participativo, pelo uso intensivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC;
- Formar professores que atuem em áreas emergentes no campo da educação, em função dos avanços teóricos e tecnológicos;
- Formar profissionais com habilidades teórico metodológicas, técnico-operativas e ético políticas comprometidos com os valores e princípios norteadores da docência;
- Analisar e implementar as práticas educativas em espaços escolares e não escolares;
- Formar professores críticos e competentes capazes de formular propostas que façam frente à educação e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam;
- Formar professores capazes de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas educacionais;
- Estimular a atitude investigativa como princípio, de modo a aprender, demonstrar e intervir junto aos fenômenos da realidade educacional;
- Instrumentalizar o acadêmico para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Concorrer para o desenvolvimento do exercício da cidadania e do processo de democratização da educação brasileira;

- Contribuir para o desenvolvimento da região de inserção, mediante políticas educacionais e o empenho profissional para a melhoria qualitativa da educação nessas comunidades;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre as instituições educativas, as famílias e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, pessoas com deficiência, orientações sexuais, entre outras;
- Efetivar e fomentar a plena defesa dos Direitos Humanos;
- Prestar serviços educacionais, democratizando o saber e as possibilidades sociais à comunidade carente de forma a defender seus direitos fundamentais;
- Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação;
- Capacitar o egresso a assumir posições de liderança escolar e comunitária, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;
- Fornecer ferramentas para o planejamento e desenvolvimento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área da educação;
- Dominar a leitura, a escrita e a interpretação como ferramentas de melhoria da educação e da profissão;
- Dominar os conhecimentos gerais, políticos e sociais referentes ao mundo globalizado como forma de interagir e argumentar política e socialmente;

- Efetivar o domínio das ferramentas de comunicação e informação por meio dos avanços tecnológicos e aplica-los nos ambientes escolares e não escolares;
- Oferecer um currículo que possibilite o conhecimento e a reflexão da realidade brasileira necessárias à superação da exclusão escolar;
- Possibilitar o caráter democrático das relações durante o aprendizado dos futuros pedagogos, a fim de que possam promovê-lo cotidianamente e, principalmente, nos espaços em que atuarão como docentes ou gestores;
- Possibilitar a compreensão dos processos de desenvolvimento da aprendizagem nos aspectos cognitivos, afetivos, comportamentais, socioculturais, éticos e estéticos;
- Aprender a atuar com jovens e adultos com vistas à inclusão educacional e social;
- Estimular o aperfeiçoamento profissional através de capacitação continuada;
- Formar professores que produzam e difundam o conhecimento científico e tecnológico no campo da educação;
- Formar profissionais que compreendam o processo histórico-social no qual estão inseridos e que busquem um papel atuante na transformação educacional e social;
- Formar pedagogos que compreendam a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção;
- Formar pedagogos que busquem um papel atuante na transformação educacional e social.

4.3.2 Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional

Ao delinear os aspectos da gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que o mesmo se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

- a) **Qualidade da Educação Básica:** sendo que o curso será ofertado de forma geral em localidades com menos de 70 mil habitantes e com fragilidades socioeconômicas e educacionais e que é de senso e conhecimento comum no Brasil que a Educação Básica, considerando aqui o percurso desde a educação infantil até o final do ensino médio, apresenta índices alarmantes de resultados negativos em termos de desenvolvimento dos educandos em cidades interioranas, em especial; foram priorizados na configuração dos objetivos do curso, aspectos como o déficit de leitura e argumentação, conhecimentos gerais do mundo globalizado visando suplantar tal déficit advindo de períodos anteriores ao ingresso no ensino superior.
- b) **Alterações na realidade loco regional:** Da mesma forma, objetivos como “formar profissionais que compreendam o processo histórico-social no qual estão inseridos e que busquem um papel atuante na transformação educacional e social” e “formar professores que atuem em áreas emergentes no campo da educação, em função dos avanços teóricos e tecnológicos” foram perspectivas estabelecidas como objetivos do curso em face de suas próprias realidades.
- c) **Educação Pública:** o contexto educacional brasileiro em geral apresenta cenários de inversão de papéis: alunos egressos do ensino médio particular se inserem nas vagas de IES públicas e os alunos egressos do ensino médio da rede pública se inserem nas vagas de IES particulares. Porém, há sempre a heterogeneidade desses ingressantes em cursos de graduação de IES particulares e, portanto, deve ser prevista. Dessa forma, esse cenário também foi considerado para o estabelecimento dos objetivos

do curso, sendo que “a educação continuada” insere-se nos objetivos do curso como forma de suplantar as diferenças de ambos os ingressantes, tudo a partir de ferramentas que no decorrer do PPC e da matriz curricular serão claramente delineados, em especial nas expectativas de disciplinas de cunho orientado.

- d) As diferenças marcantes entre as comunidades: O curso recebe alunos advindos de vários municípios. Assim, objetivos como “Formar pedagogos que compreendam a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção” e outros aspectos generalistas foram constituídas considerando a singularidade do contexto educacional. Para garantir o cumprimento disso se estabelecem ferramentas de nivelamento que serão delineadas nos próximos capítulos do documento, em especial no que se refere ao CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

4.3.3 Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso

Ao delinear os objetivos do curso, o NDE estabeleceu que não é possível configurar qualquer objetivo sem que exista uma estreita relação com o perfil profissional constituído para o curso.

Essa relação se estabelece junto à descrição do perfil profissional do egresso, a partir da relação Objetivos X Perfil que resulta em competências e habilidades que estão configuradas neste PPC.

Destaquem-se aspectos como capacidade técnica e anseios sociais e humanísticos que fazem parte do perfil do egresso e que podem claramente ser relacionados entre os objetivos do curso, perfil do egresso e a matriz curricular.

4.3.4 Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais

Conforme apontamos nas relações entre os objetivos do curso e o contexto educacional, a FAESB se constitui em uma região de complexa heterogeneidade.

Aspectos como a configuração nos objetivos específicos da competência técnica para analisar as diversas realidades educacionais, são imprescindíveis para chegarmos a um profissional realmente competente e ético.

Além disso, na configuração das expectativas locais e regionais, o NDE considerou também a ausência de atividades empreendedoras e necessárias ao desenvolvimento local como a constituição de novas escolas e de outros espaços e possibilidades para o pedagogo.

Assim, objetivos como “Formar profissionais com capacidade de empreender e inovar em sua área de atuação”, “Capacitar o egresso a assumir posições de liderança” e “Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo”, foram delineados considerando a realidade local e regional e para tal foram estabelecidas também nas competências e habilidades (perfil do egresso) e garantidas na matriz curricular do curso.

4.3.5 Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso

Ao delinear objetivos como “formar pedagogos [...] que busquem um papel atuante na transformação educacional e social”, o NDE demonstra já no início da construção do curso que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho para professores.

No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é

“formar professores que possibilitem um ensino participativo, pelo uso intensivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação”.

Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas, haja vista a sua formação consciente de busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e ao mercado de trabalho, bem como a sua capacidade analítica do contexto profissional em que se insere.

A garantia de realização desses objetivos vislumbra nos capítulos seguintes do PPC, em especial na matriz curricular e nos conteúdos curriculares para o curso.

4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

4.4.1 O Perfil Profissional do Egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia na da FAESB

Ao final do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a FAESB almeja ter como resultado ***“um professor-pedagogo competente, flexível, adaptável e polivalente compreendido em sua área de atuação como um profissional não fragmentado, capaz de desenvolver as competências necessárias para atuar como docente na Educação Infantil, anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva e a condição de ser um competente e inovador gestor pedagógico em Instituições Escolares e não escolares, assim como em outras áreas de apoio escolar, incluindo as coordenações pedagógicas e administrativo-escolares que constituem os organogramas das escolas públicas e particulares”.***

Assim, esse profissional dominará os aspectos pedagógicos, políticos e práticos da área educacional, capacitando-se para atender como docente as escolas públicas e particulares de Ensino Básico.

4.4.2 As Competências e Habilidades do Egresso do Curso de Pedagogia da FAESB

Para atingir o perfil supracitado, o egresso do Curso de Pedagogia da FAESB deverá ser capaz de:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e pessoas com deficiência físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das

tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, pessoas com deficiência, orientações sexuais, entre outras;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;

- Articular as leituras da realidade educativa em seus aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos, e o desenvolvimento dos processos pedagógicos;
- Organizar e mediar situações de ensino-aprendizagem, considerando o contexto educativo a partir da construção de um referencial teórico-metodológico crítico para a docência;
- Analisar criticamente as concepções que constituem as propostas institucionais e a Pesquisa e Prática Pedagógica, através do conhecimento e da realização de práticas de investigação no contexto educativo;
- Ter conhecimento histórico, social e cultural da criança, do jovem e do adulto em relação aos aspectos do seu desenvolvimento;
- Atuar criticamente no contexto educativo frente à organização e ao desenvolvimento dos processos pedagógicos e suas contextualizações;
- Ter postura ética e política em sua atuação profissional, considerando a criança, o jovem e o adulto como seres sociais em desenvolvimento de exigências próprias de sua natureza;
- Ter compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
- Possuir capacidade de investigação do fenômeno e da prática educativos que ocorrem em diferentes âmbitos e especialidades;
- Compreender o processo de construção do conhecimento, inserido em seu contexto social e cultural;
- Poder refletir sobre o processo histórico que caracteriza a educação;
- Identificar as realidades socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e inclusão social;
- Compreender e valorizar as diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas e suas funções na produção do conhecimento;

- Atuar com pessoas com deficiência e grupos multiculturais, em diferentes níveis da organização, de modo a assegurar seus Direitos de cidadania e inclusão social;
- Dialogar entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- Apropriar-se de processos e meios de comunicação em suas relações com os problemas educacionais;
- Ser capaz de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- Promover a articulação da atividade educacional nas diferentes formas de organização do trabalho pedagógico escolar e não escolar, considerando planejamento, execução, gestão e avaliação de propostas pedagógicas;
- Participar na elaboração, realização e avaliação do projeto político-pedagógico, planejando, articulando e sintetizando as atividades de ensino, aprendizagem e administração;
- Coordenar espaços educativos alternativos, buscando serviços de parcerias e de apoio comunitário;
- Ser capaz de fazer uma gestão democrática na construção da cidadania escolar em uma sociedade em contínuo desenvolvimento;
- Construir estratégias para aprendizagem dos alunos, articulando escola - família - comunidade - sociedade;
- Ser capaz de transversalizar diferentes temáticas como a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Inclusiva, a Educação Indígena, a Educação Quilombola, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, a Educação do Campo, na perspectiva da diversidade e do multiculturalismo;

- Decidir didáticas e metodologias orientadas por pressupostos epistemológicos coerentes;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;
- Desenvolver estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, desencadeamento de propostas de intervenções pedagógicas;
- Qualificar os professores para a utilização de recursos informáticos na escola, privilegiando a aprendizagem baseada na construção cooperativa de conhecimento.
- Saber refletir sobre as situações e relações interpessoais que ocorrem no contexto escolar com leituras necessárias à sua compreensão;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo, analisando e interpretando processos e resultados de pesquisas para o aprimoramento de sua prática profissional;
- Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo, de trabalho e de pesquisa, empenhando-se em compartilhar suas práticas e produzir coletivamente;
- Compreender a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo;
- Ter capacidade para tomar decisões estratégicas na solução de problemas relacionados à sua área de atuação;

- Desenvolver a capacidade de liderança fundamentada na argumentação e na negociação;
- Ter flexibilidade e velocidade para conviver e atuar com as diversificadas situações de mudança;
- Ter predisposição e capacidade para trabalhar em equipe;
- Ter criatividade e iniciativa para desenvolver, propor e implantar experiências inovadoras;
- Demonstrar interesse pela contínua atualização profissional;
- Demonstrar postura proativa frente às tendências decorrentes da dinâmica evolutiva da sociedade e disposição para enfrentar desafios;
- Demonstrar senso ético e responsabilidade no desempenho profissional;
- Ter domínio do processo de leitura, compreensão e elaboração de textos com a adequada utilização da língua;
- Desenvolver capacidade de raciocínio criativo;
- Utilizar corretamente o português com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e riqueza de vocabulário;
- Demonstrar raciocínio lógico para argumentação, persuasão e reflexão crítica;
- Utilizar os meios informatizados aplicados à Educação, com domínio de novas tecnologias e métodos;
- Conhecer com propriedade a realidade social em que atua, sendo partícipe de sua história.

4.4.3 Áreas de Atuação

O leque de atuação do profissional da pedagogia é abrangente, diferente do senso comum, o pedagogo está habilitado a atuar em diversas áreas da sociedade, como, por exemplo, nas salas de aulas o professor se insere desde a

educação infantil, trabalhando com crianças de 0 a 6 anos, o que se subdivide em creche (crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos e 11 meses), pode atuar nas séries iniciais e no ensino para jovens e adultos, o EJA.

Passando para o campo da administração escolar, o pedagogo irá trabalhar diretamente com supervisão, coordenação e direção escolar, sendo este responsável pela gestão educacional, fazendo a articulação e acompanhamento das propostas pedagógicas vigentes na escola, sendo possível desempenhar o papel de orientador educacional, no qual irá lidar diretamente com o aluno, auxiliando no seu desenvolvimento pessoal e educacional.

Aprofundando-se na área educacional propriamente dita, o docente pode desenvolver-se na educação especial, sendo este responsável por desenvolver e auxiliar com equidade alunos que são deficientes físicos, sensoriais, mentais ou múltiplos, além de estudantes com superdotação ou altas habilidades.

Na seara corporativa, apesar de pouco conhecido, o papel do pedagogo é fundamental, pois este tem o dever de reavivar a criatividade, espírito de equipe e etc. no corpo de colaboradores, o que está intimamente ligado ao sucesso da empresa assistida por este profissional.

Na área hospitalar, o pedagogo se insere de forma ímpar, sendo responsável por tratar com ludicidade pacientes internados, auxiliando-os em suas atividades escolares cotidianas, como meio de não o excluir do caminho da aprendizagem.

Por conseguinte, o profissional pedagogo pode trabalhar com pesquisa acadêmica, é de amplo conhecimento que a pesquisa é essencial para se renovar os processos, criar novas formas metodológicas e manter o desenvolvimento contínuo da educação, contribuindo com a evolução da pedagogia como Ciência.

4.4.4 Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia

O egresso do Curso de Pedagogia da FAESB deverá ser um educador crítico, criativo, ético e tecnicamente capaz de contribuir para a transformação social, desempenhando um papel catalisador do processo educativo em todas as suas dimensões.

Para tanto, deverá ser capaz de compreender a realidade sociocultural em que se dará sua atuação, respeitando características regionais, identificando interesses e necessidade reais, a fim de estabelecer processos de ensino e aprendizagem que proporcionem aos cidadãos-alunos sob sua responsabilidade pedagógica a inserção crítica e criativa como atores e autores da sua própria cultura de movimento.

Conforme a Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019, dividido em suas dimensões, o professor capacitado deverá estar apto a:

Art. 4º: As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

- I. conhecimento profissional;
- II. prática profissional; e
- III. engajamento profissional

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I. dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II. demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III. reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV. conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I. planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II. criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III. avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV. conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I. comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II. comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III. participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV. engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Assim, considerando as perspectivas supracitadas, o PPC de Pedagogia da FAESB, estabeleceu e considerou o seu perfil do egresso de modo a atender às DCN's do curso, bem como abrir-se para as singularidades que se instituem nas diversas realidades brasileiras.

Faculdade de Educação Social da Bahia

4.4.5 Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade brasileira e sua heterogeneidade de necessidades educacionais e sociais. Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social aberto para análise de cada realidade, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso

crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido nas escolas, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade educacional e como positivamente alterá-la.

Assim, conforme fora vislumbrado no perfil do egresso do Curso de Pedagogia da FAESB, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade escolar e educacional.

4.4.6 Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho

Para compor o Perfil Profissional do Egresso e os demais aspectos que compõem a formação do (a) professor (a) egresso (a) da FAESB, o NDE do curso considerou a diferença primordial entre profissão e carreira.

Neste sentido, foi primordial o ajuste entre o perfil, objetivos e as garantias de cumprimento destes que se darão por meio de disciplinas e conteúdos estudados e discutidos ao longo do curso. Dessa forma, conforme fora vislumbrado nas competências do perfil do egresso e como será observado nos conteúdos do próprio curso, houve uma preocupação para com o planejamento e assentamento da carreira dos alunos na educação brasileira.

Assim, as Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos já foram configuradas tematicamente de modo que, inicialmente, o educando vá a campo para conhecer a realidade dos professores de sua região e que possa então entender e verificar as possibilidades para a sua própria carreira.

Além disso, vale destacar que um projeto não pode ser plenamente engessado, ou seja, deixa-se neste documento o afã de acompanhar o desenvolvimento da sua aplicação de modo que a qualquer tempo possa-se inserir novas expectativas

ao perfil do egresso ou a outros aspectos que compõem o documento, conforme as necessidades reais do curso e dos alunos.

4.5 FORMAS DE ACESSO

O ingresso nos cursos da FAESB é realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital da FAESB, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova.
- Vestibular Agendado: trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos.
- ENEM: a partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, tudo para que possam concorrer às vagas nos cursos de graduação da FAESB.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: a FAESB poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente autorizadas ou reconhecidas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros;

- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;
- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: o diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;
- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou trancaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- Transferência interna: poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado na FAESB. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão na FAESB integra o Regimento Geral Interno da IES. As vagas para o processo seletivo são estabelecidas em edital e normatizadas pelo Conselho Superior da FAESB e devidamente homologadas pela Direção Geral.

A efetivação da matrícula é feita de acordo com a definição de currículo estabelecida pelo Colegiado do Curso, respeitada a disponibilidade de vagas autorizadas pelo MEC.

Faculdade de Educação Social da Bahia

4.6 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAESB, se estabelece considerando *a priori* as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019, bem como as necessidades regionais em que se configura a IES, além dos aspectos legais que orientam a profissão. Além disso, deve-se considerar o exercício de relacionar o perfil do egresso e o cumprimento dos objetivos do curso, sendo a estrutura curricular o meio de garantir tais expectativas.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas teóricas e práticas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influenciam no processo de intervenção social.

O curso busca introduzir um tratamento interdisciplinar dos conceitos, através da integração das disciplinas, de forma que estudos realizados em um dado setor do conhecimento, desde logo, repercutem nos demais, formando um todo indivisível. Mediante um enfoque interdisciplinar, promovido em sua gênese a partir da Pesquisa e Práticas Pedagógicas e das Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento em Educação exigidas a cada semestre, é capaz de inserir a análise dos problemas socioeducacionais, políticos e econômicos, propiciando uma formação que respeita os fundamentos pedagógicos, técnicos, científicos e morais do conhecimento educacional e apropria as vantagens dos novos campos do saber do avanço científico e tecnológico em prol da sociedade.

Não obstante ser o Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAESB um curso eminentemente prático, dada à realidade de intervenção na sociedade a partir da educação, é imprescindível para o egresso possuir uma sólida formação teórica,

complementada por um profundo conhecimento da realidade em que se insere.

Assim, pode-se dizer que a proposta pedagógica do curso busca o necessário equilíbrio entre os conteúdos teóricos e práticos na formulação do seu currículo pleno. Neste viés, promove a harmonia no teor das disciplinas teóricas de formação, de modo a desenvolver o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um ensino interdisciplinar voltado à realidade escolar e social, vinculando a prática à teoria, com um currículo mais flexível, com diferentes possibilidades de aprofundamento temático.

Nesse sentido, o embasamento científico-metodológico aplicado nesta estrutura curricular encontra-se aliado a um projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito da aprendizagem, na promoção e transmissão de valores calcados nos princípios e valores éticos, filosóficos, políticos e sociais que regem a conduta humana, sempre apoiada no professor como mediador do processo ensino-aprendizagem.

4.6.1 Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha de disciplinas ou acréscimo de Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos na estrutura curricular.

Desse modo, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAESB foi constituído de maneira a implementar a flexibilização curricular através da Pesquisa e Prática Pedagógica (disciplina constituída para conhecimento da realidade educacional em que se insere cada aluno), das atividades de extensão, da iniciação científica, das disciplinas optativas, das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos (como são nomeadas as atividades complementares na Formação de Professores), da participação em projetos de extensão, participação em seminários da própria IES.

Assim, o curso está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o PDI, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

4.6.1.1 Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Conforme orientado pela Resolução CNE-CP 02/2015, as **Atividades Complementares** dos cursos de Formação de Professores são nomeadas como Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento e possuem algumas características inerentes a esses cursos.

Dimensionadas em termos de carga horária mínima (140 horas/aula) e na sua concepção como atividades de livre escolha do aluno a partir de eventos das mais diversas áreas, incluindo a iniciação científica, a iniciação à docência e a extensão, entre outras, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais dessas atividades são os de flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como professores, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, optou-se por constituir as Atividades Teórico-Práticas de aprofundamento na formalização de disciplinas/componentes curriculares de livre escolha do aluno. Dessa forma, o aluno terá autonomia para escolher

conhecimentos inter, multi e transversais integrados àqueles que aprendem nas várias disciplinas do currículo e da prática profissional até a finalização do curso.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais (Vide **NORMAS DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO** nos anexos deste Projeto).

4.6.1.2 Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos

Os conteúdos optativos foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso.

Vale destacar que, progressivamente, este elenco de disciplinas optativas poderá ser ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área educacional, que trará temas inovadores quanto a realidade da área, e poderá atender as necessidades demandadas pelo processo formativo real.

4.6.2 Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação

Ciente da necessidade de diálogo entre as disciplinas e dos conteúdos curriculares para que o processo de ensino-aprendizagem não se converta em um

fim, mas um meio, o NDE buscou constituir a matriz curricular e os seus respectivos conteúdos considerando ferramentas e ações que façam convergir diversos conhecimentos, tanto no âmbito vertical do currículo como horizontal.

Dentre as ferramentas, destaquem-se a Pesquisa e Prática Pedagógica, o TCC e os Estágios Supervisionados Obrigatórios.

4.6.2.1 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Licenciatura em Pedagogia quando, no último ano do curso, o discente deve produzir um trabalho científico que, por sua vez, é a síntese de seu processo de formação profissional, podendo ser nos mais diversos formatos (Artigo, Monografia, Plano de ação, Projeto de Intervenção e entre outros), conforme **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso**, disponível no site da IES.

Por isso, o componente curricular deve ser compreendido como uma ferramenta para compor a interdisciplinaridade e a formação do pensamento crítico-científico, afinal de contas o aluno precisa mover uma gama de conhecimentos apreendidos durante o curso, desde a Língua Portuguesa e Metodologia do Estudo Científico, até os conhecimentos específicos inerentes ao curso de Pedagogia.

É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações e produtos gerados a partir das experiências nas disciplinas de Práticas Pedagógicas, de estágio, da formação teórica, da iniciação científica, da extensão universitária, bem como da própria profissão.

Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sintetizadas neste projeto a partir do seguinte:

⇒ Diretrizes Preliminares:

- A elaboração do TCC pode ser realizada na forma de pesquisa individual, desde que seja vinculada à Pedagogia;
- O TCC é desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Pedagogia;
- Para gerenciar, implementar e dar acompanhamento ao processo de orientação, execução e defesa, é instituída uma Comissão de TCC.

Toda a constituição do TCC é regida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, disponibilizado para Consulta no site da IES.

4.6.2.2 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Os Núcleos de Fundamentação dos Cursos de Formação de Professores

Instituídos pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica, em especial a Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019, os núcleos são grupos de conhecimentos instituídos pelo MEC com a finalidade de, salvas as particularidades regionais, direcionar os cursos de formação de professores e dar-lhes certa homogeneidade.

Em face dessas perspectivas curriculares, a proposta curricular está paramentada numa concepção de formação de professores que prima pela articulação dos conteúdos e disciplinas, em conformidade com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, bem como pela estruturação dos núcleos de fundamentação que têm como norte os seguintes Art. presentes nas DCNs:

Art. 7º:

- I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios

fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e

XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Art.º 8:

I - o desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

II - o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a

BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;

III - a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;

IV - emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;

V - avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;

VI - apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;

VII - reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;

VIII - compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e

IX - decisões pedagógicas com base em evidências

4.6.2.3 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Pesquisa e Prática Pedagógica

Conforme a Resolução CNE-CP 02/2019, as Atividades Práticas de Ensino para as Licenciaturas não podem ficar relegadas unicamente ao Estágio Supervisionado. Assim, para que os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia possam ter um espaço para a realização efetiva de práticas de ensino, uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, bem como ser inseridos naturalmente no processo de iniciação científica e conhecer a realidade educacional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, além de estabelecer uma inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre são desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre as disciplinas cursadas, denominadas neste PPC como a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica.

Destaque-se que esses componentes curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

A disciplina se constitui em dois momentos: horas/aula de estudo teórico sobre temas contemporâneos em educação que proporcionam reflexão acerca da própria prática docente, tudo previamente definido no Projeto Pedagógico (podendo ser alterados conforme a necessidade do curso), e horas/aula de Prática em que os alunos relacionam o tema e o que leram e aprenderam sobre o mesmo, com a soma da busca de entendê-lo sob a égide do contexto profissional ou, mesmo, no cenário educacional em que se inserem em âmbito geral. Trata-se de aproximar o aluno dos sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

Nos semestres em que se incluem os componentes curriculares em questão, os alunos desenvolvem sob a orientação dos docentes diversos projetos de pesquisa e de inserção no meio escolar, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área educacional, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos no curso e a inclusão dos acadêmicos no meio educacional desde o início do curso.

Ressalte-se que a Prática como componente curricular, denominada neste projeto como Pesquisa e Práticas Pedagógicas é normatizada por regimento próprio, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica (**VIDE ANEXO**).

4.6.3 Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária

Primeiramente, deve-se destacar que todas as medidas de horário neste Projeto Pedagógico de Curso foram estabelecidas a partir de horas-relógio, ou seja, 1 hora/aula= 60 minutos.

Assim, todo o dimensionamento da carga horária de cada um dos componentes curriculares foi discutido pelo NDE de modo que fosse possível repassar aos alunos todos os conhecimentos das ementas (geral) que nos planos de ensino serão convertidos em conteúdo programático (específico).

As cargas horárias das disciplinas foram dimensionadas de modo que fossem compatíveis também com centenas de outros cursos no Brasil, assim as transferências dos alunos para a FAESB e vice-versa, poderão ser feitas sem prejuízo ou problemas de adaptação curricular.

4.6.4 Estrutura Curricular – Práticas de Extensão

Como necessidade de atualização, nos últimos anos o tripé ensino- pesquisa- extensão tem sofrido diversas modificações, de forma que possam acompanhar as mudanças socioeconômicas locais, regionais e nacionais, as quais estão interferindo em outros campos, como o cenário da educação, e que essas alterações neste cenário têm impactado no construto entre fazer intelectual e a prática.

Dessa forma, justifica-se a necessidade do ingresso da extensão na carga horária nos cursos superiores de graduação, seguindo Diretrizes da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual cumpre o estabelecido pelo PNE 2014-2024, tão logo devem ser desempenhados projetos de atividades extensionistas pelas IES, executando primordialmente ações de maior relevância em seu meio de inserção.

As práticas de extensão, ainda conforme a Resolução, compõem minimamente 10% da carga horária dos cursos de graduação de forma que a conhecimento acadêmico possa dialogar com o sociedade por meio do principal instrumento de transformação da acadêmica, o (a) aluno (a), utilizando-se de uma estrutura que deve ser planejada de acordo com realidade efetiva e constantemente avaliada de forma que possa assegurar resultados nessa interação dialógica.

4.6.5 Estrutura Curricular – Elementos Inovadores

Ao estabelecer as suas expectativas acerca da inovação do currículo, o NDE considerou que a esfera do conhecimento técnico-científico não esgota a tarefa da formação no âmbito do ensino superior, afinal, em todas as modalidades de profissionalização, há ainda a esfera da cultura simbólica, ou seja, cabe também à formação prestada pelas faculdades fornecer ao futuro profissional a capacidade de inserir-se na dinâmica da sociedade em que vai atuar. Esta esfera envolve

desde o domínio das diferentes linguagens até a postura ética, passando pela sensibilidade estética e pela consciência política.

Desse modo, do profissional que se forma na FAESB espera-se, minimamente:

1. Que se aproprie do acervo de conhecimentos científicos relativos a seu campo de trabalho;
2. Que domine um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre a natureza e sobre a própria sociedade;
3. Que desenvolva uma sensibilidade a valores culturais necessários para inserir-se ética e politicamente em sua sociedade histórica.

Desse modo, ao buscar inovações para o curso, a FAESB estabeleceu um currículo que possui componentes não engessados para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras, a saber:

a) **Prática Pedagógica** => Além dos conhecimentos inerentes à formação geral e específica, esses componentes curriculares abrem a possibilidade de o aluno apropriar-se de conhecimentos por ele construídos.

A FAESB tem consciência de que sua atribuição, ao preparar os profissionais nos diversos campos do mercado de trabalho, não é só repassar uma instrução técnica, mas também assegurar a formação integral dos seus alunos cabe-lhe responsabilidades sociais da qual decorrem exigências específicas:

- a) Uma lida rigorosa com o conhecimento, donde a necessidade do investimento na prática de iniciação científica, no domínio de metodologias especializadas de investigação, no compromisso com a competência técnica.
- b) Um compromisso ético-político: o profissional de Pedagogia a ser formado é antes de tudo uma pessoa, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana

bem como um cidadão que precisa se comprometer com a democratização das relações sociais, dotando-se de uma nova consciência social.

c) Uma concepção de si mesma como lugar de formação profissional, sem dúvida, mas fundada na construção rigorosa do conhecimento, na qualidade da prática técnica, na sensibilidade ética e política, na construção da cidadania emancipadora. Para tanto, impõem-se uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolva um complexo investimento e que não se dará unicamente neste Projeto Pedagógico, mas durante a aplicação dele no percurso formativo e na história do curso.

4.6.6 Estrutura Curricular: Matriz do Curso de Licenciatura em Pedagogia

A estrutura curricular e os conteúdos propostos para o curso tiveram como base a resolução CNE/CES nº 2/2019 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Formação de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Dessa forma, há que se destacar que o currículo proposto para o Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAESB, reflete a concepção e objetivos que a IES estabeleceu obedecendo a base das legislações educacionais pertinentes, ao mesmo tempo em que configura uma perspectiva de formação considerando as regiões mais necessitadas do Brasil, ou seja, oferece um currículo que atende às exigências acadêmicas para a formação de professores para a educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos e para atuar na gestão escolar

Nesta perspectiva, o currículo a ser desenvolvido busca o aprofundamento de conhecimentos, suscitando a compreensão da realidade educacional, tendo como

propósito a formação de Pedagogos capacitados tanto para a docência, quanto para a supervisão educacional no âmbito dos sistemas de ensino e nos processos educativos formais e não formais preparados para reconhecer a validade das próprias experiências e manter-se aberto às inovações sociais e tecnológicas.

1º SEMESTRE

CODIGO	COMPONENTES CURRICULARES	Teori a	Prátic a	Total
MTCE	Metodologia do Trabalho Científico	60	0	60
TC	Teorias Curriculares	60	0	60
COMC	Comunicação Contemporânea	60	0	60
FDE	Filosofia da Educação	60	0	60
PLDCB	Planejamento e desenvolvimento de carreira e a BNCC	60	0	60
PEPPI	Pesquisa e Prática Pedagógica I	0	60	60
PEUI	Projeto de Extensão Universitária I	0	80	80
	Total	300	140	440

2º SEMESTRE

CÓDIG O	COMPONENTES CURRICULARES	Teoria	Prátic a	Total
PSE	Psicologia da Educação	60	0	60
HISTE	História da Educação	60	0	60
EDAC	Educação Ambiental e Cidadania	60	0	60
LOEE	Linguagem oral e escrita: conteúdos e métodos	60	0	60
PSIMO T	Psicomotricidade	60	0	60
PEPPII	Pesquisa e Prática Pedagógica II	0	60	60
PEUII	Projeto de Extensão Universitária II	0	80	80
	Total	300	140	440

3º SEMESTRE

CODIG O	COMPONENTES CURRICULARES	Teori a	Prátic a	Tot al
--------------------	---------------------------------	--------------------	---------------------	-------------------

DID	Didática	60	0	60
MAT	Matemática: conteúdos e métodos	60	0	60
SAEDU	Sociologia e Antropologia da Educação	60	0	60
EDUI	Educação Inclusiva	60	0	60
LITIJ	Literatura Infanto-Juvenil	60	0	60
PEPPIII	Pesquisa e Prática Pedagógica III	0	60	60
PEUIII	Projeto de Extensão Universitária III	0	80	80
	Total	300	140	440

4º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	Teoria	Prática	Total
ALLE	Alfabetização e Letramento: métodos e perspectivas	60	0	60
FDEI	Fundamentos da Educação Infantil	60	0	60
PLDE	Política e Direito Educacional	60	0	60
FMACA	Fundamentos e metodologias das atividades culturais e artísticas	60	0	60
PEPPIV	Pesquisa e Prática Pedagógica IV	0	60	60
PEUIV	Projeto de Extensão Universitária IV	0	80	80
	Total	240	140	440

5º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	Teoria	Prática	Total
CICM	Ciências: conteúdos e métodos	60	0	60
GEOCM	Geografia: conteúdos e métodos	60	0	60
LIB	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	60	0	60
AVOPE	Avaliação, organização e planejamento em Educação	60	0	60
PEPPV	Pesquisa e Prática Pedagógica V	0	60	60
ESI	Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	0	100	100
	Total	240	160	400

6º SEMESTRE

CODIGO	COMPONENTES CURRICULARES	Teoria	Prática	Total
FDSI	Fundamentos das Séries Iniciais	60	0	60

LUDRE	Ludicidade e Recreação	60	0	60
EDSA	Educação e Saúde	60	0	60
DEAJM S	Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas	60	0	60
PEPPVI ESII	Pesquisa e Prática Pedagógica VI Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0 0	60 100	60 100
Total		240	160	400

7º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	Teoria	Prática	Total
FDGE	Fundamentos de Gestão Escolar	60	0	60
EJAMF	Educação de Jovens e Adultos: métodos e fundamentos	60	0	60
FNEAD	Fundamentos da Educação a Distância	60	0	60
PEPPVI I	Pesquisa e Prática Pedagógica VII	60	0	60
ESIII	Estágio Supervisionado III – EJAII	0	100	100
TCCI	Trabalho de Conclusão de Curso I	0	60	60
Total		240	160	400

8º SEMESTRE

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	Teoria	Prática	Total
MDERGS R	Multiculturalismo e diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional	60	0	60
PEANE	Pedagogia e ambientes não escolares	60	0	60
PPR	Posicionamento Profissional	30	0	30
PEPPVIII ESIV	Pesquisa e Prática Pedagógica VIII Estágio Supervisionado IV – Gestão Escolar	60 0	0 100	60 100
TCCII	Trabalho de Conclusão de Curso II	0	60	60
Total		210	160	370

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Teoria	Prática	Total
---------------	----------------	--------------

Sexualidade e Educação	60	0	60
Temas avançados e transversais na Educação	60	0	60
Análise de conjunturas social, política e cultural	60	0	60
Fundamentos de Psicopedagogia	60	0	60
Tópicos especiais em Pedagogia	60	0	60

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Componente	Teoria	Prática	Total
Disciplinas	1950	0	1950
Projeto de Extensão Universitária	0	320	320
Prática Pedagógica	0	480	480
Estágio Supervisionado	0	400	400
TCC	0	120	120
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	0	140	140
Total	1950	1460	3410

4.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

No que concerne aos conteúdos curriculares, o NDE estabeleceu como parâmetro o atendimento às DCN's para o curso, os Núcleos Formativos, o Contexto Educacional em que se estabelece a IES, a inserção regional do curso e o conhecimento dos professores do curso que buscaram inovar e constituir expectativas de atendimento ao que preconizam os objetivos traçados para o curso e o perfil do egresso.

O curso de Licenciatura em Pedagogia da FAESB atende às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- A carga horária do curso é de 3.410 horas (Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019);
- O tempo mínimo de integralização é de 8 semestres (4 anos)

- Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido na DCN do curso conforme Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019;
- O estágio supervisionado com 400 horas, atendendo ao art. 7º, parágrafo II da Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006;
- De acordo com a DCN do Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório, e está previsto neste PPC e aplicado ao curso;
- Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado na disciplina de Linguagem Oral e Escrita; Sociologia e Antropologia da Educação, nos Seminários e eventos do curso e nas atividades interdisciplinares;
- As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas na disciplina de Educação Ambiental e Cidadania; Linguagem Oral e Escrita; nos Seminários e eventos do curso e nas atividades interdisciplinares
- Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em todo curso, na disciplina de Linguagem Oral e Escrita; Sociologia e Antropologia da Educação, Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Políticas e Direitos educacionais, nos Seminários e eventos do curso e nas atividades interdisciplinares.
- As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estão presentes no transcurso dos semestres letivos do curso no componente curricular Projeto Interdisciplinar de Extensão totalizando 320 horas o que representa mais de 10% do total da carga horária do curso para sua integralização.

4.7.1 Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso

Ao estabelecer o perfil do egresso do curso como um profissional generalista, com capacidade técnica para as diferentes áreas de atuação, sempre com anseios sociais e éticos, o NDE buscou a partir dos núcleos formativos já delineados em capítulos anteriores deste PPC determinar todos os conteúdos passíveis de constituir as ementas de modo que os planos de ensino contemplem o ementário como um todo e possam diversificar ou ampliar os conhecimentos.

Neste sentido, ao invés de descrever de maneira minuciosa cada um dos componentes curriculares, o NDE estabeleceu os conteúdos curriculares de maneira mais global, de modo que os professores possam construir conteúdos programáticos menos engessados, mas sempre atentos ao cumprimento do ementário.

Essa prerrogativa é essencial para a construção de conteúdos curriculares novos, ou seja, aqueles que se fazem a partir da atualização da área do curso, pois ao possuir uma ementa (conteúdo curricular) menos descritiva e mais global, o professor tem a possibilidade de ampliar os conhecimentos sempre que necessário. O perfil generalista do egresso, bem como os anseios sociais e éticos estão inseridos em várias ementas que vão acompanhando conteúdos específicos.

Destaque também para a Pesquisa e Prática Pedagógica que podem mudar os seus temas a qualquer tempo. Todas estas, portanto, poderão também atender às atualizações na área, bem como a configuração do perfil do egresso do curso.

4.7.2 Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias

No que diz respeito às cargas horárias, o NDE teve o cuidado de compor os conteúdos curriculares e adequar a estrutura curricular conforme as suas necessidades. Essa é a razão pela qual se fez necessário uma padronização em múltiplos de 30 e 60 horas nas disciplinas teórico-práticas (excetuando-se Práticas de Extensão e Estágio).

Fez-se tal expectativa levando em consideração a disponibilidade das editoras e o esgotamento de alguns títulos. Destaca-se o uso da Biblioteca Virtual da **CURATORIA EDITORA** que será capaz de atender o aluno em qualquer tempo e espaço, desde que possua acesso à internet.

Foram alinhados clássicos da literatura da área e títulos capazes de ampliar os horizontes de conhecimentos dos alunos. Vale destacar que todas as expectativas estão disponíveis em um relatório que aponta a justificativa de escolha de cada um dos livros para os conteúdos curriculares do curso.

4.7.3 Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental

Além dos aspectos ligados às expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

- 1) **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

- a) Disciplina=> **Linguagem Oral e Escrita:** será indicado aos professores que se utilizem de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados às relações étnico-raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
- b) Disciplinas=> **Sociologia e Antropologia da Educação:** estabelecida para focar os aspectos sociológicos acerca das relações humanas e da educação, a disciplina deverá abordar direta ou indiretamente as relações étnico-raciais no seio escolar.
- c) Disciplinas=> **Multiculturalismo e diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional** com o objetivo de possibilitar a formação consciente da cidadania, observando criticamente os diferentes grupos raciais ou étnicos, que formam a sociedade brasileira, bem como questões relacionadas à gênero, religião, sexualidade e faixa geracional.
- d) Disciplina=> **Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento:** Todo o semestre são ofertados cursos que abordam o tema em questão.

Obs.* Além dos nortes acima haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

- 2) **Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.**

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

- a) Disciplina=> **Educação Ambiental e Cidadania:** a disciplina aborda essencialmente os aspectos acerca da educação ambiental e da formação da consciência ecológica.
- b) Disciplina=> **Linguagem Oral e Escrita:** será indicado aos professores que se utilizem de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados a educação ambiental.
- c) Disciplina=> **Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento:** Todo o semestre são ofertados cursos que abordam o tema em questão.

Obs.* Além da possibilidade acima, a IES possui um Núcleo (Vide PDI) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

- 3) **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.**

- a) Disciplina=> **Linguagem Oral e Escrita:** os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;
- b) Disciplinas de => **Sociologia e Antropologia da Educação:** a disciplina discute conjuntamente com as questões relacionadas à

diversidade, os aspectos acerca dos direitos humanos.

c) Disciplina=> **Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento:**

Todo o semestre são ofertados cursos que abordam o tema em questão.

Obs.* Além dos nortes acima haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

4.7.4 Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores

Primeiramente, o NDE destaca que, atualmente, vive-se numa era tecnológica onde, muitas vezes, a concepção do termo inovação tem sido utilizada de forma enfática, incisiva e determinante, porém, equivocada na prática diária, uma vez que tem sido concebida, corriqueiramente, somente como um produto ou equipamento.

Neste sentido, já na gênese do currículo, o NDE preparou-o de modo que se possa atender às rápidas descobertas e práticas que surgem no dia a dia na educação.

Além dos conteúdos acima, o curso traz para o aluno a possibilidade de estudar conhecimentos que não são comuns em cursos de Pedagogia (**VIDE DISCIPLINAS OPTATIVAS**).

Por fim, vale destacar o cuidado na perspectiva da tecnologia que nos leva a repensar a inerente capacidade do ser humano em buscar inovações capazes de transformar seu cotidiano, visando uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal. Dessa forma, o Pedagogo não deve buscar apenas se adequar ao surgimento de novos equipamentos e técnicas, mas de novas mudanças sociais que ocorrem com uma velocidade nunca antes vista.

4.7.5 Conteúdos Curriculares: Ementas e Bibliografias do Curso

1º SEMESTRE

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO EM EDUCAÇÃO

Ementa:

Introdução à universidade. Ciência e conhecimento científico. Pré-requisitos lógicos do trabalho científico necessários para a disciplina Pesquisa e Práticas Pedagógicas. Métodos e Técnicas. Processo de leitura. Trabalhos acadêmicos. Ética na pesquisa. Recursos utilizados em trabalhos acadêmicos e técnicos. Projeto de pesquisa. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Referências bibliográficas. Normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOSE, Alícia Duhá. Metodologia do trabalho científico. Salvador: UFBA, 2019.

SILVA, Douglas Fernandes da; ... [et al.]. Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso. São Paulo : Blucher Open Access, 2020.

SILVEIRA, Cláudia Regina. Metodologia da pesquisa. Florianópolis: IFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. Introdução à pesquisa: contribuições para o projeto de pesquisa e monografia de graduação e pós-graduação na sociedade de classes. Goiânia: Phillos, 2019.

FLEMMING, Diva Marília. Metodologia de projetos em ciências I. Florianópolis: IFSC, 2011.

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Metodologia de projetos em ciências II. Florianópolis: IFSC, 2010.

ALYRIO, Rovigati Danilo. Métodos e técnicas de pesquisa em administração: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

TAVARES, Arice Cardoso; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; SELL, Sérgio. Metodologias para iniciação à prática da pesquisa e extensão I: caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

TEORIAS CURRICULARES

EMENTA

Teorias do currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. Currículo e cultura como práticas de significação das relações sociais e de construção de sujeitos. Relações entre currículo e projeto político-pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FETZNER, Andréa Rosana. Currículo. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1.

NASCIMENTO, Ilma Vieira do; MORAES, Lelia Cristina Silveira de; BONFIM, Maria Núbia Barbosa; ... [et al.] Currículo escolar: dimensões pedagógicas e políticas. São Luís: Edufrna, 2010.

FETZNER, Andréa Rosana. Currículo. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PABIS, Nelsi Antonia. Escola, currículo e avaliação. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos. Didática. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V.2.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho... [et al.]. Fundamentos da educação 4. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

GONZÁLES ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA

EMENTA:

Perspectivas acerca da comunicação humana. Os usos diversos da comunicação humana nas esferas sociais. Noções de linguagem, texto e discurso. Informações implícitas. A argumentação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCHEID, Daiane; ... [et al.]. Tendências em comunicação organizacional. Santa Maria: UFSM, 2019.

SARRO, Ed Marcos. Comunicação empresarial, cerimonial e eventos. Indaial: Uniasselvi, 2020.

FERREIRA, Marlette Cassia Oliveira. Comunicação Empresarial. Cuiabá: UFMT, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

POLÔNIO, Carlos. Comunicação Empresarial. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

NICODEM, Maria Fátima Menegazzo. Comunicação empresarial. Curitiba: Ed. UTFPR, 2013.

RABIN, Bruno; PINNA, Rafael; BIAR, Liana. Redação. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2014.

RABIN, Bruno; PINNA, Rafael; BIAR, Liana. Redação. V. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

LOPES, Glaucia Viviane Cansian Pinto Ferreira; ... [et al.]. Comunicação Empresarial. Curitiba: IFPR, 2012.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

Desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos para possibilitar: a compreensão da natureza da atividade filosófica ligada à educação; o desenvolvimento do espírito crítico e investigador do professor; a articulação das reflexões filosóficas com os avanços científicos na área de estudos objeto do curso; a explicitação dos pressupostos dos atos de educar, ensinar e aprender em relação a situações de transformação cultural da sociedade; o debate de temas relacionados ao conhecimento, à linguagem, à realidade, à cultura e à ética na formação pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, Maria Izabel; [et al.]. Filosofia contemporânea. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

FREITAS, Hélia Maria Soares de. Filosofia e educação. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

FREITAS, Hélia Maria Soares de; BORBA, Siomara. Filosofia e educação. V. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMONCIC, Flávio; GRIN, Mônica. História e sociologia. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 1.

LIMONCIC, Flávio; GRIN, Mônica. História e sociologia. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 2.

SILVA, Golias. Sociologia organizacional. Florianópolis: UFSC, 2010.

TREVISAN, Tatiana Valéria. Sociologia da Educação. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

MACHADO, Maria Izabel; [et al.]. Filosofia contemporânea. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. Sociologia da Educação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA E A BNCC

EMENTA:

Fatores motivacionais e de ambientação do colaborador à organização. Enfoque sistêmico dos objetivos em relação à carreira, estabelecendo a interação entre conhecimento, habilidade e atitude. Estrutura da BNCC. A Etapa da Educação Infantil. A Etapa do Ensino Fundamental. A Etapa do Ensino Médio.

Bibliografia Básica

BRASIL. BNCC: Base Nacional Curricular Comum. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

SOUZA, Júlio Cesar Lopes de. Gestão de carreiras. Indaial: Uniasselvi, 2020.

Bibliografia Complementar

VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2 ed. Fortaleza: EDUECE, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

DAVID, Célia Maria... [et al.]. (Orgs). Desafios contemporâneos da educação. São Paulo: UNESP, 2015.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da educação no Brasil. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I

Tema: Profissão Docente e Educação Digital

Ementa: Introdução de um projeto de pesquisa em educação na abordagem da profissão docente. A docência e o desafio da transposição didática na práxis pedagógica. A formação do professor na contemporaneidade: saberes essenciais para a prática educativa educação digital. Visão holística do mercado de trabalho e carreira e educação digital. Instrumentos de desenvolvimento de carreira. Planejamento de carreira. Instrumentos de avaliação. Tendências profissionalizantes. Empregabilidade. Capacitação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELIAS, Janete de O. Prática de ensino 1: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. (Biblioteca Curadoria Editora).

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos. Didática. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V.2.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. Métodos e técnicas de avaliação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. V. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MATTOS, Joy Costa; TUTTMAN, Malvina Tania; GUIMARÃES, Nilci da Silva. Prática de ensino 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

PABIS, Nelsi Antonia. Escola, currículo e avaliação. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

GUEDES, Adrienne Ogêda... [et al.]. Prática de ensino 5: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO I

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FAESB - Normas para Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento em Educação – Disponível em <https://faculadefaesb.com.br/>

Faculdade de Educação Social da Bahia

2º SEMESTRE

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

Conceitos e origens da psicologia. A importância da Psicologia. A psicologia pré-experimental. A psicologia experimental. As escolas psicológicas. Campos da

psicologia, a base biológica do Comportamento. Fatores de desenvolvimento, percepção. Inteligência. Personalidade. Motivação. Desenvolvimento humano e aprendizagem: introdução as principais teorias. Conflitos Psicológicos Escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Rafael Siqueira de; KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. Psicologia e educação: interlocuções e possibilidades. Guarapuava: Unicentro, 2010.

OLIVEIRA, Fernanda Germani de. Psicologia da educação e da aprendizagem. Indaial : Uniasselvi, 2014.

CARVALHO, Sebastião Marcos Ribeiro de; BATAGLIA, Patricia Unger Raphael (org.). Psicologia e educação: temas e pesquisas. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVEIRA, Nícia Luiza Duarte da. Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini. Psicologia da educação. Santa Maria: UFSM; Brasília: MEC, 2010.

PINTO, Karina Pereira. Psicologia da Educação. Ilhéus: UESC, 2011.

PRADO, Margareth Simone Marques. Psicologia da educação. Cruz das Almas, BA: SEAD-UFRB, 2017.

LOBO, Adelina Soares; ... [et al.]. Educação motora infantil : orientações a partir das teorias construtivista, psicomotricista e desenvolvimentista motora – zero a seis anos. Caxias do Sul, RS : Educs, 2010.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

A educação através da história, mediante o estudo da evolução das comunidades primitivas, das civilizações antigas e medieval. A educação na sociedade moderna e contemporânea nos contextos políticos, econômico e cultural. Abordagens alternativas atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Jorge Luiz da. História da educação. Santa Maria: UFSM, 2010.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da educação no Brasil. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MARTINS, Angela M. Souza. Fundamentos da educação 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, José Clécio Silva e. Educação e história da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2018.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho. Fundamentos da educação 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

MARTINS, Angela Maria Souza. Fundamentos da Educação 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

ALVES, Washington Lair Urbano. A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996. Lins, SP, 2009.

PEREIRA, Denise; ... [et al.]. Campo de saberes da história da educação no Brasil 2. Paraná: Atena, 2019.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

Ementa:

A questão ambiental e a educação. Educação Ambiental. Princípios e objetivos da Educação Ambiental. A educação como fator de defesa do patrimônio natural/cultural. Desenvolvimento Sustentado. Planejamento Ambiental. Impacto Ambiental. Conservação e valorização ambiental. Emergência do Paradigma Ambiental. O estudo do meio enquanto componente curricular para o ensino de crianças. Análise das tendências em educação ambiental. Principais conferências sobre meio ambiente e diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES, Alexandre Ferreira; FERREIRA, Déia Maria; SANTOS, Laísa Ferreira dos. Educação ambiental. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

LOPES, Alexandre Ferreira;... [et al.]. Educação ambiental. v. 2. ed. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010. V. 2.

LOPES, Alexandre Ferreira. Educação ambiental. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATENA (Ed.). Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Paraná: Atena, 2018.

AGUILERA, Jorge González;... [et al.]. Enfoque interdisciplinar na educação ambiental. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

SENHORAS, Elói Martins;... [et al.]. Enfoque interdisciplinar na educação ambiental 2. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

COVA, Carlos José Guimarães. Gestão ambiental. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010.

Dal Forno, Marlise Amália Reinehr;... [et al.]. Fundamentos em gestão ambiental. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

Definindo letramento: modelos, mitos e metáforas. Conhecer os processos de letramento, modos de ensinar a decodificação e a codificação da linguagem escrita. As variedades linguísticas do português falado. Práticas e eventos do letramento. A fala e a escrita no letramento. Contexto educacional para o desenvolvimento do letramento. Letramento: diferentes vozes, gêneros e identidades. Estudo das práticas letradas não escolares e de seus respectivos modos de circulação. As práticas de letramento no mundo adulto. Letramento como instrumento de poder. O ensino de literatura e linguagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VALLE, Camila do; MARQUES, Christiano; MORI, Marcio. Português instrumental. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

VOTRE, Sebastião Josué; PEREIRA, Vinícius Carvalho. Redação de textos acadêmicos: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

FERREIRA, Eric Duarte; CAMBRUSSI, Morgana Fabiola. Redação oficial. Florianópolis: UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RABIN, Bruno; PINNA, Rafael; BIAR, Liana. Redação. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2014.

RABIN, Bruno; PINNA, Rafael; BIAR, Liana. Redação. V. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

ORRICO, Evelyn, MOUTINHO, Lucia; MORI, Marcio. Português instrumental. V. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

MONNERAT, Rosane. Português I. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

MEDEIROS, Flavia; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LOBÃO, Ronaldo. Oficina de texto em segurança pública I: volume único. Rio de Janeiro: Cecierj, 2014.

PSICOMOTRICIDADE

EMENTA:

Elementos básicos da psicomotricidade. A Psicomotricidade na vida social e afetiva da criança. Noções gerais sobre educação e reeducação psicomotora. Esquema corporal e aplicação de exercícios práticos de organização espaço-temporal sob o ponto de vista motor, sensoriomotor, e perceptomotor. Implementação de Projetos de aprendizagem sobre a poética do brincar. A pré-escrita como forma de expressão da criança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOBO, Adelina Soares; ... [et al.]. Educação motora infantil : orientações a partir das teorias construtivista, psicomotricista e desenvolvimentista motora – zero a seis anos. Caxias do Sul, RS : Educs, 2010.

MORAIS, Maryana Pryscilla Silva de; ... [et al.]. A psicomotricidade relacional como prática educativa para inclusão de adolescentes com deficiência intelectual na educação física escolar. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. Ludicidade e educação infantil. Salvador : EDUFBA, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHLINDWEIN, Luciane Maria; ... [et al.]. A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola. Florianópolis : NUP, 2017.

CUSTODIO, Rosane Lemos Barreto; ... [et al.]. Prática interdisciplinar: uma prática sem fronteiras. Capivari de Baixo: Editora FUCAP, 2020. PINHEIRO, Geania Nogueira de Farias. Ludicidade e infância na construção do discurso literomusical brasileiro para crianças. Fortaleza: SEDUC, 2017.

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. Educação infantil: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velinho. Para pensar a educação infantil: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II

Tema: A Relação Escola, Família e Comunidade

Ementa: Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas. Este projeto envolve: o estudo e definição do tema: A relação escola, família e comunidade. Neste semestre os alunos deverão ir a campo nas escolas e pesquisar o modo como é planejada, executada e vislumbrada a sala multidisciplinar nos ambientes escolares. O trabalho envolverá atividades de pesquisa das bases teóricas,

discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: Introdução à Universidade. Introdução ao Curso. Técnicas de Elaboração de Projeto. Conhecendo a área da relação escola, família e comunidade. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOCHHANN, Andréa; ... [et al.]. Pedagogia em espaços não-escolares: uma discussão à luz do trabalho pedagógico. Goiânia: Kelps, 2021.

MENDONÇA, Márcia; ... [et al.]. Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita. São Paulo: ação educativa, 2015.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ... [et al.]. Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TEIXEIRA, Célia Regina; ... [et al.]. Espaços não escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social. João Pessoa: UFPB, 2018.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira; ... [et al.]. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte : Autêntica, 2010.

MENDONÇA, Ellen Cristina de Castro Nogueira; ... [et al.]. Espaço, Escola e Organização. Cuiabá: UFMT, 2015.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO II

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FAESB - Normas para Atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação – Disponível em <https://faculadefaesb.com.br/>

3º SEMESTRE

DIDÁTICA

Ementa:

Retrospectiva histórica da Didática. O papel da Didática na formação de educadores. Abordagens Alternativas para o ensino da Didática. Tendências pedagógicas na prática escolar. O planejamento da ação didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELIAS, Janete de O. Prática de ensino 1: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. (Biblioteca Curadoria Editora).

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos. Didática. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V.2.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. Métodos e técnicas de avaliação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. V. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MATTOS, Joy Costa; TUTTMAN, Malvina Tania; GUIMARÃES, Nilci da Silva. Prática de ensino 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

PABIS, Nelsi Antonia. Escola, currículo e avaliação. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

GUEDES, Adrianne Ogêda... [et al.]. Prática de ensino 5: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MATEMÁTICA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

Fundamentação do Ensino da Matemática: História da Matemática. Proposta curricular do ensino da Matemática. Construção do número pela criança de 0 a 6 anos. Educação Matemática. Estratégias de ensino. Materiais didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Kiara Lima. LIMA, Diego Ponciano de Oliveira; VERAS, Darlan Portela. Matemática básica 1. Fortaleza: UAB/IFCE, 2017.

SOUSA, Fernando Luis Vieira de. Matemática básica I. Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.

OLIVERO, Mário. História da matemática através de problemas. Rio de Janeiro: UFF, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Guttenberg Sergistótanés Santos. Matemática básica II. Fortaleza: UAB/IFCE, 2018.

AGUIAR, Fabiano Porto de. Matemática comercial e financeira. Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.

MACEDO, Marcos Antônio de. Matemática discreta. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

CUNHA, Francisco Gêvane Muniz; CASTRO, Jânio Kléo de Sousa. Matemática discreta. Fortaleza: UAB/IFCE, 2017.

NOBREGA, Pedro do Nascimento. Equações diferenciais. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 1.

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

Estudos socioculturais da escola, dos sistemas escolares, do processo educativo e de seus agentes, e experiências em educação não formal ou escolar, incluindo o exame das relações entre a educação e a sociedade e as relações entre a educação, a cultura, as ideologias, as instituições políticas, os sistemas de dominação e a construção de práticas de resistência e emancipação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

QUEIROZ, Pedro Fernandes de; SOBREIRA, Antonio Gonçalves. Antropologia Geral. Sobral: Inta, 2016.

SIQUEIRA, Euler David. Antropologia: uma introdução. Brasília: UAB, 2007.

BESERRA, Bernadete de L. R.;... [et al.]. Experimentações etnográficas em antropologia da educação. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Estudos antropológicos. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Estudos antropológicos. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

RODRIGUES, José Carlos. Antropologia e comunicação: princípios radicais. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2008.

LIMA, Roberto Kant de. A antropologia da academia: quando os índios somos nós. Niterói : EDUFF, 1997.

FERREIRA-SANTOS, Marcos; ... [et al.]. Aproximações ao imaginário: bússola de investigação poética. São Paulo: FEUSP, 2020.

Faculdade de Educação Social da Bahia

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EMENTA:

Aspectos históricos, políticos e científicos da educação especial. Legislação. Aprendizagem e desenvolvimento na inclusão. Transtornos de aprendizagem. Educação Especial e inclusão social (autismo, deficiência auditiva, deficiência

visual, deficiência intelectual e Alta capacidade, dotação e talentos). Recursos e procedimentos na educação inclusiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HERCULANO, Cláudia Vieira de Castro; RAMOS, Alice de Moura; CORRÊA, Maria Angela Monteiro. Tópicos em educação especial: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. Educação especial. 5.a reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V.1.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Salamanca. (Artigo/MEC). 1994.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho. Fundamentos da educação 3. 3a. reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. V. 1.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe. Autismo e aprendizagem: os desafios da Educação Especial. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MACHADO, Danielle H. A.; CAZINI, Janaína (Orgs.). Inclusão e educação. v. 1. Curitiba: Atena Editora, 2019.

MACHADO, Danielle H. A.; CAZINI, Janaína (Orgs.). Inclusão e educação. v. 2. Curitiba: Atena Editora, 2019.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL

EMENTA:

A disciplina se propõe a trabalhar a literatura infanto-juvenil como modelo de português padrão, como modelo de escrita e como portadora da dose de imaginação e fantasia necessárias à formação de crianças e jovens. Os livros clássicos e os mais modernos – com a temática, recursos gráficos e abordagens diferenciadas – serão objeto de leitura, análise, reinterpretação, reconsideração, recriação. O sentido subjacente às histórias infanto-juvenis será buscado na medida do possível experiencial e teórico dos alunos. O estudo da pesquisa teórica já existente subsidiará o aluno para suas próprias análises e conclusões.

Bibliografia Básica

CAPELLO, Cláudia; ...[et al.]. Literatura na formação do leitor. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

CAPELLO, Cláudia; ...[et al.]. Literatura na formação do leitor. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010.

CAPELLO, Cláudia; ...[et al.]. Literatura na formação do leitor. v. 3. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010.

Bibliografia Complementar:

KLINGER, Diana. Teoria da Literatura I. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2013.

GUERIZOLI, Olga. Teoria da Literatura I. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

MORAES, Anita M. R.; ...[et al.]. Teoria da Literatura II. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2013.

PORRUA, Regiane Pinheiro Dionisio. Literatura. Curitiba: IFPR, 2011.

VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de; ...[et al.]. Notas sobre literatura e linguagem Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III

Tema: Organização Curricular: Currículos Estaduais, Municipais e a Cultura da Escola.

EMENTA

Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas. Este projeto envolve: o estudo e definição do tema: Organização Curricular: Currículos Estaduais, Municipais e a Cultura da Escola. Neste semestre os alunos deverão ir a campo nas escolas e pesquisar o modo como é planejada, executada e vislumbrada organização curricular. O trabalho envolverá atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: Técnicas de Elaboração de Projeto. Conhecendo a Educação Indígenas. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FETZNER, Andréa Rosana. Currículo. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1.

Faculdade de Educação Social da Bahia
NASCIMENTO, Ilma Vieira do; MORAES, Lelia Cristina Silveira de; BONFIM, Maria Núbia Barbosa; ... [et al.] Currículo escolar: dimensões pedagógicas e políticas. São Luís: Edufrna, 2010.

FETZNER, Andréa Rosana. Currículo. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PABIS, Nelsi Antonia. Escola, currículo e avaliação. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos. Didática. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V.2.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho... [et al.]. Fundamentos da educação 4. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

GONZÁLES ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)

EMENTA:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

Bibliografia Básica e Complementar: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO III

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FAESB - Normas para ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO– Disponível em <https://faculdefaesb.com.br/>

Faculdade de Educação Social da Bahia

4º SEMESTRE

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: MÉTODOS E PERSPECTIVAS

Ementa:

Abordagem de temas ligados à alfabetização numa perspectiva crítica e atual. Discussão de textos voltados para aspectos atuais da alfabetização escolar: a

importância da leitura e da escrita, o pseudo dilema alfabetização versus construtivismo-interacionista. Questionamento acerca das possibilidades e limites do processo de leitura e da escrita no cotidiano de nosso sistema educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Mairce da Silva. Alfabetização: conteúdo e forma 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia Mendonça. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ARAÚJO, Mairce da Silva. Alfabetização: conteúdo e forma 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. V.1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal; MELLO, Marisol Barenco de. Alfabetização: conteúdo e forma 1 – UNIRIO: volume único. Rio de Janeiro: Cecierj, 2016.

ARAÚJO, Mairce da Silva. Alfabetização 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 2

ARAÚJO, Mairce da Silva... [et al.]. Alfabetização: conteúdo e forma 1. V. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

ARAÚJO, Mairce da Silva... [et al.]. Alfabetização: conteúdo e forma 2. V. 3 Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

RÊGO, Marta da Costa Lima; CARVALHO, Ricardo; FERNANDES, Valéria. Alfabetização: conteúdo e forma 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. V. 2.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa:

Conceito de infância. Correntes direcionadas à compreensão do comportamento da criança: enfoques psicológicos e filosóficos. Práticas pedagógicas para o trabalho com a criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos. Funções da pré-escola, o espaço e o ambiente no cotidiano da Educação Infantil. O perfil do profissional da Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. Educação infantil 1: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação. Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2018.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velhinho. Para pensar a educação infantil: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

ATENA EDITORA (Ed.). Políticas públicas na educação brasileira: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: Atena Editora, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação. Brasília: MEC, SEB, UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.

POLÍTICA E DIREITO EDUCACIONAL

Ementa:

A disciplina discute a educação como prática social regulada pelo Estado e objeto, portanto, das ações deste com vistas a realização de um projeto de sociedade. Para tanto, serão desenvolvidos estudos sobre: a articulação do Estado com as Políticas Públicas e com a Educação; os fundamentos que permearam a ação das agências multilaterais e seu impacto na formulação das políticas educacionais; e a normatização da educação no Brasil contemporâneo. Os direitos humanos fundamentais. A educação como direito fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VALLE, Bertha de Borja Reis do; COSTA, Marly de Abreu. Políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1.

BRASIL. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. Políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2 ed. Fortaleza: EDUECE, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

DAVID, Célia Maria... [et al.]. (Orgs). Desafios contemporâneos da educação. São Paulo: UNESP, 2015.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da educação no Brasil. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DAS ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS

Fatos, conceitos, princípios, procedimentos, valores e sensibilidades no fazer artístico do aluno. Relações entre arte e os temas transversais inseridos nos blocos de conteúdos e demais áreas do conhecimento do currículo dos anos iniciais do ensino fundamental. Avaliação da arte na escola. Pesquisa e produções textuais na área do ensino e da aprendizagem de arte. História e Cultura Afro-Brasileira.

Bibliografia Básica

NEGREIROS, Dalila Fernandes de Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes. São Bernardo do Campo, SP : EdUFABC, 2017.

BAEZ, Narciso Leandro Xavier. Teorias da justiça e direitos indígenas. Joaçaba: Editora Unoesc, 2017.

REIS, Cristiane de Souza. Políticas públicas e grupos em situação de vulnerabilidade: volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de. Antropologia sociocultural. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

LIMONCIC, Flávio; GRIN, Mônica. História e sociologia. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 1.

QUEIROZ, Pedro Fernandes de; ... [et al.]. Antropologia Geral. Sobral: Inta, 2016.

DUTRA, Cristiane Feldmann; PEREIRA, Gustavo de Lima... [et al.]. Direitos Humanos e Migrações Forçadas: migrações, xenofobia e transnacionalidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

ALVES, Verena Holanda de Mendonça; NEVES, Rafaela Teixeira Sena; RESQUE, João Daniel Daibes... [et al.]. Direitos Humanos e(m) tempos de crise. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA IV

Tema: A avaliação escolar.

Ementa: Trata-se de um trabalho do tipo "Projeto", orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas. Este projeto envolve: o estudo e definição do tema: Avaliação Escolar nas escolas da região. Neste semestre os alunos irão às escolas para pesquisa acerca da aplicação da avaliação escolar na Educação Infantil, Séries Iniciais e EJA nas escolas da região. O trabalho envolverá atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que

abordará os seguintes conteúdos: Introdução à Universidade. Introdução ao Curso. Técnicas de Elaboração de Projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PABIS, Nelsi Antonia. Escola, currículo e avaliação. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. Métodos e técnicas de avaliação. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. Métodos e técnicas de avaliação. V. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Angela M. Souza; ...[et al.]. Fundamentos da educação 2. v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

MARTINS, Angela Maria Souza; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

DISCIPLINA: PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II (PROJETO DE EXTENSÃO APLICADO ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA FAESB)

Ementa:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

Bibliografia Básica e Complementar: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO IV

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FAESB- Normas para ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO– Disponível em <https://faculdadefaesb.com.br/>

5º SEMESTRE

CIÊNCIAS: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Concepção de Ciências; Função social e política das Ciências; Formação de conceitos. Método Científico. Ensino-Aprendizagem /aspectos teóricos e práticos das Ciências Naturais, de acordo com as proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Terra/Universo, Seres Vivos, Matéria e Energia, Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VERDI, Marta Inês Machado; ... [et al.]. Saúde e Sociedade. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ASSMANN, Selvino José. Filosofia e ética. Florianópolis: CAPES: UAB, 2009. V.1.

LOPES, Alexandre Ferreira; FERREIRA, Déia Maria; SANTOS, Laísa Ferreira dos. Educação ambiental. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Elaine Christine de Souza; ...[et al.]. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

FREITAS, Hélia Maria Soares de. Filosofia e educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 1.

FREITAS, Hélia Maria Soares de; BORBA, Siomara. Filosofia e educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 2.

LOPES, Alexandre Ferreira;... [et al.]. Educação ambiental. v. 2. ed. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010. V. 2.

LOPES, Alexandre Ferreira. Educação ambiental. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

GEOGRAFIA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

O ensino de ciências sociais (História e Geografia) através de diferentes referenciais que valorizem a compreensão e intervenção na realidade social. Construção e reconstrução de relações entre o presente e o passado numa leitura pluralista de mundo. Conceitos, habilidades e atitudes em relação às Ciências Sociais.

Desenvolvimento de competências necessárias ao estudo da identidade, aspectos socioambientais, patrimônio cultural e valorização da sócio-diversidade e das diferentes relações de espaço/tempo. Interpretação de fenômenos complexos que envolvem diferentes abordagens teóricas e metodológicas das Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOREIRA, Constança Maria da Rocha. Geografia na educação 1. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

CARLA, de Brito Reis. Geografia na Educação 2. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

CARLA, de Brito Reis; ... [et al.]. Geografia na educação 2. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOMBARDI, Anna Paula; ... [et al.]. Geografia: políticas e democracia. V. 1. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

LOMBARDI, Anna Paula; ... [et al.]. Geografia: políticas e democracia. V. 2. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; ... [et al.]. Geografia: políticas e democracia. V. 3. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; ... [et al.]. Conflitos e convergências da geografia. V. 1. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; ... [et al.]. Conflitos e convergências da geografia. V. 2. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Panorama histórico, fundamentos teóricos e metodológicos da Libras. Introdução às competências e habilidades para comunicação com educandos surdos. Conceito de Libras, gramática, nomenclaturas, regionalismo, História da Educação de Surdos, Cultura Surda, legislação, intérprete. Saudações, alfabeto manual, pronomes, numerais, dias, meses e sinais relacionados ao tempo, família e sinais relacionados às pessoas, sinais relacionados à educação e ao curso, profissões, verbos, adjetivos, localizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RANGEL, Luciane; CUNHA, Mariana. Curso de LIBRAS on-line. Niterói: UFF, 2013.

LIBRAS: língua brasileira de sinais: curso básico. Brasília: Enap, 2019.

MARCON, Andréia Mendiola; ... [et al.]. Estudos da Língua Brasileira de Sinais. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOFIATO, Cássia Geciauskas; ... [et al.]. Língua Brasileira de Sinais - Libras: aspectos linguísticos e históricos. São Carlos: UFSCar, 2012.

GODOI, Eliamar; ... [et al.]. Língua Brasileira de Sinais - Libras: a formação continuada de professores. Uberlândia: EDUFU, 2016.

FELIPE, Tanya A.; ... [et al.]. Libras em contexto: curso básico. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

ALBRES, Neiva de Aquino; ... [et al.]. Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias. Florianópolis: UFSC, 2017.

SILVA, Vilma; ... [et al.]. Aprendendo Libras como segunda Língua. Palhoça: IFSC, 2014.

MENEZES, Adriane Melo de Castro; ... [et al.]. Introdução aos Estudos sobre Surdez e Libras. Boa Vista: UFRR, 2018.

AVALIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO EM EDUCAÇÃO

A problemática da avaliação da aprendizagem. Considerações históricas. Tendências atuais. Recursos avaliativos. Avaliação Institucional. Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e de organização do trabalho pedagógico. A pedagogia da autonomia: aprender a decidir através de prática de decisão. A relação da equipe técnica e demais envolvidas no contexto escolar com o processo de gestão. A estruturação da gestão do trabalho pedagógico através da implantação do Plano Estratégico. A trajetória histórica questões básicas do planejamento. A experiência do planejamento educacional

no Brasil e as reformas e atuais políticas educacionais envolvendo o processo de planejamento do sistema. O processo de planejamento em seus diferentes enfoques. A ação do planejamento na organização escolar e sua estruturação prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PABIS, Nelsi Antonia. Escola, currículo e avaliação. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. Métodos e técnicas de avaliação. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. Métodos e técnicas de avaliação. V. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Angela M. Souza; ...[et al.]. Fundamentos da educação 2. v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

MARTINS, Angela Maria Souza; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA V

Ementa:

Tema: Estrutura e Funcionamento da Educação

Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas. Este projeto envolve: o estudo e definição do tema: Estrutura do ensino brasileiro. As esferas federal, estadual e municipal e a organização dos seus sistemas de ensino e as responsabilidades no financiamento. LDB e suas relações com as políticas educacionais atuais na educação infantil e no ensino fundamental. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da IES.

Bibliografia Básica:

VALLE, Bertha de Borja Reis do; COSTA, Marly de Abreu. Políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1.

BRASIL. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. Políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.2.

Bibliografia Complementar:

VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2 ed. Fortaleza: EDUECE, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

DAVID, Célia Maria... [et al.]. (Orgs). Desafios contemporâneos da educação. São Paulo: UNESP, 2015.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da educação no Brasil. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

DISCIPLINA: PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA III (PROJETO DE EXTENSÃO APLICADO ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA FAESB)

Ementa:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo

alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

Bibliografia Básica e Complementar: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico; o exercício do olhar e do refletir sobre a prática; análise do discurso escolar; professor reflexivo: competências e desempenho docente; cotidiano escolar. Sob a orientação de um docente pedagogo, o aluno irá constituir o estágio junto às escolas da região de inserção, no âmbito da Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. Educação infantil 1: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação. Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2018.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velhinho. Para pensar a educação infantil: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

ATENA EDITORA (Ed.). Políticas públicas na educação brasileira: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: Atena Editora, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação. Brasília: MEC, SEB, UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.

DISCIPLINA: ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO V

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FAESB- Normas para ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO– Disponível em <https://faculdefaesb.com.br/>

6º SEMESTRE

FUNDAMENTOS DAS SÉRIES INICIAIS

Introdução, compreensão e análise do Planejamento Didático, dos Projetos de Trabalho, elaboração de projetos fundamentais à prática de ensino, estudo e análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental nas séries iniciais; Aulas práticas sobre os PCNS (Apresentação).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. Educação infantil 1: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

Faculdade de Educação Social da Bahia

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação. Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2018.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velhinho. Para pensar a educação infantil: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

ATENA EDITORA (Ed.). Políticas públicas na educação brasileira: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: Atena Editora, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação. Brasília: MEC, SEB, UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.

HISTÓRIA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

As abordagens sobre o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: os conteúdos, o currículo e os métodos de ensino. Conceitos e categorias para o ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental. A historiografia referente a escravidão, a aculturação dos povos indígenas e demais processos de organização social e econômica do Brasil Colonial. Materiais didáticos e as fontes documentais para o ensino de história dos anos iniciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAUAD, Ana Maria. Teoria da História. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MAUAD, Ana Maria. Teoria da História. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

CERRI, Luis Fernando; ... [et al.]. Os jovens e a História: Brasil e América do Sul. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PANIZ, Marcello; ... [ET AL.]. Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

CASTILHO, Danila Barbosa de; ... [ET AL.]. História diversa. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; .. [et al.]. Ensino de história: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

PEREIRA, Denise; .. [et al.]. Transversalidade da prática do profissional de história. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

BELTRÃO, Claudia. História antiga. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

LUDICIDADE E RECREAÇÃO

Piaget e a gênese da aprendizagem. Fases evolutivas do desenvolvimento da criança. A criança – visão Freudiana. O lúdico como elemento de aprendizagem. Técnicas de utilização da ludicidade na aprendizagem. O preparo para desenvolver e trabalhar lúdicos na Educação Infantil e Séries Iniciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DUARTE, Mônica. Artes na educação. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

SOARES, Carmela. Artes na educação. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2006.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. Ludicidade e educação infantil. Salvador : EDUFBA, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Amandio Miguel dos. Artes na educação. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

PINHEIRO, Geania Nogueira de Farias. Ludicidade e infância na construção do discurso literomusical brasileiro para crianças. Fortaleza: SEDUC, 2017.

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. Educação infantil: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velhinho. Para pensar a educação infantil: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Aspectos biopsicossociais da saúde humana: físicos, psíquicos, socioeconômicos, culturais e ambientais. Educação para a saúde física e mental. Saúde pública, combate ao uso indevido de drogas, de doenças endêmicas/epidêmicas. Sexualidade e sexo: respeito à diversidade, direito ao prazer, expressões de desejos e sentimentos, relações de gênero, prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VERDI, Marta Inês Machado; ... [et al.]. Saúde e Sociedade. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ASSMANN, Selvino José. Filosofia e ética. Florianópolis: CAPES: UAB, 2009. V.1.

LOPES, Alexandre Ferreira; FERREIRA, Déia Maria; SANTOS, Laísa Ferreira dos. Educação ambiental. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Elaine Christine de Souza; ...[et al.]. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

FREITAS, Hélia Maria Soares de. Filosofia e educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 1.

FREITAS, Hélia Maria Soares de; BORBA, Siomara. Filosofia e educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 2.

LOPES, Alexandre Ferreira;... [et al.]. Educação ambiental. v. 2. ed. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010. V. 2.

LOPES, Alexandre Ferreira. Educação ambiental. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA VI

Tema: BNCC e as Competências Gerais da Educação Básica.

Ementa: Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas. Este projeto envolve: o estudo e definição do tema: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ao final do semestre os

alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da IES.

Bibliografia Básica

BRASIL. BNCC: Base Nacional Curricular Comum. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

SOUZA, Júlio Cesar Lopes de. Gestão de carreiras. Indaial: Uniasselvi, 2020.

Bibliografia Complementar

VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2 ed. Fortaleza: EDUECE, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

DAVID, Célia Maria... [et al.]. (Orgs). Desafios contemporâneos da educação. São Paulo: UNESP, 2015.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da educação no Brasil. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

DISCIPLINA: PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IV (PROJETO DE EXTENSÃO APLICADO ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA FAESB)

Ementa:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

Bibliografia Básica e Complementar: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico; o exercício do olhar e do refletir sobre a prática; análise do discurso escolar; professor reflexivo: competências e desempenho docente; cotidiano escolar. Sob a orientação de um docente pedagogo, o aluno irá constituir o estágio junto às escolas da região de inserção, no âmbito da Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. Educação infantil 1: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010

DELORME, Maria Inês de Carvalho. Educação infantil 2: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação. Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2018.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velhinho. Para pensar a educação infantil: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

ATENA EDITORA (Ed.). Políticas públicas na educação brasileira: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: Atena Editora, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação. Brasília: MEC, SEB, UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.

DISCIPLINA: ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VI

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FAESB- Normas para ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO– Disponível em <https://faculdedefaesb.com.br/>.

DIREITOS EDUCACIONAIS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

EMENTA:

Estudo da Lei Nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estrutura física, partes geral e especial. Conceitos de criança e de adolescente. Doutrina da situação irregular. Doutrina da proteção integral. Conselho de Direitos. Conselho Tutelar. Ato Infracional. Medidas socioeducativas. Políticas públicas.

Bibliografia Básica:

VALLE, Bertha de Borja Reis do; COSTA, Marly de Abreu. Políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1.

BRASIL. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. Políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.2.

Bibliografia Complementar:

VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2 ed. Fortaleza: EDUECE, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

DAVID, Célia Maria... [et al.]. (Orgs). Desafios contemporâneos da educação. São Paulo: UNESP, 2015.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da educação no Brasil. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

TCC I

EMENTA:

Constituição de um Projeto de Pesquisa a partir de temas/problemas da área de ensino-aprendizagem da Pedagogia. Orientação de um docente da área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOSE, Alícia Duhá. Metodologia do trabalho científico. Salvador: UFBA, 2019.

SILVA, Douglas Fernandes da; ... [et al.]. Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso. São Paulo : Blucher Open Access, 2020.

SILVEIRA, Cláudia Regina. Metodologia da pesquisa. Florianópolis: IFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. Introdução à pesquisa: contribuições para o projeto de pesquisa e monografia de graduação e pós-graduação na sociedade de classes. Goiânia: Phillos, 2019.

FLEMMING, Diva Marília. Metodologia de projetos em ciências I. Florianópolis: IFSC, 2011.

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Metodologia de projetos em ciências II. Florianópolis: IFSC, 2010.

ALYRIO, Rovigati Danilo. Métodos e técnicas de pesquisa em administração: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

TAVARES, Arice Cardoso; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; SELL, Sérgio. Metodologias para iniciação à prática da pesquisa e extensão I: caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

7º SEMESTRE

FUNDAMENTOS DE GESTÃO ESCOLAR

EMENTA:

Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar. Brasília : Universidade de Brasília, 2006.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; ... [et al.]. Gestão Escolar: Enfrentando os Desafios Cotidianos em Escolas Públicas. Curitiba: Edição do autores, 2009.

LÜCK, Heloísa; ... [et al.]. Gestão Escolar e Formação de Gestores. Brasília: INEP, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NICOLLI, Aline Andréia; ... [et al.]. Coordenação pedagógica: diferentes olhares sobre as relações escolares e práticas pedagógicas. Rio Branco: Edufac, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; ... [et al.]. A coordenação do trabalho pedagógico na escola. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2016.

ALVES, Iracy Maria de Azevedo; ... [et al.]. O Coordenador Pedagógico em uma Educação a Distância sem distância. Salvador : Edufba, 2018.

SILVA, Inaldevania de Melo. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 1. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

SOUSA, Nelída Mota de Lima. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 2. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MÉTODOS E FUNDAMENTOS

EMENTA:

Métodos e Fundamentos Histórico da Educação de Jovens e Adultos. Legislação que embasam a EJA no Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais da EJA. O perfil do professor da EJA. Pressupostos teórico-metodológicos do processo de alfabetização de Jovens e Adultos. Solução de problemas e aplicação prática da aprendizagem: exercício de cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Salgado, Edméé Nunes. Educação de Jovens e Adultos. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

Salgado, Edméé Nunes. Educação de jovens e adultos. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Estágio em educação de jovens e adultos - UERJ : volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Angela M. Souza; ...[et al.]. Fundamentos da educação 2. v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

MARTINS, Angela Maria Souza; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EMENTA:

Histórico da EAD: Mundo e Brasil. Políticas Públicas para EAD. Professores e Tutores: novas formas de atuação. Modelos Pedagógicos para EAD. Processo de ensino e aprendizagem na EAD. Avaliação em EAD. Tecnologias Contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Glaucia da Silva; ... [et al.]. Tecnologias na Educação Presencial e a Distância: conceitos e instrumentos. Rio de Janeiro: Curatoria Editora, 2020.

ALVES, Iracy Maria de Azevedo; ... [et al.]. O Coordenador Pedagógico em uma Educação a Distância sem distância. Salvador : Edufba, 2018.

TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach; ... [et al.]. Mídias na educação: a pedagogia e a tecnologia subjacentes. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHENKEL, Maria Hermínia Benincá; ... [et al.]. Metodologia da educação a distância I: caderno pedagógico. Florianópolis : UDESC, 2013.

SOUSA, Jacqueline Andréa Furtado de. O planejamento de estudo na educação a distância como prática discente no combate ao insucesso das avaliações acadêmicas: um estudo de caso. São Paulo : Blucher Open Access, 2015.

NOVAK, Silvestre; ... [et al.]. Aprendizagem em rede na educação a distância: práticas e reflexões. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SILVA, Inaldevania de Melo. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 1. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

DIANA, Juliana Bordinhão; ... [et al.]. Desenvolvendo e agregando valores na educação a distância. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA VII

Tema: GESTÃO ESCOLAR

Ementa: Trata-se de um trabalho do tipo “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade, a partir da articulação entre as disciplinas. Este projeto envolve: o estudo e definição do tema: Princípios teóricos e metodológicos da organização do trabalho docente. Mediação pedagógica. Mobilização de saberes na ação docente para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Instrumentos de trabalho docente: planejamento, documentação e avaliação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Procedimentos didáticos, materiais didáticos e novas tecnologias. Conteúdos escolares: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Propostas Curriculares Estadual e Municipais, Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RECNEI). Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da IES. **Neste semestre os alunos irão a campo nas escolas da região de inserção da FAESB e contatarão gestores escolares com o objetivo de constituir um**

relato e análise acerca das problemáticas enfrentadas pelos gestores escolares em suas respectivas instituições. As constituições dos cargos de gestão escolar: Uma expectativa política ou de capacidade? Os alunos deverão avaliar as perspectivas das escolhas de gestores a partir de concepções políticas e suas consequências para o ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar. Brasília : Universidade de Brasília, 2006.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; ... [et al.]. Gestão Escolar: Enfrentando os Desafios Cotidianos em Escolas Públicas. Curitiba: Edição do autores, 2009.

LÜCK, Heloísa; ... [et al.]. Gestão Escolar e Formação de Gestores. Brasília: INEP, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NICOLLI, Aline Andréia; ... [et al.]. Coordenação pedagógica: diferentes olhares sobre as relações escolares e práticas pedagógicas. Rio Branco: Edufac, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; ... [et al.]. A coordenação do trabalho pedagógico na escola. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2016.

ALVES, Iracy Maria de Azevedo; ... [et al.]. O Coordenador Pedagógico em uma Educação a Distância sem distância. Salvador : Edufba, 2018.

SILVA, Inaldevania de Melo. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 1. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

SOUSA, Nelída Mota de Lima. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 2. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

EMENTA:

Participação no cotidiano escolar. Entendimento das relações aluno-professor na Educação de Jovens e Adultos. Desenvolvimento de estratégias e metodologias de aprendizagem na EJA. Documentos Oficiais que norteiam a EJA. Neste semestre os alunos irão constituir o estágio em instituições conveniadas que ofertam a EJA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Salgado, Edmée Nunes. Educação de Jovens e Adultos. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

Salgado, Edmée Nunes. Educação de jovens e adultos. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Estágio em educação de jovens e adultos - UERJ : volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Angela M. Souza; ...[et al.]. Fundamentos da educação 2. v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

MARTINS, Angela Maria Souza; ...[et al.]. Fundamentos da Educação 3. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

DISCIPLINA: ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VII

Ementa:

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FAESB- Normas para ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO- Disponível em <https://faculdefaesb.com.br/>

Faculdade de Educação Social da Bahia

8º SEMESTRE

MULTICULTURALISMO E DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAL, DE GÊNERO, SEXUAL, RELIGIOSA E DE FAIXA GERACIONAL

Ementa:

A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e questões de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos

humanos. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. As abordagens de gênero sexual na escola. A tolerância e o respeito às diversas faixas geracionais. . O combate à violência contra a mulher. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades.

Bibliografia Básica

PANTOJA, Gislane Narciso; BASTOS, Veronica Wander. Legislação social: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

REIS, Cristiane de Souza. Políticas públicas e grupos em situação de vulnerabilidade: volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019.

DUTRA, Cristiane Feldmann; PEREIRA, Gustavo de Lima... [et al.]. Direitos Humanos e Migrações Forçadas: migrações, xenofobia e transnacionalidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

Bibliografia Complementar

ALVES, Verena Holanda de Mendonça; NEVES, Rafaela Teixeira Sena; RESQUE, João Daniel Daibes... [et al.]. Direitos Humanos e(m) tempos de crise. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro; SOARES, Diony Maria. Estudos antropológicos. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012. V. 2.

SILVA, Juliana Giovanetti Pereira da; LEONEL, Ana Letícia Anarelli Rosati, LEONEL, Juliano de Oliveira... [et al.]. Temas Transversais de Direitos Humanos, volume 2: abordagens contemporâneas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.

ATENA (Ed.). Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Paraná: Atena, 2018.

PEDAGOGIA E AMBIENTES NÃO ESCOLARES

EMENTA:

Conceitos e dimensões sócio políticos na estrutura de ambientes de educação não-formal. Cultura (s) de espaços educativos formais e não-formais. As dimensões do trabalho pedagógico: pedagogia social de rua; pedagogia em ambientes empresariais, projetos sociais; organização não governamental. Pedagogia no ambiente de promoção de saúde e da melhoria de qualidade de vida. Princípios e práticas pedagógicas no processo de Organização de Instituições e espaços educativos não-formais. Postura e Ação do educador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOCHHANN, Andréa; ... [et al.]. Pedagogia em espaços não-escolares: uma discussão à luz do trabalho pedagógico. Goiânia: Kelps, 2021.

MENDONÇA, Márcia; ... [et al.]. Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita. São Paulo: ação educativa, 2015.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ... [et al.]. Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

Faculdade de Educação Social da Bahia

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TEIXEIRA, Célia Regina; ... [et al.]. Espaços não escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social. João Pessoa: UFPB, 2018.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira; ... [et al.]. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte : Autêntica, 2010.

MENDONÇA, Ellen Cristina de Castro Nogueira; ... [et al.]. Espaço, Escola e Organização. Cuiabá: UFMT, 2015.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. Fundamentos da educação 4. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

POSICIONAMENTO PROFISSIONAL

EMENTA:

Trabalho, profissão e carreira na sociedade atual. Compreensão da profissão. O mundo globalizado e o mercado de trabalho: oportunidades, empreendedorismo e remuneração. O autoconhecimento profissional, qualificações e novas posturas profissionais.

Bibliografia Básica

GIOVANELA, Adriana;... [et al.]. Empreendedorismo. Indaial: Uniasselvi, 2017.

MENDONÇA, Rosângela Míriam L. O. Economia criativa: práticas para inovação e desenvolvimento. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019

SANTOS, Renato Lima dos; SOUZA, Lady Day Pereira de. Empreendedorismo. Cuiabá: Instituto Federal do Rondônia, 2015.

Bibliografia Complementar

RUSSO, Suzana Leitão;... [et al.]. Propriedade intelectual, tecnologias e empreendedorismo. Aracaju: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2017.

MARCOVITCH, Jacques;... [et al.]. Pioneirismo e educação empreendedora: projetos e iniciativas. São Paulo: Com-Arte, 2018.

GITMAN, Lawrence J. ... [et al.]. Introdução ao negócios. Texas: OpenStax, 2018.

ABREU, Antonio Jorlan Soares de;... [et al.]. Mulheres empreendedoras: entre o batom ao planejamento estratégico. São Luís: IFMA, 2019.

MASSENSINI, Ariana Ramos. Empreendedorismo. Cuiabá: UFMT, 2011.

TCC II

EMENTA:

Constituição de um Trabalho de Conclusão de Curso no gênero Monografia a partir do Projeto de Pesquisa estabelecido no período anterior. Orientação de um docente da área. Defesa Pública de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOSE, Alícia Duhá. Metodologia do trabalho científico. Salvador: UFBA, 2019.

SILVA, Douglas Fernandes da; ... [et al.]. Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso. São Paulo : Blucher Open Access, 2020.

SILVEIRA, Cláudia Regina. Metodologia da pesquisa. Florianópolis: IFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. Introdução à pesquisa: contribuições para o projeto de pesquisa e monografia de graduação e pós-graduação na sociedade de classes. Goiânia: Phillos, 2019.

FLEMMING, Diva Marília. Metodologia de projetos em ciências I. Florianópolis: IFSC, 2011.

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Metodologia de projetos em ciências II. Florianópolis: IFSC, 2010.

ALYRIO, Rovigati Danilo. Métodos e técnicas de pesquisa em administração: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

TAVARES, Arice Cardoso; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; SELL, Sérgio. Metodologias para iniciação à prática da pesquisa e extensão I: caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

EMENTA:

Vivência direta no ambiente escolar participando das práticas de gestão escolar. Constituição e socialização dos relatórios de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar. Brasília : Universidade de Brasília, 2006.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; ... [et al.]. Gestão Escolar: Enfrentando os Desafios Cotidianos em Escolas Públicas. Curitiba: Edição do autores, 2009.

LÜCK, Heloísa; ... [et al.]. Gestão Escolar e Formação de Gestores. Brasília: INEP, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NICOLLI, Aline Andréia; ... [et al.]. Coordenação pedagógica: diferentes olhares sobre as relações escolares e práticas pedagógicas. Rio Branco: Edufac, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; ... [et al.]. A coordenação do trabalho pedagógico na escola. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2016.

ALVES, Iracy Maria de Azevedo; ... [et al.]. O Coordenador Pedagógico em uma Educação a Distância sem distância. Salvador : Edufba, 2018.

SILVA, Inaldevania de Melo. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 1. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

SOUSA, Nelída Mota de Lima. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 2. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VIII

EMENTA:

Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do professor. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de Licenciatura, na própria FAESB ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da educação continuada e da inovação nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e políticas educacionais e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Faculdade de Educação Social da Bahia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FAESB - Normas para Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

OPTATIVAS

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Discussão e reflexão do desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idoso) nos aspectos biológicos, emocionais e psicológicos. Construção de formas de abordagem participativas (alunos, pais e professores) na escola sobre temáticas relativas ao desenvolvimento sadio da sexualidade. Reflexão sobre práticas sexuais e prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de tabus e intolerância. Discussão dos parâmetros curriculares nacionais no ministério de educação e cultura e a temática da sexualidade. Estudo sobre as desigualdades sociais, a carência estrutural de muitos alunos, as violências das várias ordens que cercam a vida desses e que interferem nas relações e comportamentos sexuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEYSER, Kevin Daniel dos Santos;...[et al.]. Afetividade e sexualidade na educação inclusiva. Indaial: Uniasselvi, 2019.

CADEI, Marilene de Sá;...[et al.]. Educação em saúde. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

CADEI, Marilene de Sá;...[et al.]. Educação em saúde. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RODRIGUES, Paulo Ricardo;...[et al.]. A saúde sexual no contexto escolar. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

SILVEIRA, Catharina;...[et al.]. Educação em gênero e diversidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

MARY, Neide Damico Figueiró;...[et al.]. Educação sexual : múltiplos temas, compromisso comum/ Mary Londrina : UEL, 2017.

CASAGRANDE, Lindamir Salete;...[et al.]. Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para a educação. Curitiba: UTFPR, 2016.

VAL, Alexandre Costa. Multiplicando os gêneros nas práticas em saúde. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

TEMAS AVANÇADOS E TRANSVERSAIS NA EDUCAÇÃO

EMENTA:

PCNs. Como trabalhar a inter e transdisciplinariedade. O profissional de series iniciais e a política pedagógica com temas transversais. A coordenação dos trabalhos em Temas transversais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar. Brasília : Universidade de Brasília, 2006.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; ... [et al.]. Gestão Escolar: Enfrentando os Desafios Cotidianos em Escolas Públicas. Curitiba: Edição do autores, 2009.

LÜCK, Heloísa; ... [et al.]. Gestão Escolar e Formação de Gestores. Brasília: INEP, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NICOLLI, Aline Andréia; ... [et al.]. Coordenação pedagógica: diferentes olhares sobre as relações escolares e práticas pedagógicas. Rio Branco: Edufac, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; ... [et al.]. A coordenação do trabalho pedagógico na escola. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2016.

ALVES, Iracy Maria de Azevedo; ... [et al.]. O Coordenador Pedagógico em uma Educação a Distância sem distância. Salvador : Edufba, 2018.

SILVA, Inaldevania de Melo. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 1. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

SOUSA, Nelída Mota de Lima. Formação Docente: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas. V. 2. Goiânia: Editora Phillos, 2019.

ANÁLISE DE CONJUNTURAS SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL

EMENTA:

Prospectivos constituem um campo da atividade intelectual e política relacionado a todos os setores da vida social, econômica, política e cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTAS, Alexis Toríbio;...[et al.]. Formação Econômica do Brasil. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2019.

DANTAS, Alexis Toríbio;...[et al.]. Formação Econômica do Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2019.

TRENNEPOHL, Vera Lúcia. Formação e desenvolvimento brasileiro. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Economia brasileira. Florianópolis: UFSC, 2010.

MOREIRA, Maxwell Ribeiro. Economia brasileira contemporânea. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

VALIATI, Leandro;...[et al.]. Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia I. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

VALIATI, Leandro;...[et al.]. Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia II. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CALVETE, Cássio da S. ;...[et al.]. Políticas de emprego, trabalho e previdência. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2014.

FUNDAMENTOS DE PSICOPEDAGOGIA

Apresentação do objeto de estudo da Psicopedagogia e seu esquema evolutivo, os modelos teóricos que fundamentam a práxis psicopedagógica. As perspectivas práticas da Psicopedagogia. O contexto escolar e as problemáticas relacionadas aos transtornos e aspectos psicológicos dos atores escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Rafael Siqueira de; KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. Psicologia e educação: interlocuções e possibilidades. Guarapuava: Unicentro, 2010.

OLIVEIRA, Fernanda Germani de. Psicologia da educação e da aprendizagem. Indaial : Uniasselvi, 2014.

CARVALHO, Sebastião Marcos Ribeiro de; BATAGLIA, Patricia Unger Raphael (org.). Psicologia e educação: temas e pesquisas. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVEIRA, Nícia Luiza Duarte da. Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini. Psicologia da educação. Santa Maria: UFSM; Brasília: MEC, 2010.

PINTO, Karina Pereira. Psicologia da Educação. Ilhéus: UESC, 2011.

PRADO, Margareth Simone Marques. Psicologia da educação. Cruz das Almas, BA: SEAD-UFRB, 2017.

LOBO, Adelina Soares; ... [et al.]. Educação motora infantil : orientações a partir das teorias construtivista, psicomotricista e desenvolvimentista motora – zero a seis anos. Caxias do Sul, RS : Educs, 2010.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM PEDAGOGIA

Ementa:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídos no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE e/ou tratar de temas que tenham apresentado deficiências de aprendizado no decorrer do curso, inovações e/ou alterações no âmbito da Pedagogia.

Bibliografias Básica e Complementar: Serão indicadas pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, com o aval da coordenação de curso e/ou colegiado.

Faculdade de Educação Social da Bahia

4.8 METODOLOGIA

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Licenciatura em Pedagogia, a Coordenação de Curso e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito da formação profissional.

Dessa forma, partiu-se da lógica de que o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à autonomia dos alunos, aos processos interativos, as atividades de inserção nos órgãos de assistência social e comunidades carentes, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos.

O professor formado pela **Faculdade de Educação Social da Bahia** tem durante a sua trajetória acadêmica os componentes curriculares da matriz curricular com as seguintes práticas:

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Aulas com a utilização de recursos multimídia;
- Práticas orientadas de investigação de casos e problemas nas escolas da região de inserção;
- Estudo e discussão de casos oriundos de problemas na área educacional, com abordagem interdisciplinar; e
- Desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada disciplina abordando, sempre que possível conteúdos interdisciplinares;
- Aulas práticas na brinquedoteca;
- Participação em ações acadêmico-sociais voltadas à comunidade escolar e comunidade carente do município;
- Visitas técnicas às instituições escolares e não escolares;
- Eventos de cunho científico-acadêmico.

Assim, como já apontamos em nossas perspectivas pedagógicas os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado. Nessa perspectiva, o desenvolvimento

da Prática Pedagógica na forma de pesquisa ou estudos de caso *in loco* nas escolas e junto à comunidade, a participação e organização de congressos e a prestação de serviços de monitoria por parte do corpo discente serão constantemente viabilizados aos acadêmicos, afinal atividades dessa natureza propiciarão aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula.

As visitas técnicas às escolas e instituições não formais de ensino também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivo-dialogadas, pois o desenvolvimento destas atividades possibilitará a capacitação dos alunos para desempenharem responsavelmente às atividades profissionais com uma visão crítica e holística sobre as questões pertinentes à educação na realidade brasileira.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação docente.

A metodologia de ensino das disciplinas previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, inclui mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos, principalmente ao que se refere às condições da situação da educação em nível local e nacional.

No Curso Pedagogia, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, busca-se constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo docente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

Nesse contexto, estabelecem-se os princípios da Metodologia Ativa como um processo amplo que se produz a partir da inserção do aluno/estudante de pedagogia como agente principal responsável pela sua aprendizagem, comprometendo-se com seu aprendizado.

Nesse viés de Metodologia Ativa, as Práticas Pedagógicas delineadas neste PPC a partir de temas previamente dimensionados (porém, não engessados, pois se poderão estabelecer novos temas conforme as necessidades do curso) compõem problematizações que tem como objetivo instigar o estudante mediante problemas da área educacional, de modo que se possibilite examinar, refletir, posicionar-se de forma crítica diante da educação e da escola.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegiará sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deverá estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto com a quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Ao escolher as estratégias de ensino, o curso irá sugerir a partir dos planos de ensino constituídos a cada semestre na semana pedagógica que elas sejam as mais diversificadas possíveis, que privilegiem mais o raciocínio crítico que a memória, que sejam instrumentos a favor da interação entre o professor e o aluno, aluno e aluno, em busca da construção de conhecimentos coletivos, para isso os conteúdos devem sempre ser tratados de forma contextualizada, de modo a que o conhecimento possa ser relacionado com a prática e com a experiência.

Desse modo, a Coordenação sensibiliza o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho docente e gestão

educacional são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual se dá preferência por docentes que unam a academia com a experiência no ensino básico.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverão aparecer, como já destacamos, na relação estabelecida entre os professores através das disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, devem se considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, afinal isso é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático.

A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais ou inícios dos semestres nos Seminários Pedagógicos que são rotineiros no curso e na IES.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, foram realizadas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização de projetos de extensão que permitam a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros professores; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional de Pedagogia.

Em suma, o proceder metodológico delineado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, está voltado para a formação do profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a gestão escolar, a sociedade e o trabalho docente como um todo.

4.8.1 A Acessibilidade Metodológica e a Autonomia de Aprendizado dos Aluno

Conforme já destacamos, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo discente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

O NDE tem a prerrogativa de que os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado. Dessa forma, o desenvolvimento de projetos de extensão junto à comunidade, a participação e organizações de congressos e a prestação de

serviços de monitoria em sala de aula e a participação na brinquedoteca por parte do corpo discente serão constantemente viabilizados.

Atividades como as supracitadas propiciarão aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula ou em projetos de extensão e, principalmente, estabelecer a necessária autonomia de aprendizado.

As visitas técnicas também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivas, pois o desenvolvimento destas atividades possibilitará a capacitação dos alunos para desempenharem responsavelmente as atividades profissionais com uma visão crítica e holística sobre as questões pertinentes à área do curso e à realidade do mercado de trabalho.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação do Pedagogo.

A metodologia de ensino as matérias previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, deverá incluir mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e da profissão nas suas várias atuações. Tal prerrogativa é de responsabilidade: do professor da disciplina, da coordenação do curso, do colegiado do curso, do NDE e do Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica.

No entanto, para estabelecer a autonomia discente, faz-se necessário que sejam sempre consideradas as limitações e o respeito às singularidades de cada aluno. Nesse contexto, conforme já explicitamos em outros capítulos, as condições de acessibilidade aos conteúdos e aos métodos por alunos com necessidades

especiais devem sempre ser respeitadas e configuradas como obrigação da gestão dos cursos.

Assim, o uso do VLIBRAS, DOSVX, e acompanhamento de um profissional psicopedagogo sempre que necessário, são nortes facilmente disponibilizados em cada curso de graduação da FAESB.

4.8.2 Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores

Ao refletir sobre as Pesquisa e Prática Pedagógica e a necessidade de vinculação da teoria e prática no curso, o NDE tem como perspectiva que o docente deve sempre a sua desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deverá estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Nesse contexto, além das buscas por novas metodologias pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, o NDE estabeleceu componentes curriculares que deverão obrigatoriamente fazer a relação teoria-prática de maneira plena:

a) **Prática Pedagógica:** Além de estudar conteúdos relativos aos temas, os alunos deverão ir a campo para conhecer, analisar e intervir na realidade em que vivem e irão trabalhar.

b) **Práticas na Brinquedoteca:** Os alunos atuarão de forma transversal durante todo o curso procurando atrelar teoria e prática.

c) **Estágio Curricular:** Além do estudo das teorias que sustentarão o trabalho em campos de estágio, os alunos deverão sempre correlaciona-las para o componente curricular.

AS AULAS INVERTIDAS

Além disso, sob a égide de práticas metodológicas inovadoras, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente acadêmico, a FAESB estabelece neste PPC e em todos os seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional *"Flipped Classroom"*.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes da FAESB assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor disporá de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

Destaque-se que as experiências pedagógicas com a metodologia Sala de Aula Invertida são amplamente realizadas em diferentes IES com resultados que demonstram as múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos do conhecimento. O eixo central das experiências ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que têm estimulado a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam

a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos educacionais.

Além disso, a Coordenação de Curso sensibiliza sempre o corpo docente quanto à seleção de metodologias, para que alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes que unam a academia com a experiência da prática pedagógica.

Conforme já citamos, a complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverá aparecer na relação estabelecida entre os professores através da Pesquisa e Prática Pedagógica, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve se lembrar de que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada,

sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização dos estágios de modo que se permita a prévia atuação nas instituições públicas e privadas de ensino.
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional a ser formado.

Em suma, o proceder metodológico planejado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, está voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação e o trabalho.

4.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A relação entre estágio e a formação profissional de Pedagogia implica em abordar o processo de construção da profissão no movimento sócio-histórico mais amplo da sociedade. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Configura-se em um momento de aprendizagem político-pedagógica que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das instituições e/ou espaços sócio-ocupacionais e da própria universidade/IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade- singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

“O estágio supervisionado é um instrumento de integração e conhecimento do aluno com a realidade social e econômica de sua região e do trabalho de sua área.” (CARVALHO e KRIGER apud ABENO, 2003, p.10).

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além de ter como objetivo, formar um profissional capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas, mas sem perder a característica principal do projeto, que é a formação de um profissional generalista.

Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador de profissionais de Pedagogia que esteja integrado à nossa realidade social e comprometido, por suas efetivas práticas profissionais, com as reais necessidades da maior parte da sociedade brasileira.

Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim a representatividade da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação

profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico do Curso de Pedagogia da FAESB, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES e no regulamento anexado a este PPC.

A estruturação do Estágio do Curso de Pedagogia fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES e nas Diretrizes Curriculares do MEC para o Curso de Graduação de Pedagogia:

- Os campos de estágio serão constituídos pela interação com as instituições públicas e privadas de ensino.
- O Estágio Curricular Supervisionado terá duração conforme as DCN's e será dividido em 4 semestres;
- A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e iniciação científica da IES, esta última quando couber ou for o caso.

O estágio na FAESB é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) após constituir competências e habilidades suficientes para exercê-la, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, disponibilizado para consulta no site da IES.

4.9.1 Estágio Curricular Supervisionado: Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio

A gestão do Estágio Supervisionado da FAESB se dá em dois âmbitos: a partir das instituições públicas e privadas de ensino e da Coordenação de Curso com um professor responsável pelos estágios.

Nesse contexto, a Coordenação do curso será a responsável por organizar o estágio nas instituições públicas e privadas que possam receber os alunos do curso.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com as instituições de ensino, isso se dá a partir da coordenação de estágio do Curso de Pedagogia que fica responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES realiza uma via de mão dupla, na qual os órgãos poderão receber o apoio da IES a partir da oferta de cursos de extensão e qualificação profissional aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como os órgãos educacionais virem até a IES para palestras e conferências, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e a FAESB, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar as Práticas Pedagógica em que os alunos vão a campo conhecer as instituições públicas e privadas de ensino e os anseios e necessidades da região de inserção, o que fará com que já na gênese da formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se dá naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos de ensino, afinal, na via de mão dupla

citada, as necessidades das instituições de ensino são elementos de análise sistemática na IES.

4.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Conforme já explicitado em capítulo anterior, o Estágio Curricular Supervisionado se estabeleceu neste PPC a partir do que apregoa a Resolução CNE-CP nº 02 de 1º de Junho de 2015 e da Lei 11.788 de 2008.

Nesta expectativa, conforme o regulamento do estágio curricular supervisionado anexado a este PPC, formalizou convênios com as Redes Pública e Privada de Educação Básica, prevendo:

- a) Obrigatoriedade de explicitar nos termos de convênio a participação de professores e alunos do curso também nos Conselhos de Classe nos quais se envolvem alunos, e comunidade.
- b) Obrigatoriedade de professor-orientador para todos os alunos que farão o estágio supervisionado, sendo este acompanhamento sistemático e não apenas pontual em encontros na IES. Ou seja, o professor-orientador, além de orientar um número de alunos que seja compatível com as normas de estágio para que se tenha qualidade (máximo de 08 alunos por professor orientador), este deverá acompanhar o estagiário também em suas práticas de campo.
- c) Estagiários e Orientadores deverão vivenciar a realidade escolar participando dos conselhos de classe e de reuniões com os professores da escola conveniada. Ou seja, fazer parte da realidade em que se inserem para a prática de estágio.

Desse modo, o Estágio Curricular Supervisionado passa a se constituir não apenas como uma fase ou período de formação do professor, mas de uma

oportunidade de devolver às escolas e à comunidade a participação social e histórica que o Ensino Superior tem a obrigação moral de se estabelecer.

4.10.1 Estágio Curricular Supervisionado: Relação entre Licenciandos, Docentes e Supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica

Nas expectativas que estabelecem o Estágio Curricular Supervisionado, o curso incentiva e realiza o diálogo contínuo e parceria de trabalho entre os professores-orientadores da IES, os estagiários e os professores da escola conveniada.

Nesse viés, o papel do supervisor não se estabelece apenas em avaliar o licenciando em suas atividades de estágio, mas de participar de maneira efetiva na concepção do projeto de estágio e acompanhá-lo na sua efetivação em cada uma das fases em que ele se constituirá (Ensino Infantil; Ensino Fundamental (series iniciais); EJA e Educação Especial; e Supervisão e Gestão Escolar).

Trata-se de uma perspectiva em que todos os envolvidos, ou seja, licenciandos, supervisores, orientadores e docentes da escola e professores da IES se unem em uma busca constante de melhorar a educação a partir de uma melhor formação de novos professores.

4.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Curricular Supervisionado neste PPC tem como norte a indissociabilidade entre a teoria e a prática na formação de professores. Assim, a constituição do estágio em seu regulamento prevê que o aluno deverá ter cursado ou estar cursando o nível da educação básica em que estiver estagiando, ou seja,

os conhecimentos necessários para a prática escolar já devem ser de domínio do aluno para que ele possa se inserir na fase de estágio.

Para o acompanhamento dessa relação entre teoria e prática, os projetos de estágio que irão nortear as atividades desenvolvidas no estágio devem ser fundamentados pelas teorias advindas do currículo do curso perfazendo reflexões críticas entre as atividades a serem desenvolvidas e as teorias educacionais.

Da mesma forma, o relato do estágio já constituído pelo licenciando, deverá prever que as análises das situações vivenciadas na escola sejam refletidas a partir de teorias educacionais e científicas e formalizadas numa produção acadêmica no formato de relatório de estágio curricular supervisionado construído ao final de cada fase/semestre estagiado.

4.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES TEÓRICO PRÁTICA DE APROFUNDAMENTOS)

As Atividades Complementares nas DCN's de Formação de Professores são nomeadas de As Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos que são componentes curriculares obrigatórios do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Em resumo, são estudos e atividades dentre as quais podem ser destacadas as visitas monitoradas, iniciação científica, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso que aprofundem a formação do professor para além do seu currículo.

Para o curso em questão, concentra-se carga horária de 140 (cento e quarenta) horas, devendo seu cumprimento ser realizado ao longo do Curso.

Os alunos devem entregar os comprovantes dessas atividades na coordenação. Não serão computadas atividades cuja documentação possua data anterior do início do curso. As horas computadas em uma atividade não poderão ser consideradas em outras atividades, mesmo que sejam afins.

É de competência da Secretaria Acadêmica da FAESB a análise dos documentos e respectiva atribuição da carga horária de Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos de cada aluno, dentro dos termos fixados na regulamentação específica. As Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos possuem algumas características inerentes a esses cursos.

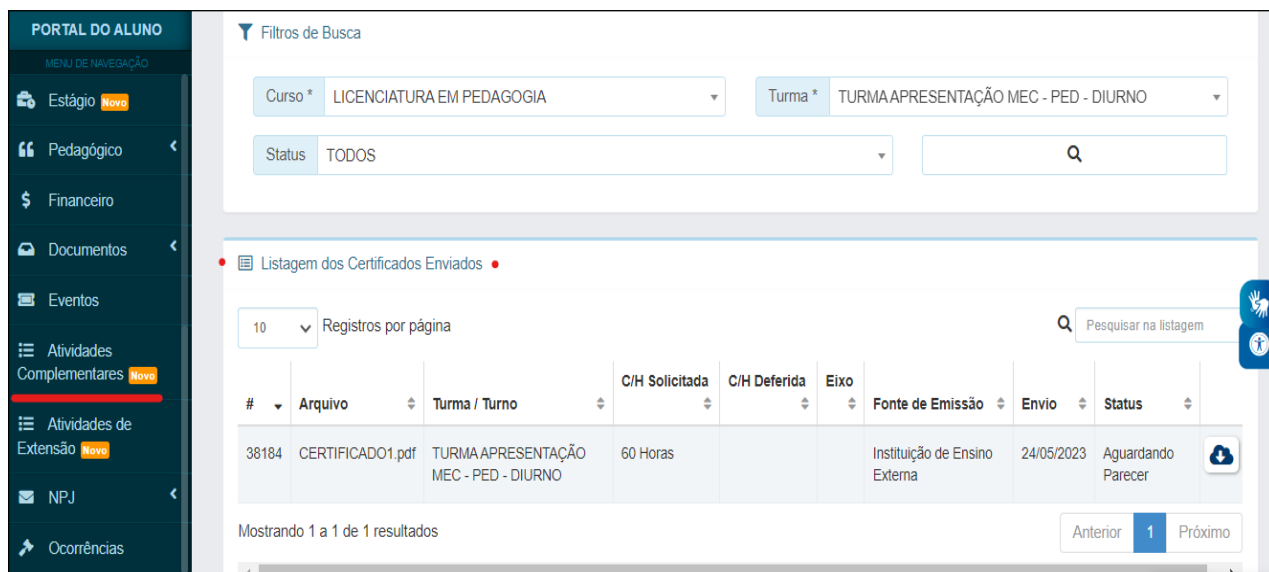
Dimensionadas em termos de carga horária mínima e na sua concepção como atividades de livre escolha do aluno a partir de eventos das mais diversas áreas, caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais dessas atividades são os de flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como educador ou gestor, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

O aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados àqueles que aprende nas várias disciplinas do currículo e da prática profissional.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais (Vide NORMAS DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICA DE APROFUNDAMENTOS nos anexos deste Projeto).

INOVAÇÃO: Com o acesso ao portal do aluno, tem a possibilidade de enviar e administrar seus trabalhos de forma fácil e organizada, fazendo com que o aluno ganhe autonomia nos estudos e inovando no seu aprendizado, conforme tela a seguir:



Fonte: <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#atividadesComplementares>

4.12.1 Atividades Complementares (Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos): Aderência à Formação Geral e Específica

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES oferta e incentiva a participação dos alunos em:

- Eventos que abordem temas relacionados à cidadania como Educação Ambiental, Responsabilidade Social e Ética.
- Cursos de Extensão que abordam temas de formação cidadã.
- Trabalhos de Monitoria.
- Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação, incluindo em Língua Estrangeira.
- Cursos e Eventos que visem a inclusão e a acessibilidade.
- Trabalho voluntariado em órgãos, ongs e nas instituições de ensino.
- Eventos e Projetos de cunho social da IES.

- h) Eventos e cursos que visem a divulgação e o aprendizado de novas tecnologias.
- i) Disciplinas de Formação Geral cursadas em outras IES ou cursos, com conteúdos não integrantes do currículo de Pedagogia da FAESB.

No que diz respeito à Formação Específica do curso, serão reconhecidas carga-horária para aproveitamento de estudos em atividades específicas, ofertadas pela FAESB e por outras instituições, que visam a qualificação profissional do aluno, incluindo aquelas aderentes aos componentes das ciências pedagógicas.

Em termos de Formação Específica do Curso, também serão aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área pedagógica, com conteúdos não integrantes do currículo de Pedagogia da FAESB.

Há que se destacar que nem o Nivelamento Acadêmico e nem a Pesquisa e Prática Pedagógica poderão ser aproveitados como carga-horária de Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos

4.12.2 Atividades Complementares (Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos): Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada e discussão com o CONSUP da IES explicitaram suas inquietudes em relação à concepção e gestão das Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, no Curso de Pedagogia, as Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos constituem-se de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre.

Com isso, a IES oferta mais eventos de extensão e pesquisa, bem como os alunos deverão frequentar com maior assiduidade e desempenho essas atividades diversas.

É realizado semestralmente o planejamento das Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos a serem ofertadas aos alunos, atividades estas que vão desde a semana acadêmica de Pedagogia, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que o curso tem uma coordenação específica para Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos, que formou uma comissão organizada, semestralmente (ao final de cada período letivo), para organizar e publicar o edital que orienta os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios. Esta mesma comissão fica responsável pela avaliação das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado.

Essa Comissão de Análise de Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos tem como atribuições:

- I – Elaborar e orientar os alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;
- II – Divulgar, após deliberação do colegiado, as atividades aceitas como complementares e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;

III – Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;

IV- Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria Acadêmica;

V – Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;

VI – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;

VII – Fazer cumprir o calendário de Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos do Curso de Pedagogia;

VIII – Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação do Colegiado do Curso.

4.13 O TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Licenciado em Pedagogia quando, no último ano do curso, o discente deverá produzir um trabalho monográfico que, por sua vez, é a síntese de seu processo de formação profissional. Por isso deve ser compreendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, sendo um momento de expressão da sua totalidade.

É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da experiência de estágio, da Pesquisa e Prática Pedagógica, da formação teórica, da iniciação científica, da extensão universitária, bem como da própria profissão docente.

Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sintetizadas neste projeto a partir do seguinte:

Diretrizes Preliminares

- A elaboração do TCC poderá ser realizada na forma de pesquisa individual acerca de qualquer temática devendo referir-se à profissão de Pedagogia, possibilitando ao acadêmico vivenciar um processo de reflexão, sistematização e síntese dos conhecimentos adquiridos no Curso;
- O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Pedagogia;
- As orientações deverão ocorrer por meio presencial, quando necessário, em horários estabelecidos pela coordenação de curso naquele período, serão programados no mínimo 08 encontros no semestre;
- A programação das orientações seguirá a apresentação dos seguintes elementos e seções: Introdução-Justificativa (contexto, motivações e relevância do tema); Problema, Hipóteses, Objetivos (geral e específicos), tipo de Metodologia que irá utilizar; Construção do referencial Teórico; Metodologia e Análise e Discussão dos Resultados; Considerações finais e Referências;
- É disponibilizado um curso de Normas da ABNT para os alunos;
- Para gerenciar, implementar e dar acompanhamento ao processo de orientação, execução e defesa, será instituída uma Comissão de TCC, composta pelos docentes das disciplinas de Metodologia Científica e Pesquisa e Prática Pedagógica e um professor orientador, escolhido pelos pares;
- Ao final, a apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso terá duração mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) minutos e o período de arguição será de 20 (vinte) minutos para cada avaliador.

4.13.1 O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e está se fazendo mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório físico e digital na IES, pois eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, afinal, a ciência e a construção do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

Desse modo, será obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos físicos depositados na biblioteca, em local apropriado e digitalmente a partir de um repositório de TCC's no site institucional.

OBS* VIDE AS REGRAS NO REGULAMENTO DO TCC.

4.14 APOIO AO DISCENTE

Uma vez que se contemple a importância, na missão da FAESB, da formação de cidadãos éticos e profissionais competentes para o contexto atual, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do

desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes à flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar às movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a FAESB tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes, de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

Estabelecido a partir do PPI – Projeto Pedagógico Institucional, o Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

4.14.1 O Centro de Apoio ao Estudante - CAE

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FAESB. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na IES, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, se constituem os Núcleos, a saber:

- a. Ouvidoria;
- b. Atendimento Psicopedagógico;
- c. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- d. Núcleo de Estágio e Carreira;
- e. Núcleo de Retenção;
- f. Núcleo de Apoio Financeiro;
- g. Programa de Apoio ao Egresso;
- h. Centro Acadêmico.

4.14.1.1 Ouvidoria

A Ouvidoria da FAESB foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, o órgão tem o acesso também em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato poderá ser feito pelo site <https://faculdefaesb.com.br/ouvidoria> ou pelo e-mail faculdefaesb@gmail.com

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.14.1.2 Atendimento Psicopedagógico

A FAESB conta com um Setor de Atendimento Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante, responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes à esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações em que o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da (re)significação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino, visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da IES, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da IES sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes à relação ensino-aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Dentre as atividades do Atendimento Psicopedagógico, destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros);
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a

condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;

- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de (re)significação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (temas previstos: princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico da FAESB se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e/ou encaminhar questões à Coordenação de Curso e à Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.14.1.3 Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior. Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente, por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de

desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a faculdade e o estudante, principalmente, no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica, que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participarão de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FAESB, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula;
- Visita aos órgãos da faculdade, desde a biblioteca até às coordenações de curso;
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um;
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação;
- Explicações acerca das normas acadêmicas;
- Apresentação do vídeo institucional;
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.

- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores;
- Apresentação dos Projetos;
- Apresentação do site da IES;
- Atividades de Complementação Profissional.

4.14.1.4 Programa de Nivelamento

Há que se destacar também que em atendimento às Políticas de Atendimento ao Discente exigidas pelo Ministério de Educação (MEC) através do artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o núcleo será responsável por ofertar na IES o nivelamento acadêmico.

Trata-se de um processo que se constitui em buscar, a partir da análise de dados do vestibular e do andamento das primeiras aulas, suprir as possíveis deficiências acerca de conhecimentos necessários para a integração ao Ensino Superior que deveriam ter sido supridos no Ensino Básico.

O Núcleo organizará as aulas de Nivelamento nas disciplinas em que os alunos apresentarem defasagem de aprendizagem. Vale destacar que todo o processo e as perspectivas acerca do nivelamento acadêmico deverão ser delineados em um Projeto/Regulamento proposto pelo Núcleo.

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela IES que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

Há que se destacar que, apesar ser ofertado a todos os ingressantes, o aluno terá o direito de solicitar uma avaliação de proficiência dos conhecimentos básicos do nivelamento, antes do início do semestre e, a partir disso, ser dispensado de frequentar essas aulas.

Os conteúdos do Nivelamento são estabelecidos a partir dos resultados globais de cada vestibular, bem como, quando necessário, a partir de prova de conhecimentos gerais. O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante o primeiro semestre são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Matemática e Raciocínio Lógico;
- Língua Portuguesa;
- Informática

A FAESB procura lidar sempre com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade. Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades de Complementação Profissional.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- Possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;

- Revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

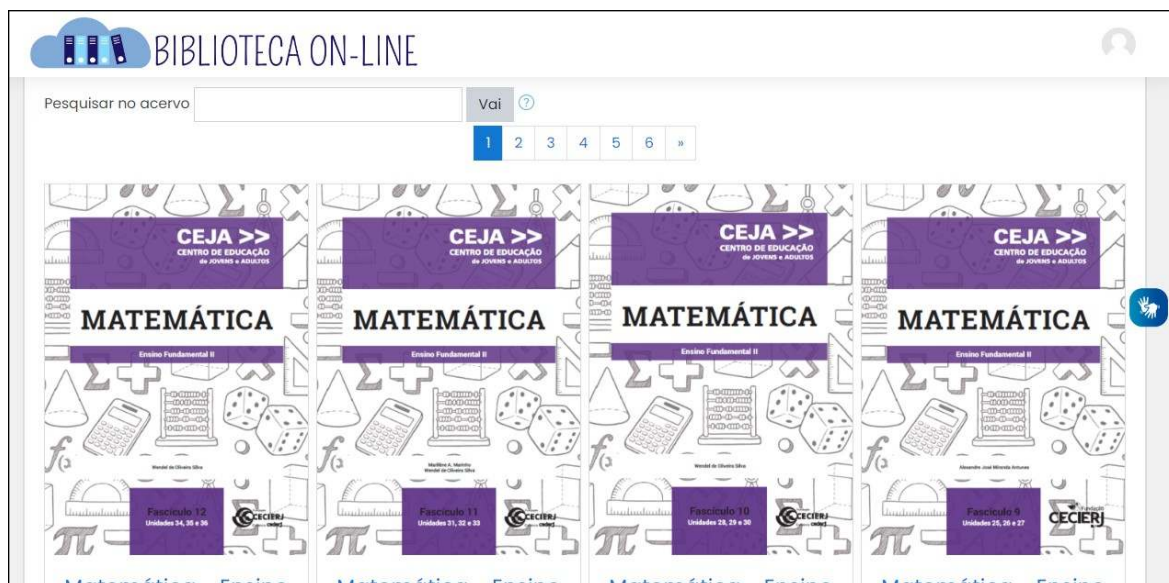
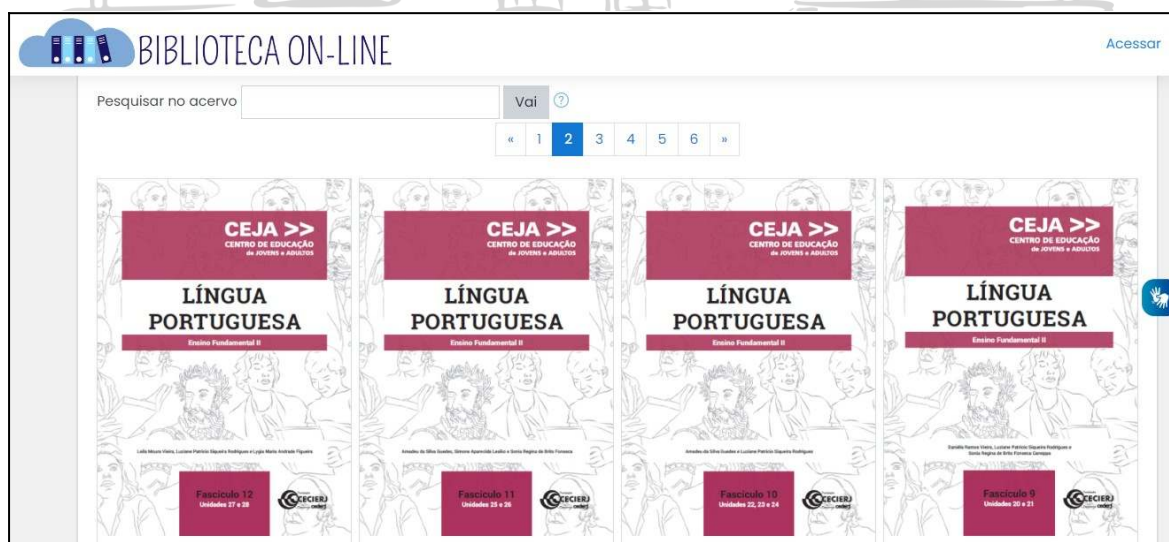
O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ser ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados e/ou contra-turnos.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- Condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- Elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- Esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- Verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa. A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

Conteúdo didático de apoio ao estudo: O aluno encontra na plataforma da Biblioteca on-line da CURATORIA EDITORA os livros de apoio ao estudo do Nivelamento, conforme telas abaixo:



Fonte: <https://bibliogratisa.curatoriaeditora.com.br/>

4.14.1.5 Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e

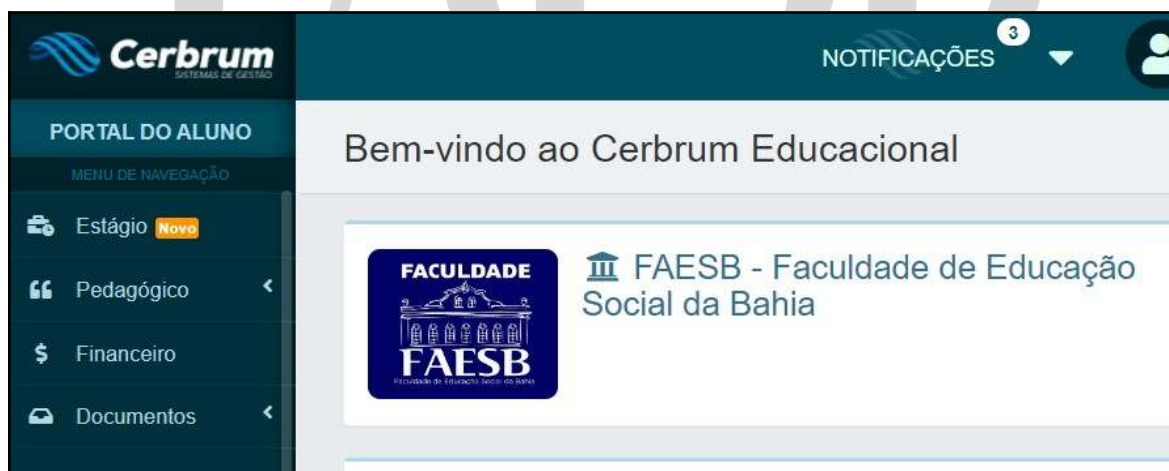
condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

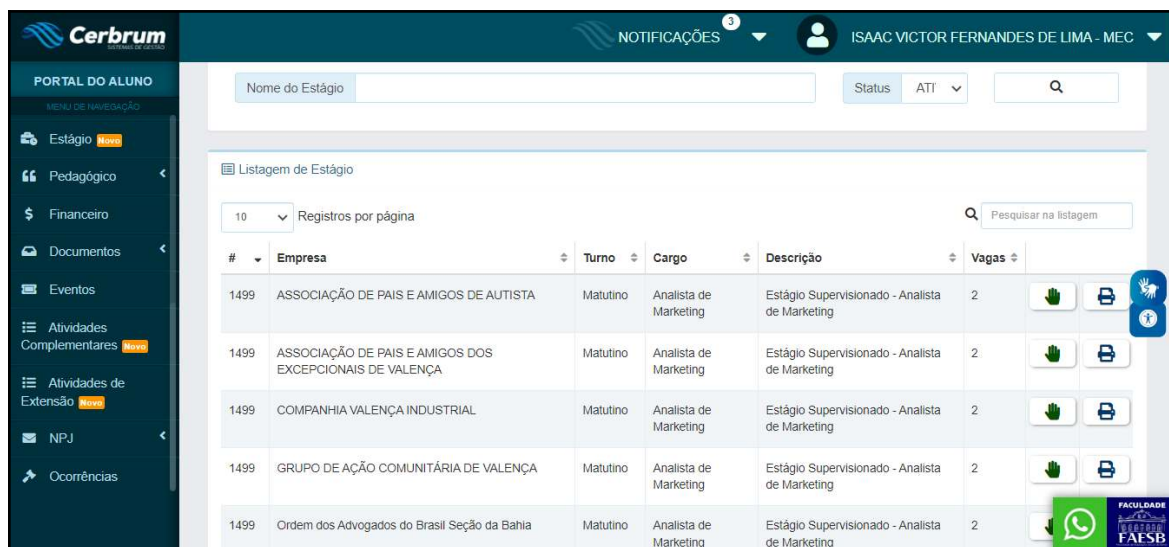
A FAESB tem feito um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas da sua região de inserção, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para estágios em empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção, Núcleo de Apoio Financeiro e o Núcleo de Estágio, afinal, com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a faculdade por questões financeiras. Vale ressaltar que o Núcleo busca constantemente firmar convênios com órgãos e empresas da região.

Desse modo, além das vagas de estágio que serão divulgadas no site da IES e disponibilizadas aos alunos.

Inovação: No sistema acadêmico da CERBRUM o acadêmico encontra apoio ao estágio ao acessar o ícone “estágio” conforme demonstrado a seguir:





The screenshot shows the Cerbrum portal interface. On the left is a navigation menu with options like 'Estágio', 'Pedagógico', 'Financeiro', 'Documentos', 'Eventos', 'Atividades Complementares', 'Atividades de Extensão', 'NPJ', and 'Ocorrências'. The main area displays a 'Listagem de Estágio' table with columns for '#', 'Empresa', 'Turno', 'Cargo', 'Descrição', and 'Vagas'. There are five rows of internship listings, all for 'Analista de Marketing' positions. Each row includes a green status icon and a printer icon. A search bar and a 'Pesquisar na listagem' button are at the top right of the table area.

#	Empresa	Turno	Cargo	Descrição	Vagas
1499	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE AUTISTA	Matutino	Analista de Marketing	Estágio Supervisionado - Analista de Marketing	2
1499	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VALENÇA	Matutino	Analista de Marketing	Estágio Supervisionado - Analista de Marketing	2
1499	COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL	Matutino	Analista de Marketing	Estágio Supervisionado - Analista de Marketing	2
1499	GRUPO DE AÇÃO COMUNITÁRIA DE VALENÇA	Matutino	Analista de Marketing	Estágio Supervisionado - Analista de Marketing	2
1499	Ordem dos Advogados do Brasil Seção da Bahia	Matutino	Analista de Marketing	Estágio Supervisionado - Analista de Marketing	2

Fonte: <http://educacional.uscerbrum.net>

4.14.1.6 Núcleo de Apoio Financeiro

A partir do Núcleo de Apoio Financeiro, a FAESB, com o intuito de facilitar o acesso e permanência ao ensino superior a estudantes de baixa renda, implementou uma política de apoio financeiro, desenvolvendo e aderindo a alguns programas, como:

- Bolsas Alternativas - Também é uma iniciativa institucional, que oferece descontos especiais nos pagamentos em datas pré-estabelecidas;
- Bolsa trabalho - Uma política de ajuda financeira aos alunos que prestarem serviços nas diversas atividades como: ação social, assistência jurídica, e atividades técnicas-administrativas que mantêm relação direta com a formação. Os alunos são beneficiados com 25% de descontos nas mensalidades de seu curso durante a prestação de serviços;
- Incentivo ao Programa de Iniciação Científica (quando for o caso)– Para incentivar os alunos a participarem deste programa, a IES oferece três bolsas por curso, com descontos de 25% na mensalidade do curso por semestre.

Ressalte-se que a IES busca firmar contratos com outras formas de bolsas de graduação como o “Pra Valer”, “Quero Bolsa”, “Educa Mais” etc.

4.14.1.7 Núcleo de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto, é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos. Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pela Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE criaram o Núcleo de Retenção. Trata-se do órgão responsável por desenvolver estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FAESB, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possa intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

Faculdade de Educação Social da Bahia

4.14.1.8 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 141º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes poderão formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito da FAESB que os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A FAESB tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribuirá para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na FAESB, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal, a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal, a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

4.14.1.9 Programa de Acompanhamento ao Egresso

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado a este PPC, é um instrumento que possibilita a avaliação continuada da FAESB, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação, dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;

- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso às dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constituirá como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelecerá como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

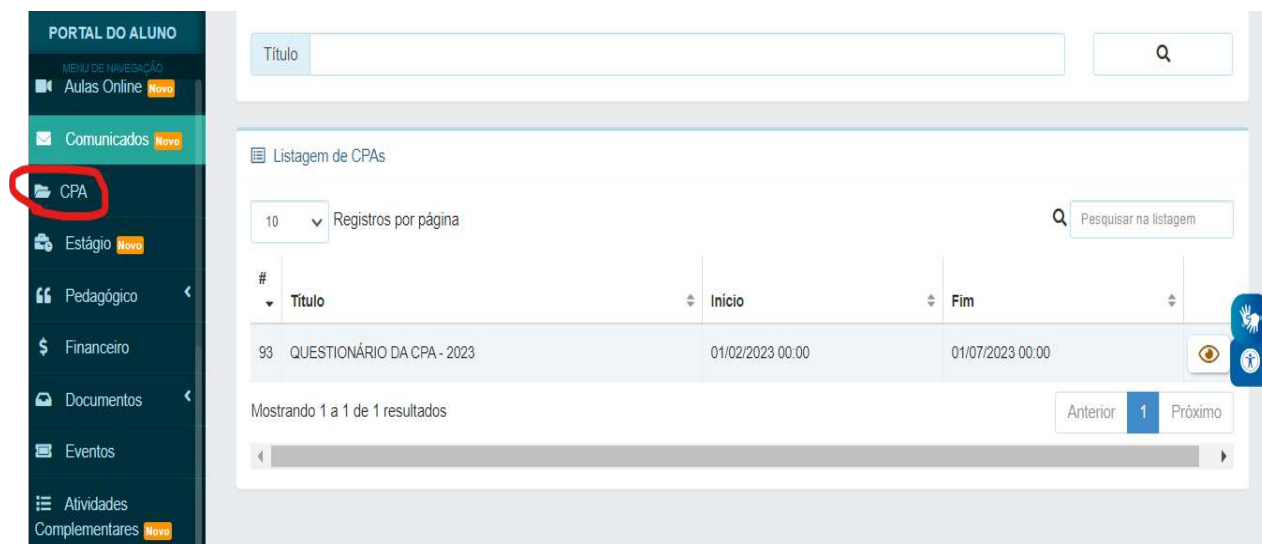
***VIDE PROGRAMA COMPLETO EM ANEXO – FINAL DO DOCUMENTO.**

4.15 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A Gestão do Curso de Pedagogia está sob a égide de uma coordenadora indicada para o curso e sua gestão é estabelecida a partir de horários pré-estabelecidos para tal, bem como se constituem ferramentas para auxiliar neste processo.

Dentre as ferramentas disponíveis, a mais expressiva é a avaliação constituída em 360º pela CPA que avalia professores, infraestrutura, coordenação e todas as nuances relativas aos cursos de graduação na IES. A CPA – Comissão Própria de Avaliação que coordena, elabora e desenvolve junto à comunidade acadêmica e à administração a autoavaliação institucional, articulando os processos internos de

acordo com o projeto aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei 10861, de 14 de abril de 2004).



Fonte: Sistema Acadêmico CERBRUM - <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#cpa>

Os objetivos são ouvir e envolver a comunidade acadêmica, egressos e sociedade no processo de construção da instituição; levantar demandas; obter dados para tomada de decisão e elaboração do planejamento estratégico; verificar se o PPI/PDI/PPC estão sendo aplicados, buscando sua atualização de acordo com a análise dos resultados obtidos na autoavaliação e contribuir para a gestão estratégica.

O processo desenvolve-se ancorado em princípios básicos: conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos; reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica, da autoavaliação da Instituição como um todo e de cada um dos segmentos nela envolvidos; conhecimento dos resultados do processo e participação na discussão da aplicação do conhecimento gerado.

A autoavaliação Institucional tem dois focos: quantitativo (aplicação de questionário via internet) e qualitativo (grupo focal). Uma vez por ano é disponibilizado via internet um questionário para alunos, professores, coordenadores, e funcionários do corpo técnico-administrativo. Os respondentes acessam o questionário, específico para cada tipo de respondente, através de senhas individuais. Os questionários são compostos por questões referentes à autoavaliação do respondente, avaliação docente, avaliação dos cursos e das coordenações e avaliação da Instituição.

A CPA desenvolve a avaliação com base nas dez dimensões recomendadas pelo SINAES, a saber:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Responsabilidade social da instituição;
- Comunicação com a sociedade;
- Políticas de pessoal;
- Organização e gestão da instituição;
- Infraestrutura física;
- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira.

Com base nos resultados obtidos é realizada uma análise que visa à elaboração de um diagnóstico compartilhado.

Os resultados referentes a cada um dos setores são discutidos no âmbito de cada área, para definição de ajustes, mudanças e melhorias.

Os projetos pedagógicos são avaliados também pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, pelo Colegiado e pelas avaliações institucionais utilizando os dados da CPA e demais resultados advindos da experiência empírica da gestão do curso.

A Coordenação, por sua vez, estabelece então o seu plano de gestão anual a partir das ferramentas advindas das avaliações.

A avaliação 360º é feita através de instrumentos de pesquisas (com questões objetivas e abertas), que são apurados por meio de cartão de resposta (eletronicamente) e relatórios gerenciais. Além das pesquisas realizadas, são feitas reuniões, análise documental e registro do processo através do site institucional, ouvindo todos os segmentos.

4.15.1 Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

A partir dos resultados das avaliações interna e externa, são considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Há que se considerar que são levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA e do INEP, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e da Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultarão em um diagnóstico global e após a sua sistematização, são trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- Reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, pela CPA e pelo INEP);
- Reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;

- Reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna e externa;
- Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- Reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente e o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e autorreflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer dos semestres letivos, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada semestre letivo e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de autoavaliação a ser empregado no Curso de Pedagogia caracterizar-se como um ciclo que tomará corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

Faculdade de Educação Social da Bahia

4.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o curso de Graduação em Pedagogia oferece, além das aulas práticas no laboratório de informática na disciplina Informática e Tecnologias Educacional, os serviços de tecnologia da Informação a partir do uso excepcional do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O ambiente é instalado e utilizado tanto para a constituição de atividades de extensão, necessárias para o cumprimento das Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos, como nas disciplinas do curso como ferramenta de ensino-aprendizagem. Trata-se da Plataforma *Moodle*, *software* livre utilizado pelas maiores universidades do mundo como ambiente virtual de aprendizagem. O AVA está disponível para acesso por todos os alunos da IES.

Ademais, ainda são utilizados os recursos do Canal do Aluno, espaço onde professores e alunos podem trocar informações e materiais.

Para atender a essas ações, a FAESB disponibiliza recursos de informática aos seus discentes em laboratórios e na biblioteca.

As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades do curso.

Todos os laboratórios atendem às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos possuem acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Além dos diferentes softwares, disponibilizam-se também acesso à Internet através de wireless em todo o ambiente da IES.

4.17 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Além das autoavaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, a FAESB optou pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

Vale ressaltar que o Curso está sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes

(ENADE). Para tanto, o curso indica aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral da FAESB (Disponível no site <https://faculdefaesb.com.br/>), de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno da FAESB é realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas.

Compete ao professor da disciplina determinar a natureza e a forma dos trabalhos acadêmicos, bem como julgar-lhes os resultados.

Os trabalhos acadêmicos, em número mínimo de 2 (dois) por semestre, visam a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam de participação em seminários, pesquisas, etc. e outras formas de verificação previstas no plano de ensino de cada disciplina.

Essas atividades acadêmicas devem constituir 40% do rendimento acadêmico do aluno no semestre.

Além disso, serão feitas duas avaliações formais por semestre, cada uma constituindo 60% do aproveitamento total das disciplinas.

Vale destacar que componentes curriculares como as Atividades de Complementação Profissional, Práticas Interdisciplinares, TCC e Estágios Projetos, não são passíveis dessas verificações de rendimento supracitadas, ficando a cargo do professor determinar a melhor maneira de avaliar semestralmente os alunos.

A cada verificação de aproveitamento semestral do aluno é atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Atendidas as perspectivas do plano de ensino, é aprovado:

- I. independentemente de prova final, o aluno que obtiver, no mínimo, média 7 (sete) nas provas e demais atividades solicitadas como avaliação nas disciplinas do currículo;
- II. mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento durante o período letivo inferior a 7 (sete) e não inferior a 4 (quatro), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondendo está a média ponderada entre a nota de aproveitamento e a nota do exame final, tendo a primeira peso 2 (dois) e a segunda peso 1 (um).

Do exame final constarão, obrigatoriamente, todos os conteúdos programáticos do semestre.

O aluno reprovado por não ter alcançado a nota mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de aproveitamento estabelecidas no Regimento.

4.17.1 A Avaliação e a Autonomia do Aluno

Conforme especificado acima, 40% do peso avaliativo de cada semestre é estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente

interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

4.17.2 A avaliação e a Disponibilização de Informações aos Discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece que a obrigatoriedade no curso de entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa poder-se-á constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação não é considerada simplesmente uma medidora da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modificá-las sempre que necessário.

4.18 NÚMERO DE VAGAS

São ofertadas 200 vagas anuais do Curso de Pedagogia, no período matutino e noturno. Destaque-se que devido à qualidade do curso, o curso tem se sustentado em termos de número de alunos, bem como iniciou uma fase de crescimento.

Há um estudo de implantação das vagas disponibilizado à toda a comunidade acadêmica. **(VIDE ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)**

4.18.1 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão da FAESB estabeleceu os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

a) Estudo do perfil de professores da área disponíveis na Região de Valença - BA;

- Professores que já ministraram aulas em outras IES;
- Professores que possuam titulação mínima de especialização;
- Professores inseridos no mercado de trabalho.

b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;

c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;

d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação *stricto sensu*;

e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, TCC, Atividades de Complementação Profissional etc.;

f) Professores que venham de municípios próximos de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;

g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;

h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior na FAESB do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas.

b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado.

c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado.

d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas.

e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDE's, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a continuidade da possibilidade de oferta de 90 vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis e aqueles que podem se deslocar de lugares mais distantes como na Região. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica (coordenadores de curso, gestores e funcionários).

4.18.2 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica

Para determinar as 200 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE

- a) Conforme a necessidade de infraestrutura foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes de atender as vagas do curso.
- b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas.
- c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado.
- d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas.
- e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitadas.
- f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

4.19 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (OBRIGATÓRIO PARA LICENCIATURAS)

A IES celebrou convênios com rede pública municipal para realização de Prática de ensino e estágio supervisionado. Ressalta-se que essas práticas de ensino vinculadas a outros projetos do curso, promoverão a integração e permitirão o desenvolvimento e verificação de estratégias pedagógicas, inclusive com a possibilidade de uso das tecnologias por meio da brinquedoteca.

4.20 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

As atividades práticas estão distribuídas pela matriz do curso onde os alunos inscritos nos projetos específicos desenvolverão as práticas configuradas. Além disso, os alunos são inscritos no projeto brinquedoteca, onde desenvolvem atividades práticas vinculadas às disciplinas da matriz.

4.21 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Conforme pode ser verificado na matriz curricular do curso, as atividades de Extensão são curricularizadas conforme preconiza a nova legislação educacional do ano de 2018, com vigência a partir de janeiro de 2023 e a própria lei que constitui o PNE – Plano Nacional de Educação.

Desse modo, desde o início do curso, alunos e professores se envolvem com a comunidade e promovem diversos projetos de extensão comunitária envolvendo desde a formação cidadã da população, até o auxílio em necessidades da comunidade, na medida de suas limitações acadêmicas e profissionais.

Assim, além de cumprir a legislação vigente, o curso também estabelece de maneira concreta e eficaz a necessária interrelação que deve existir entre a Faculdade e comunidade em que se insere, sendo um processo de mão dupla durante o percurso formativo do aluno.

A IES utiliza os resultados obtidos a partir dessa integração como parâmetros para melhoria contínua do curso e deste projeto pedagógico.

INOVAÇÃO: Através do Sistema Acadêmico, CERBRUM o aluno tem a autonomia de enviar seus trabalhos de forma virtual, inovando na organização e administração do curso, facilitando as tratativas entre o aluno x professor x coordenação x secretaria, conforme demonstrado a seguir:



Cerbrum NOTIFICAÇÕES

PORTAL DO ALUNO

MENU DE NAVEGAÇÃO

- Estágio **Novo**
- Pedagógico
- Financeiro
- Documentos
- Eventos
- Atividades Complementares **Novo**
- Atividades de Extensão** **Novo**
- NPJ
- Ocorrências

Atividades Acadêmicas de Extensão

Listar Proj. Extensão Relatórios Enviados Enviar Relatório

Filtros de Busca

Nome do Projeto

Listagem de Projetos Extensão

10 Registros por página

#	Nome	Descrição
98	Projeto de Extensão Interdisciplinar	Proj. de Extensão Interdisciplinar



Listagem de Projetos Extensão

10 Registros por página

Pesquisar na listagem

#	Nome	Descrição
98	Projeto de Extensão Interdisciplinar	Proj. de Extensão Interdisciplinar
98	Projeto de Extensão Interdisciplinar	Proj. de Extensão Interdisciplinar
98	Projeto de Extensão Interdisciplinar	Proj. de Extensão Interdisciplinar

Mostrando 1 a 3 de 3 resultados

Anterior 1 Próximo

Fonte: <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#atividadesAcademicasDeExtensao>

5 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Social da Bahia é constituído por um grupo multidisciplinar. O NDE foi responsável pela atualização deste PPC e é composto pelo(a) coordenador(a) e outros docentes que participaram ativamente da constituição do documento.

As atribuições do NDE são, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos,
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;
- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;
- Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES;
- Organizar as atividades a serem constituídas de estágio.

COMPONENTES DO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NOME	Titulação	Regime Trabalho
Profa. Esp. Antonieta Profeta dos Santos	Especialista	INTEGRAL
Profa. Ma. Edmila Silva de Oliveira	Mestre	PARCIAL

Profa. Ma. Elionice Carvalho Silva	Mestre	PARCIAL
Profa. Ma. Evanilda Teles dos Santos Pedrosa	Mestre	PARCIAL
Prof. Me Wagner Rocha Galvão	Mestre	INTEGRAL
Prof. Dr. Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	PARCIAL

Obs.* O NDE do curso atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007. Mínimo de 05 docentes, mínimo de 60% deles com formação Stricto Sensu e mínimo de 20% em regime Integral.

REGIME	Integral	20%
100%	Parcial	60%

Nesse sentido, destaque-se que este PPC do Curso de Pedagogia é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos de Formação de Professores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

5.1.1 NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades socio regionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCN's para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.

Com a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu e fortaleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca do município e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, o NDE já efetivou mudanças incluindo aquelas que buscam deixar o curso e este projeto mais próximo do que determina o instrumento de avaliação externa do INEP.

5.1.2 NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte

Como primeira medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC de forma a culminar até o

reconhecimento do curso, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE pode estar contratado como horista, ou seja, todos tem carga horária no formato integral, parcial e/ou horista. Isso irá fazer com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso.

Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dá preferência de disciplinas gerais para professores já presentes na IES. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos aumenta a carga horária do professor e faz com que ele mantenha dedicação com a FAESB, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior comprometimento ao curso.

Da mesma forma, destaca-se programas da IES dentre eles: o Programa de Incentivo à Produção Acadêmica que possibilita com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades de pesquisa e extensão da instituição.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos como Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica. Esses afazeres extra aulas, são também formas de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos e à FAESB.

Há um Regulamento do NDE, que disciplina as atribuições e o funcionamento dos Núcleos e está disponibilizado à toda a comunidade acadêmica. (VIDE REGULAMENTO DOS NDE'S DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)

5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A coordenadora do curso é a **Profª Antonieta Profeta dos Santos** – Especialista, com regime de trabalho Integral, atendendo de forma satisfatória as demandas do curso e da IES.

Resumo do lattes: Possui graduação Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2004). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Educacionais. Atualmente é Professora e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAESB (Faculdade de Educação Social da Bahia) em Valença-BA. Tem experiência na área de Educação, destacando-se a modalidade EAD, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, ensino, ludicidade, prática docente e currículo e tecnologia educacional, bem como a supervisão de estágios curriculares e orientação do Trabalho de Conclusão de Curso. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/0182160970751791>

A FAESB tem plena consciência de que não basta fornecer apenas horas/aula a um docente ou gestor para que a expectativas positivas de uma gestão de curso seja efetivada.

Assim, são prerrogativas da gestão do curso o estabelecimento semestral de um plano de ação subsidiado por indicadores que advém tanto da avaliação da CPA, como do envolvimento de outros órgãos que agem direta ou indiretamente com o curso em questão.

A FAESB parte da perspectiva que, da mesma forma que ocorrem em alguns setores em que a gestão pode ser concebida de forma mais processual e mecanizada como na infraestrutura, contabilidade etc., a gestão dos cursos de graduação muitas coisas também podem estabelecer um processo de formalização, como no caso do sistema de aprovação com base nas notas da avaliação de uma disciplina e no cumprimento efetivo de conteúdos programáticos.

Porém, há aspectos e ações que são mais subjetivos, como a questão motivacional dos alunos ou o acompanhamento do nível de envolvimento do

corpo docente no curso. Justamente no lado mais acadêmico é que se sente necessidade de ferramentas de apoio (mas não de mecanização) da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho se foca no coordenador de curso por diversas razões. Este é um papel com diversas atribuições operacionais, como organizar horários, contratar professores e orientar a matrícula dos alunos. Contudo, entende-se que sua maior importância é dar uma “identidade” para o curso, mantendo consistente sua linha de ensino e coerente com o Projeto Pedagógico do mesmo. Juntam-se a isto diversas obrigações ligadas às questões econômicas, como viabilização de laboratórios de ensino e atingimento de metas de ocupação de salas de aula e ações de integração das atividades de extensão e pesquisa da IES, acompanhamento e evolução do Projeto Pedagógico do curso e envolvimento com mecanismos de avaliação externa.

Dada essa grande importância da coordenação do curso, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não - acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local ou que tenham um perfil agregador, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;

- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Graduação em Pedagogia, bem como nos outros cursos de graduação da IES, são constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso exerce o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negocia com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- Motiva estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisiona a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhece e contribui para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.

- Formula fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribui para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integra os professores e estimula a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Lidera o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimula os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução das Práticas Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribui para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontra meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firma contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procura ser ativo em todos os processos que envolvam o reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a FAESB tem na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador escolhido para fazer a gestão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAESB possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.

5.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Desse modo, no caso do Curso de Pedagogia da FAESB, o coordenador de curso possui o regime que permite se dedicar aos afazeres de gestão do curso. A Coordenadora do Curso de Pedagogia possui 40 horas semanais totalmente dedicadas à Gestão do Curso.

Vale destacar que a coordenadora foi inserida no NDE do curso, bem como no colegiado, tudo com o objetivo de possibilitar a gestão e acompanhamento de alunos, docentes e do PPC.

Faculdade de Educação Social da Bahia

5.3.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do (a) Coordenador (a)

A Coordenação do Curso, está sob égide da Professora Esp. Antonieta Profeta dos Santos, a professora possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2004). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Educacionais. Doutoranda em Ciências da

Educação pela Universidade Nacional de Rosário. Atualmente é coordenadora do Professora da FAESB (Faculdade de Educação Social da Bahia) em Valença-BA, curso de Pedagogia. Tem experiência na área de Educação, destacando-se a modalidade EAD, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, ensino, ludicidade, prática docente e currículo e tecnologia educacional, bem como a supervisão de estágios curriculares e orientação do Trabalho de Conclusão de Curso.

5.4 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Primeiramente, há que se destacar que foram estabelecidos estudos para constituição de um perfil desejado para cada um dos componentes curriculares no que diz respeito ao curso.

Esse estudo eclodiu em um relatório da captação dos professores que considerou a titulação e vários outros aspectos em relação ao perfil do egresso ensejado para o curso, bem como as necessidades de cada um dos componentes.

O Relatório do Perfil do Corpo Docente está disponível para o MEC - Ministério da Educação e para a comunidade acadêmica, em especial para a equipe de gestão da FAESB.

(VIDE RELATÓRIO DO PERFIL E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE, DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO CURSO)

O corpo docente do Curso de Pedagogia é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Os professores são estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento da Faculdade de Educação Social da Bahia de cursos de pós-graduação *Lato*

Sensu, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também, para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferece apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da Faculdade de Educação Social da Bahia.

Há que se destacar que o corpo docente participa ativamente dos eventos de extensão da Faculdade de Educação Social da Bahia, tanto na sua concepção como na sua realização, envolvendo toda a comunidade acadêmica em programas sociais e culturais.

São atribuições do corpo docente:

- Constituir o material instrucional do curso;
- Elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;
- Responder pela ordem no ambiente de aprendizagem do sistema acadêmico;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- Fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- Comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;
- Propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino, da pesquisa e da extensão; e
- Realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica.

Para ingresso na Faculdade de Educação Social da Bahia e no Curso de Pedagogia os professores são selecionados pela coordenação de curso, oriundos, em sua maioria, do próprio estado da Bahia, da região de Valença e demais cidades próximas à IES.

Os requisitos exigidos para a docência são:

- a) Titulação acadêmica. Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista;
- b) Formação não acadêmica. Privilegiam-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros);
- c) Experiência acadêmica. Privilegiam-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica;
- d) Experiência profissional. Para disciplinas mais específicas do Curso, é fundamental a experiência na área de atuação das disciplinas;

A titulação específica do corpo docente do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da FAESB estão representados nas tabelas, a seguir:

TITULAÇÃO	QUANTIDADE
Doutorado	2
Mestrado	6
Especialização	2

5.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

Da mesma forma que se busca permitir uma maior dedicação do coordenador à IES, para o corpo docente é estipulada as mesmas prerrogativas.

Tal distribuição é estabelecida de modo que o docente possa atender de maneira plena aos seus alunos, participar de reuniões colegiadas, planejar os processos de ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. Ademais, busca-se fornecer aos professores atividades extra aulas de modo que se envolvam também nas questões institucionais como, por exemplo, o atendimento de núcleos como os de pesquisa e extensão, relacionamento estudantil e nivelamento, tecnologia e inovação pedagógica ou a condução de laboratórios didáticos.

Essas expectativas são delineadas semestralmente a partir de planilha que apresenta das atribuições individuais de cada professor para o semestre, documento descritivo disponível para consulta por docentes e gestão da IES na coordenação de curso.

Os docentes contratados em regime de tempo parcial têm 25% de sua carga horária dedicados a atividades extraclasse, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outras atividades, conforme já destacamos.

Regime de trabalho do corpo docente do curso de Graduação

Professor	Titulação	Rel. de Trab
Antonieta Profeta dos Santos	Especialista	Integral
Edmila Silva de Oliveira	Mestre	Parcial
Elionice Cavalho Silva	Mestre	Parcial
Evanilda Teles dos Santos Pedrosa	Mestre	Parcial
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor	Integral
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre	Parcial
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	Parcial
Paulo Teixeira	Mestre	Integral
Rodrigo Silveira Almeida	Especialista	Parcial
Wagner Rocha Galvão	Mestre	Integral

REGIME DE TRABALHO DO DOCENTE

Mestre	60%
Doutor	20%
Especialista	20%
TOTAL %	100

5.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Conforme já fora destacado em outras partes deste PPC, além das perspectivas relacionadas à qualidade do docente para acompanhamento das questões pedagógicas, conteudistas e avaliativas dos alunos, dá-se preferência na IES à docentes que reúnam a academia com a experiência de mercado.

Essas expectativas podem ser vislumbradas no mesmo relatório de adequação docente disponibilizado para consulta na coordenação, bem como pelas atas dos colegiados superiores e NDE.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.6.1 Plano de Carreira Docente

A IES tem protocolado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que podem ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

5.6.2 Qualificação do Corpo Docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a FAESB incentiva os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal oferta especializações *lato sensu*.

Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos *stricto sensu*.

5.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O mesmo relatório estabelecido para a titulação, também aponta a configuração da experiência no exercício da docência na educação básica dos docentes escolhidos para o cursos e sua estreita relação com as necessidades do curso e de cada componente curricular para se constituir o perfil profissional do egresso.

(VIDE RELATÓRIO DO PERFIL E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE, DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO CURSO)

5.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente possui experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

(VIDE RELATÓRIO DO PERFIL E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE, DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO CURSO)

5.9 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO OU EQUIVALENTE

O Colegiado do Curso é composto pelo Coordenador do Curso e por 04 (quatro) docentes do curso.

Ao Colegiado de Curso compete o seguinte:

- a) Propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível das relações entre os cursos da mesma área da instituição;
- b) Aprovar o plano de atividades de curso;
- c) Promover a articulação e a integração das atividades docentes;

- d) Propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;
- e) Opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- f) Responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;
- g) Desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;
- h) Distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) Responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;
- j) Elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;
- k) Avaliar o desempenho individual de cada docente;
- l) Participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;
- m) Promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;
- n) Avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
- o) Constituir comissões especiais para assuntos específicos;
- P) acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que

desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;

Q) exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;

R) fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado do Curso, presidido pelo Coordenador de Curso, possui reuniões ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados se constituem a partir do Regimento Geral da IES.

O colegiado do Curso é constituído pelos seguintes membros:

COLEGIADO DO CURSO	Representante
1- Profa. Esp. Antonieta Profeta dos Santos	DOCENTE
2- Profa. Ma. Edmila Silva de Oliveira	DOCENTE
3- Profa. Ma Elionice Carvalho Silva	DOCENTE
4- Profa. Ma. Evanilda Teles dos Santos Pedrosa	DOCENTE
5- Prof. Me Wagner Rocha Galvão	DOCENTE
6- Prof. Dr. Jorge Henrique Valença Oliveira	DOCENTE
7- Lucilene de Jesus da Silva	DISCENTE
8- Kássia Hellen da Silva Santos	DISCENTE
9- Samira Carla de Anunciação Almeida	DISCENTE

(VIDE REGULAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)

5.10 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Inicialmente, vale destacar que a estrutura curricular do Curso Pedagogia permite que a cada semestre as áreas e disciplinas realizem um projeto como “Pesquisa e Prática Pedagógica” cuja pesquisa permite mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período.

Cada disciplina é aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases. Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.

A Faculdade possui uma Coordenação Específica de Pesquisa e Iniciação Científica, regulamentada e publica periodicamente edital convocando para apresentação de projetos.

****Vide anexo - tabela completa do corpo docente do curso.***

Professor	Titulação	Rel. de Trab	Nº de trabalhos publicados (2020-2023)
Antonieta Profeta dos Santos	Especialista	Integral	—
Edmila Silva de Oliveira	Mestre	Parcial	10
Elionice Cavalho Silva	Mestre	Parcial	—
Evanilda Teles dos Santos Pedrosa	Mestre	Parcial	7
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor	Integral	7
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre	Parcial	5
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	Parcial	3
Paulo Teixeira	Mestre	Integral	3

Rodrigo Silveira Almeida	Especialista	Parcial	5
Wagner Rocha Galvão	Mestre	Integral	-

6 DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores TI – Tempo Integral poderem ter condições de desenvolver trabalhos com silêncio e comodidade. Tais gabinetes estão localizados próximos à sala de professores, tudo com boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- Computadores com acesso à internet;
- Impressora ligada à rede;
- Mobiliário adequado.

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender aos professores e alunos de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem acadêmica. Por isso, o curso possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar-condicionado, computador, impressora e acesso à internet. Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornece uma secretária acadêmica para atender ao curso.

6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades.

Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto, é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham. Nesse contexto, a FAESB tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, na FAESB há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso à internet;
- Ar-condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades.

6.4 SALAS DE AULA

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os

mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, a FAESB constitui todas as instalações de forma que possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

⇒ **ACÚSTICA**

Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.

⇒ **ILUMINAÇÃO**

Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.

⇒ **CLIMATIZAÇÃO**

Todas as salas de aulas são climatizadas.

⇒ **MOBILIÁRIO**

Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores, Datashow, Computadores e acesso à internet.

⇒ **LIMPEZA**

As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.

6.5 ACESSO DOS ALUNOS À EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O acesso dos alunos à equipamentos de informática será feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas e pesquisa/estudo pelos alunos, tudo conforme cronograma estabelecido e às necessidades dos professores.

O horário de funcionamento dos laboratórios de informática, será nos turnos de funcionamento da faculdade, podendo ser reservado o espaço com antecipação de, pelo menos, 24 horas por professores. O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

Os equipamentos de informática são disponibilizados para aqueles alunos que não possuem equipamento de informática próprio e, portanto, podem acessar o portal do aluno nos horários em que os laboratórios são disponibilizados. A permanência dos estudantes é acompanhada por monitores ou técnicos, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

O acesso aos equipamentos dos Laboratórios de Informática será realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.

Faculdade de Educação Social da Bahia

6.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

A FAESB utiliza a biblioteca virtual on-line da **CURATORIA EDITORA**. Desse modo, o NDE se reuniu e fez a indicação de cada um dos livros utilizados para o curso, sendo que todos estão devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)

6.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO APROVADO PELO NDE)

6.7.1 Biblioteca: Funcionamento e Estrutura

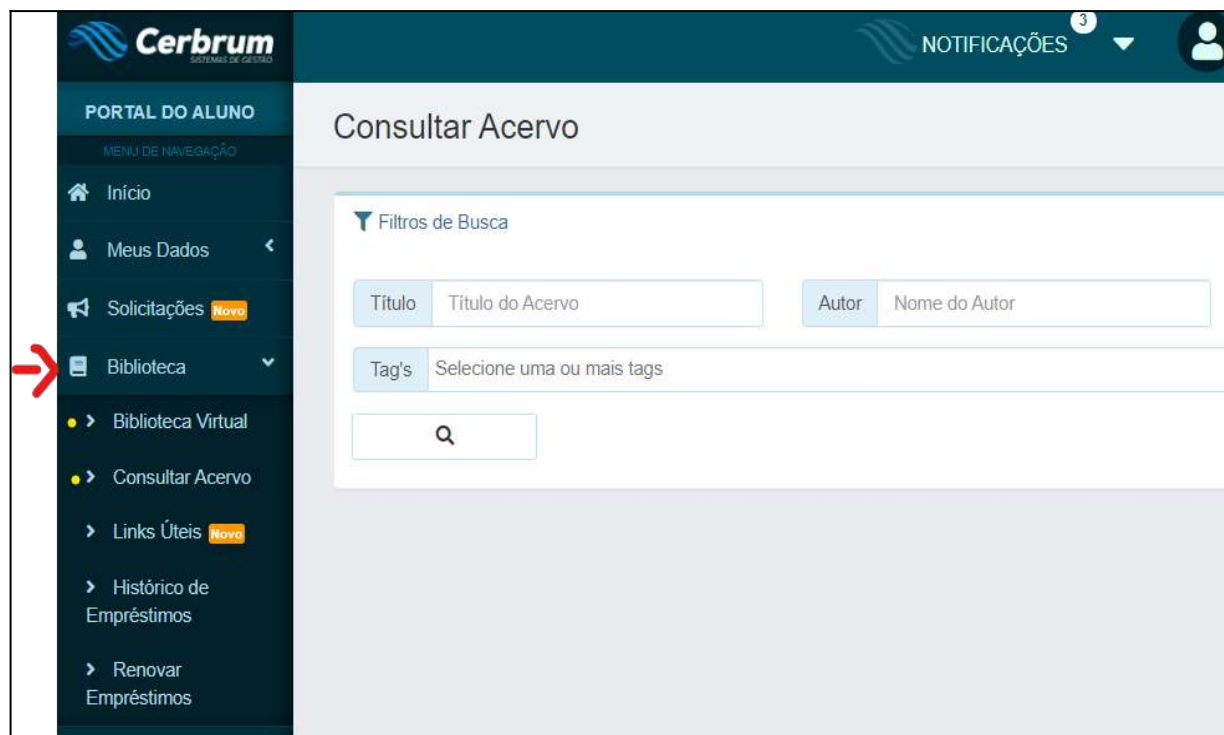
A Biblioteca da FAESB é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo, sala de vídeo; ainda, possui um guarda- volumes com espaços para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

6.7.2 Biblioteca: Políticas do Acervo

O acervo da Biblioteca da IES é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais. No que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos de Pedagogia possam pesquisar e se utilizarem do material.

O acervo virtual possui mais de 8 mil títulos.

Através do portal do aluno está disponível a consulta do acerto dos livros físicos da Faesb como do acervo on-line da CURATORIA EDITORA:



Fonte: <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#consultarAcervo>



BIBLIOTECA ON-LINE

- ▶ Ciências da Saúde
- ▶ Ciências Sociais Aplicadas
- ▶ Ciências Agrárias
- ▶ Ciências Biológicas
- ▶ Ciências Exatas e da Terra
- ▶ Ciências Humanas
- ▶ Linguística, Letras e Artes
- ▶ Engenharias
- ▶ Multidisciplinar
- ▶ Periódicos, Revistas e Recursos Digitais
- ▶ Laboratórios Virtuais
- ▶ EJA – Ensino Fundamental

6.7.3 Os Periódicos Especializados na Área do Curso

No que tange à Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca virtual da **CURATORIA EDITORA** e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos possam pesquisar e se utilizar do material, conforme segue:

PERIÓDICO/REVISTA	DISPONIBILIZAÇÃO	ACESSO
Nova Escola	Impressa	Biblioteca FAESB
Educação – Editora Segmento	Impressa	Biblioteca FAESB
Escola Pública – Editora Segmento	Impressa	Biblioteca FAESB
Revista Educação – Editora Minuano	Impressa	Biblioteca FAESB
Educação Infantil – Editora Escala	Impressa	Biblioteca FAESB
Revista Pátio – Editora Grupo A	Impressa	Biblioteca FAESB
Revista Educação – Editora UOL	Impressa	Biblioteca FAESB
RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Impressa	Biblioteca FAESB
Educação & Realidade – Editora FAURGS	Impressa	Biblioteca da FAESB
Cadernos Cede	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=0101-3262&nrm=isso	Online – Portal da FAESB
Revista Educação e Pesquisa	http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/	Online – Portal da FAESB

Revista Educação Pública	http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica	Online – Portal da FAESB
e-Revista – Portal Educação	https://www.portaleducacao.com.br/e-revista	Online – Portal da FAESB
Revista Brasileira Educação Especial	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng=en&nrm=iso	Online – Portal da FAESB
Cadernos de Pesquisa	http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0100-1574/ling_pt/nrm_iso	Online – Portal da FAESB
Ciência e Educação	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1516-7313&nrm=iso&rep=&lng=pt	Online – Portal da FAESB
Civitas	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/issue/current	Online – Portal da FAESB
Educação e Pesquisa	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-9702&lng=pt&nrm=iso	Online – Portal da FAESB
Educação por Escrito	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito	Online – Portal da FAESB
INEP	http://bve.cibec.inep.gov.br/web/guest/home	Online – Portal da FAESB
Educação e Sociedade	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-7330&lng=en&nrm=iso	Online – Portal da FAESB
Estudos Ibero-Americanos	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana	Online – Portal da FAESB

Periódicos Pedagogia - CURATORIA EDITORA

• GERAL

- Cadernos Cedes
<https://www.scielo.br/j/ccedes/>
- Cadernos de História da Educação
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/>
- Cadernos de Pesquisa
<https://www.scielo.br/j/cp/>
- Ciência & Educação (Bauru)
<https://www.scielo.br/j/ciedu/>
- Educação & Realidade
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/archive>
- Educação & Sociedade
<https://www.scielo.br/j/es/>
- Educação (UFSM)
<https://periodicos.ufsm.br/index.php/reeducacao>
- Educação e Filosofia
<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia>
- Educação e Fronteiras
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao>
- Educação e Pesquisa
<https://www.scielo.br/j/ep/>
- Educação em Perspectiva
<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva>
- Educação em Revista
<https://www.scielo.br/j/edur/>
- Educar em Revista
<https://www.scielo.br/j/er/>
- História da Educação
<https://www.scielo.br/j/heduc/>
- Nuances Estudos sobre a Educação
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances>
- Revista Brasileira de Educação Especial
<https://www.scielo.br/j/rbee/>
- Revista Brasileira de Educação
<https://www.scielo.br/j/rbedu/>

Revista Brasileira de História da Educação

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/archive>

Revista Educação e Pesquisa

<http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/>

Revista Educação Especial

<https://periodicos.ufsm.br/index.php/educacaoespecial>

Revista Educação: Teoria e Prática

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/index>

Revista Ensaio, Avaliação e Políticas Públicas em Educação

<https://www.scielo.br/j/ensaio/>

Revista Iberoamericana de Educación Superior

<https://www.ries.universia.unam.mx/index.php/ries>

Revista Linguagem em Discurso

<https://www.scielo.br/j/ld/>

Revista Lusófona de Educação

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao>

Revista NUPEM

<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/index>

Revista Perspectiva

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva>

Revista Portuguesa de Educação

https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0871-9187&lng=es?script=sci_serial&pid=0871-9187&lng=es

Revista Psicopedagogia

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-8486&lng=pt&nrm=iso

Revista Saberes Pedagógicos

<http://periodicos.unesc.net/pedag/issue/archive>

Faculdade de Educação Social da Bahia

6.7.4 Política de Aquisição da IES

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nos planos de ensino dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição, bem como pelas bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC.

Serão consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as bibliografias encaminhadas semestralmente pelos docentes responsáveis pelas Coordenações dos cursos de graduação, sendo estas listas fruto de reuniões periódicas com professores e alunos.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados serão:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

6.7.5 Consulta

O sistema de consulta ao acervo físico está disponível em terminais da biblioteca, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada por softwares educacionais. O virtual é realizado direto na plataforma on-line.

6.7.6 Empréstimo

O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo aos alunos devidamente matriculados e professores, cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato.

6.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Para a formação de professores pedagogos é essencial que durante o percurso formativo o educando tenha contato direto com expectativas práticas que contemplem conhecimentos relacionados à psicomotricidade, ludicidade, experiências inovadoras de aprendizagem etc. Desse modo, existe uma brinquedoteca disponível para o trabalho de alunos e professores no âmbito das práticas com a Educação Infantil em sua fase inicial.

Assim, a FAESB disponibiliza na sua sede uma brinquedoteca que serve de apoio para o curso de Pedagogia (professores e alunos), bem como para o uso experimental de outros cursos.

A Brinquedoteca possui mobiliário infantil, brinquedos diversos, jogos e é abastecida com aspectos lúdicos regionais sistematicamente, podendo, inclusive, servir para projetos tanto para a comunidade interna da IES, quanto para a externa.



Figure 1 – Brinquedoteca da FAESB

6.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atenta ao que dispõe a legislação pertinente, a FAESB implementou tanto o seu Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos e pessoas com deficiência na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de gestão e de aprendizagem, tudo por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para usuários e acadêmicos em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas.

Entende-se por usuários e pessoas com deficiência aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas. Programa de Acessibilidade e Atendimento Prioritário

6.9.1 Infraestrutura e Serviços Oferecidos

A instituição, no que se refere à infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

A) Para Usuários com Deficiência Física/ Motora

I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência;

- II. Acesso aos andares através de rampas ou elevadores;
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade;
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio;
- VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

B) Para os Usuários com Deficiência Visual

- I. Mapeamento dos espaços de circulação - da entrada e calçada da faculdade até o seu interior;
- II. Identificação dos espaços acadêmicos em braille;
- III. Colocação de anel tátil nos corrimãos;
- IV. Placa de início e final de corrimãos;
- V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - Gravador e fotocopadora que amplie textos;
 - Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
 - Software de ampliação de tela do computador;

- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- Lupas, réguas de leitura;
- Scanner acoplado a computador;
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

C) Para os Usuários com Deficiência Auditiva

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio a pessoa com deficiência.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
- Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita;
- Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareçam especificidades linguísticas dos surdos.

6.9.2 Os Meios de Comunicação e Informação

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e, além disso, outras ações, tais como:

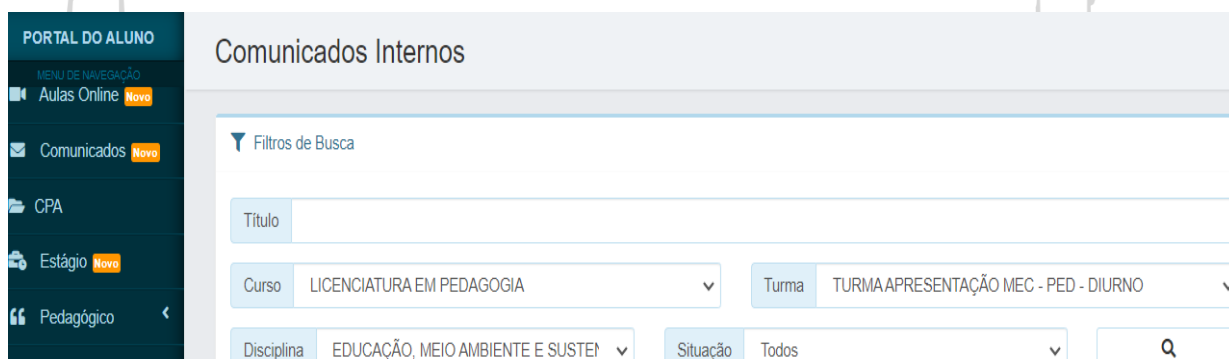
- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação;
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site;
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos;
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição;
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

1. Comunicação através do portal do aluno:



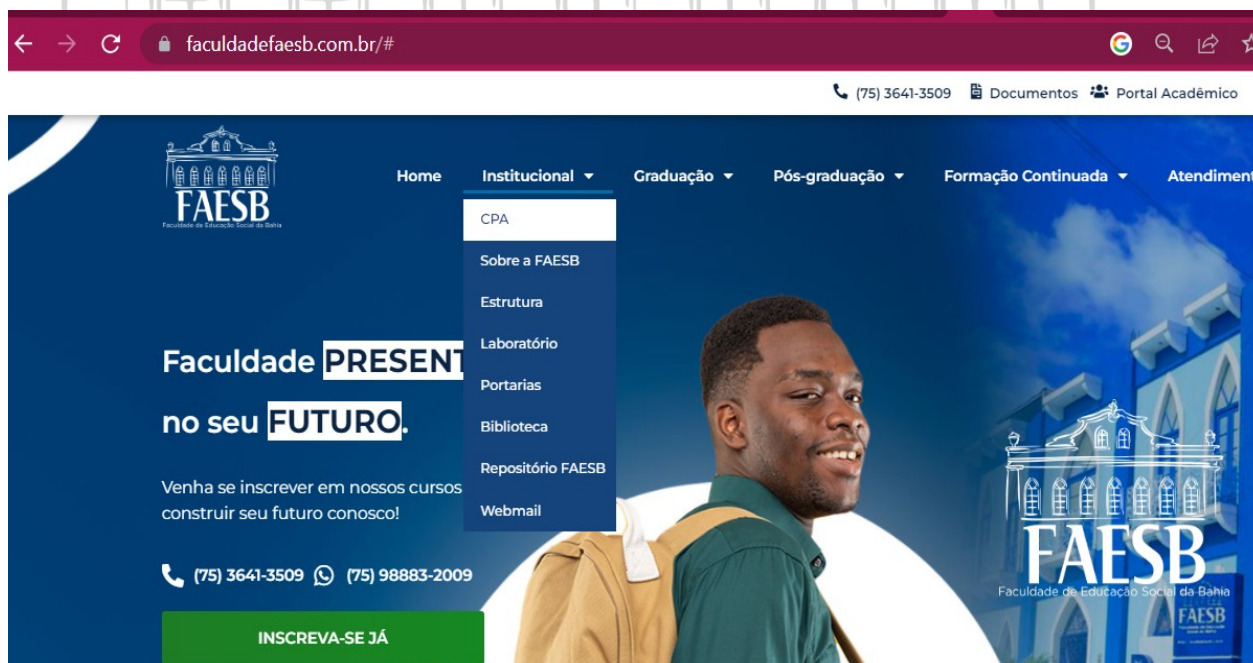
Fonte: <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#comunicacaoInterna>

2. Comunicação através do canal no Youtube – TV FAESB:



Fonte: <https://www.youtube.com/@faculdefaesb5193/videos>

3. Comunicação através do site:



Fonte: <https://faculdefaesb.com.br/>

4. Comunicação através do canal no Instagram:

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdefaesb@gmail.com



Fonte: <https://www.instagram.com/faculadefaesb/>

6.9.3 Atendimento Prioritário

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário;
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados;
- c) Preferência no atendimento.

6.9.4 Tratamento Especial

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial

consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso, o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

a) Pessoa com deficiência, com afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes e que a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico, incluindo, entre outros, os quadros de síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) Alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado à instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

7 ANEXOS

7.1 Regulamento das disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica



REGULAMENTO DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

1. DAS CARACTERÍSTICAS DO COMPONENTE CURRICULAR

Trata-se de unidade curricular que compõe o processo curricular dos Cursos de Licenciatura da FAESB.

Por suas especificidades e características, a elaboração da Pesquisa e Prática Pedagógica reger-se-á por este regulamento específico.

1.1. Da Carga – Horária

Nos Cursos de Licenciatura, a carga horária semestral da disciplina Pesquisa e Práticas Pedagógicas divididas e previstas da seguinte maneira:

- a) Parte das horas/aula semestrais para estudo do tema pelo aluno e orientação dos professores.
- b) Parte das horas/aula de Prática como Componente Curricular que se estabelecem a partir de atividades práticas articuladas entre dos s públicos e ou privados (aqueles que estiverem conveniados com a FAESB) que constituam interesse de pesquisa e aprofundamento de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas de Pedagogia, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos. Desse modo, em sua totalidade no currículo, trata-se de 420 horas/aula de aulas teórico-práticas como Componente Curricular.

Obs.* Ao final do semestre o aluno deverá expor o trabalho nas dependências da IES na semana de Pesquisa, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo do Curso, visando socializar os resultados do trabalho.

Obs.** O professor da disciplina é responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários da socialização dos trabalhos.

2. DO OBJETIVO GERAL

A Pesquisa em Pedagogia, em cada um dos períodos oferecidos na estrutura curricular do Curso de Licenciatura, tem por objetivo geral: proporcionar aos alunos o encontro com o cenário das organizações e da sociedade e com as singularidades culturais das quais fará parte.

O componente curricular também tem por meta possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Aproximar o aluno do seu ambiente de trabalho;
- b) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;
- c) Promover atividades de investigação e coleta de informações;
- d) Despertar nos discentes o gosto e a prática da investigação científica;
- e) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- f) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados nas disciplinas teóricas;
- g) Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de

comunicação como internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão;

- h) Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos dos fundamentos da ética e da responsabilidade social, da didática, da metodologia científica no contexto escolar;
- i) Compreender a natureza e a forma da prática nas escolas;
- j) Estudar e entender a educação do ponto de vista pessoal e social;
- k) Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;
- l) Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;
- m) Vivenciar o ambiente escolar, bem como suas especificidades regionais.

4. DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

4.1 – Para a realização do componente curricular, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

4.2 - O projeto prático interdisciplinar deverá ser elaborado em equipe, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor responsável pela disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica .

4.3 - As equipes formadas serão orientadas pelos professores das disciplinas em questão, quando necessário, por outros docentes do curso em acordo com a coordenação de curso.

4.4 - O tema proposto no semestre poderá ser indicado pelo docente, desde que aprovado pela coordenação de curso. Os temas / títulos deverão ser definidos

pelos professores; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

4.5 O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados em instituições devidamente credenciadas conveniadas com a IES, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a IES e a escola.

4.6 – Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

4.7 – Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação e em apresentação no formato Pôster.

4.8 – As notas atribuídas aos trabalhos serão de responsabilidade dos professores da disciplina em data estabelecida por esse e compatível com o período de inserção junto ao sistema acadêmico da IES.

4.10 – Caberá a apresentação dos resumos dos resultados do trabalho a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de banner, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

Parágrafo primeiro – Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

Parágrafo segundo – O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.

4.11 Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

5. DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

5.1 - Cabe aos professores que compõem a disciplina em questão, a orientação dos trabalhos de campo dos alunos e a todos os grupos.

5.2 - Os professores devem estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, prevalecendo a visão sistêmica por parte dos alunos.

5.3 – Cabe ao professor da disciplina garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto ao colegiado do curso.

5.4 – Cabe aos professores da disciplina, quando necessário, a solicitação junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade.

Faculdade de Educação Social da Bahia

6. DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO

6.1 – Os trabalhos finais devem ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

6.2 - Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem direito a novo protocolo.

6.3 - Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 7,0 (sete) estarão automaticamente reprovados na disciplina, devendo os mesmos a cumprirem no regime de dependência no período letivo seguinte.

6.4 O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

- a. NP1: Fórum e entrega do projeto na data estabelecida - 10 pontos.
- b. NP 2: Revisão do trabalho escrito e prévia do pôster feito pelo professor – 10 pontos.
- c. A avaliação do pôster será feita pela banca, sendo considerada no final a média das notas – 10 pontos.

7. DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

PARÁGRAFO ÚNICO: A avaliação do pôster será feita pelo professor da disciplina e pela banca, sendo considerada no final a média das notas, observando os seguintes critérios:

Avaliação geral do grupo	PESO
Apresentação de forma lógica, ordenada, dividida em tópicos.	1,0
Domínio do assunto apresentado	4,0
Recursos pedagógicos.	0,5
Organização do pôster	1,5
Processo de interação entre os membros do grupo	1,0
Postura e comportamento	0,5
Dicção e entonação da voz.	0,5
Motivação e desenvoltura.	0,5
Utilização do tempo.	0,5

8. DO PÔSTER

8.1 - A apresentação teórica deverá ser feita por meio de pôster (dimensões de 800 mm de largura por 1200 mm de altura). O pôster deve ser legível a uma distância de 1 m..

8.2 - O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.

8.3 - A avaliação do pôster será feita pelo professor do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

- a. As respostas às questões formuladas nas várias disciplinas;
- b. Interdisciplinaridade das observações, conclusões e respostas;
- c. Discussão das questões envolvidas;
- d. Criatividade e metodologia científica;
- e. A escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

Este regulamento entrará em vigor a partir do primeiro semestre de funcionamento do Curso.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA PESQUISA EM PEDAGOGIA

Curso			
Período		Turma	
Professor			
Tema			

COMPONENTES/EQUIPE	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

LÍDER DA EQUIPE	
Nome	
Contato/e-mail	
TÍTULO DO TRABALHO	

ANEXO II – ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO

- **CAPA** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE ROSTO** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE APROVAÇÃO** (elemento obrigatório)
- **DEDICATÓRIA** (elemento opcional)
- **AGRADECIMENTOS** (elemento opcional)
- **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** (se necessário)
- **LISTA DE TABELAS** (se necessário)
- **SUMÁRIO** (elemento obrigatório)
- **INTRODUÇÃO** (elemento obrigatório): **Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Escola ou Instituição Estudada/Pesquisada**.

1 DESCRIÇÃO DO NÍVEL EDUCACIONAL (INFANTIL, ANOS INICIAIS, EJA, OUTROS) * (elemento obrigatório):

2 DESCRIÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA* (elemento obrigatório):

2.1 BREVE HISTÓRICO:

Processo de formação e funcionamento da escola.

2.2 MISSÃO/VALORES: Objetivos da escola, valores, etc.

3 DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO* (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico:** Analisar as expressões das questões sociais, políticas públicas e / ou ações privadas assim como ONGs como foco de pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.

- **Prognóstico:** Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

4 PROPOSIÇÃO DE SUGESTÃO* (elemento obrigatório): Identificação do problema das organização e proposição de solução e/ou melhoria social, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- **CONCLUSÃO** (elemento obrigatório): Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no trabalho também podem ser destacadas).
- **REFERÊNCIAS** (elemento obrigatório): Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento do trabalho.
- **ANEXO** (se necessário): Inclusão de documentos não elaborados pelos autores, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.



Anexo III

Ficha de Avaliação de Apresentação de Projeto

Projeto: _____

Equipe: _____

Data: _____ Início: _____

Turma: _____

Avaliação geral do grupo	PESO	NOTA
Apresentação de forma lógica, ordenada, dividida em tópicos.	1,0	
Domínio do assunto apresentado	4,0	
Recursos pedagógicos.	0,5	
Organização do pôster	1,5	
Processo de interação entre os membros do grupo	1,0	
Postura e comportamento	0,5	
Dicção e entonação da voz.	0,5	
Motivação e desenvoltura.	0,5	
Utilização do tempo.	0,5	

Fim: _____ Tempo de apresentação: _____

Observações: _____

Assinatura do Avaliador

7.2 Regulamento Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos

REGULAMENTO ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICA DE APROFUNDAMENTOS

I - Disposições Preliminares

As Coordenações dos Cursos de Licenciatura da FAESB, no uso de suas atribuições, divulgam as Normas de Funcionamento das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos.

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos que compõem o currículo do curso de Licenciatura da FAESB, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação no curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

II – Das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos

Art. 2º Entende-se por Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação pessoal e profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico do curso.

Art. 3º As Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos, doravante denominadas simplesmente como “ATPA”, compõem o currículo mínimo do curso de Licenciatura, como se segue:

Curso	Carga Horária Total das ATPA's	Carga Horária Mínima Semestral das ATPA's
Licenciatur	200 horas devidamente	1º semestre: 20h 2º semestre: 20h

a	comprovadas	3º semestre: 20h 4º semestre: 20h 5º semestre: 20h 6º semestre: 20h 7º semestre: 40h 8º semestre: 40h
---	-------------	--

Art. 4º São consideradas para efeito de Atividades Teórico-Prática de Aprofundamento.

I – Atividades de pesquisa:

- a) iniciação científica sob tutoria de docentes;
- b) pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) assistência à defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II – Atividades de extensão:

- a) atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III – Atividades de ensino:

- a) disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;

TIPO DE ATIVIDADE	Carga horária	
	Mínima por	máxima por

	período	período
PESQUISA		
Iniciação científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	20
Estágio Extracurricular	20	20
EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10

b) disciplinas constantes da organização curricular;

Parágrafo Único Os critérios para validação das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 5º O cumprimento da carga horária de Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos dar-se-á conforme o quadro abaixo:

Art. 6º O aluno deve protocolar na Coordenação de Curso o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.

Parágrafo Único A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.



ANEXO II

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES TEÓRICO PRÁTICA DE APROFUNDAMENTOS

CRITÉRIO GERAL: O registro acadêmico das Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos, bem como a validação do semestre ao qual se referem às horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito a aprovação.

ATIVIDADES DE ENSINO:

1. Disciplinas não Previstas:

a. *Cursadas na IES:*

i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.

ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita à aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.

iii. O aluno inscrito na disciplina como ATPA será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.

iv. O documento comprobatório para o registro da ATPA é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.

v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ATPA obedece ao anexo II.

b. *Cursadas fora da IES:*

i. Considera-se como ATPA do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.

ii. Os documentos comprobatórios para o registro da ATPA são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.

iii. O registro da ATPA está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico do curso de graduação em que o aluno encontra-se matriculado e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.

iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ATPA obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE PESQUISA

1. Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes

a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da IES.

b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo à Coordenação do Curso prestar suporte sempre que solicitada.

c. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de

frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho.

d. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como ATPA obedece ao anexo 2.

2. Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes

a. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso, e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.

b. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação da IES.

c. O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa da IES.

d. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:

i. Identificação completa do professor e do aluno orientado.

ii. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).

iii. Cópia da pesquisa:

- ⇒ Monografia; ou
- ⇒ Projeto aprovado.

e. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como ATPA obedece ao anexo

3. Publicação de Resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa

a. São consideradas para efeito de ATPA as publicações:

i. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.

ii. Registradas no ISBN no caso de livros.

iii. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área de Educação ou afins.

b. Somente serão aceitos como ATPA os trabalhos publicados no período em que o aluno encontrar-se regularmente matriculado na IES e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico da graduação em curso.

c. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.

d. O registro da carga horária atribuída à Publicação como ATPA obedece ao anexo 2.

4. Assistência a Defesa de Monografias ou Projetos de Finais de Curso

a. São considerados Assistentes, para efeito de Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora da IES, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso.

b. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:

- i. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino.
- ii. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).
- iii. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.
- iv. Cópia do trabalho.

c. O registro da carga horária atribuída à Assistência como ATPA obedece ao anexo 2.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

5. Disseminação de Conhecimentos

- a. As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	<p>⇒ Participação de defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação em que se encontra regularmente matriculado na IES, exceto quando mencionado como autor.</p> <p>⇒ Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.</p>
Cursos de	⇒ Cursos realizados dentro ou fora da IES cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico

Atualização	<p>do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas.</p> <p>⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da IES): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na IES): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.</p>
Cursos de Qualificação	<p>⇒ Cursos realizados dentro ou fora da IES cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas.</p> <p>⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da IES): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p>

	<p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na IES): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.</p>
<p>Cursos de Certificação Tecnológica</p>	<p>⇒ Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora da IES.</p> <p>⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.</p>
<p>Cursos de Extensão em áreas afins à Educação</p>	<p>⇒ Cursos realizados dentro ou fora da IES cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado.</p> <p>⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da IES): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na IES): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no</p>

	curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.
Cursos de Língua Inglesa	<p>⇒ Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora da IES.</p> <p>⇒ Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa.</p> <p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da IES): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>⇒ Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na IES): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.</p>

6. **Assistência, Assessoria ou Consultoria Técnica**

a) Sob o amparo do Núcleo de Estágio da IES:

i. São consideradas para efeito de ATPA as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito da IES e sob o amparo do Núcleo de Práticas da IES.

ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno no Núcleo de Práticas obedecerão aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.

iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no Núcleo de Estágio, relatório contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Cargo que ocupa no Núcleo.
3. Descrição sumária das atividades realizadas.
4. Data, carimbo e assinatura do(s) professor(es) orientador(es).

iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.

a. Extensão Comunitária

i. São consideradas como Atividades Teórico Prática de Aprofundamentos de Extensão Comunitária aquelas realizadas pelo aluno em trabalho voluntário pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso de Graduação, amparadas por projetos sociais mantidos ou não pela IES.

ii. Compete ao aluno encaminhar à Coordenação de Curso, para fins de registro, documento contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Identificação completa da instituição educacional e da Instituição mantenedora.
3. Relatório de atividades realizadas.
4. Período em que o aluno esteve engajado no projeto.
5. Data e assinatura de representante da Instituição mantenedora, devidamente identificado.

iii. O registro da carga horária atribuída à Extensão Comunitária como ATPA obedece ao anexo 2.



ANEXO II - QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES TEÓRICO PRÁTICA DE APROFUNDAMENTOS

CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
PESQUISA	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	Até 15 (quinze) horas por semestre letivo de atuação, podendo chegar ao total de 30 horas.
	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	Monografia sobre o estado da arte - Até 12 (doze) horas. Projeto aprovado - Até 18 (dezoito) horas.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Relatório Técnico - Até 15 (quinze) horas por trabalho, podendo chegar ao total de 30 horas. (OBS: O relatório deve ser validado pelo NUPAC) Publicações em Âmbito Nacional - De 05 (cinco) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, Segundo classificação

EXTENSÃO		<p>CAPES/CNPq.</p> <p>Publicações em Âmbito Internacional</p> <p>- 10 (dez) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.</p>
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Até 10 (dez) horas por trabalho assistido, podendo chegar ao total de 30 horas.
	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas Técnicas	De 0 (zero) até 40 (quarenta) horas.
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.
	<p>Cursos de Atualização</p> <p>Cursos de Qualificação</p> <p>Cursos de Certificação Tecnológica</p>	<p>Até 30 (trinta) horas</p> <p>Até 30 (trinta) horas</p> <p>Até 30 (trinta) horas, calculadas como a carga horária total do curso acrescida de 20% (vinte por cento) aos que obtiverem a certificação correspondente.</p>

	Cursos de Extensão em áreas afins à Pedagogia	Até 30 (trinta) horas.
	Cursos de Língua Inglesa	Até 16 (dezesesseis) horas, calculadas como 80% (oitenta por cento) da carga horária semestral total do curso, ou 100% das horas aos que apresentarem certificação de proficiência.
	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Sob o Amparo da Brinquedoteca e do Núcleo de Extensão. - 30 (trinta) horas por semestre de atuação. Tutoria - 30 (trinta) horas por semestre de atuação. Extensão Comunitária - 30 trinta (trinta) horas por semestre de atuação.
	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	80 (oitenta) horas por semestre letivo de atuação
ENSINO		

7.3 Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Cursos de Licenciatura

Capítulo I

Da Definição e Finalidade

Art. 1º Entende-se como Estágio Curricular Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes à profissão de , realizadas por alunos em instituições devidamente conveniadas com a IES. As atividades deverão ser acompanhadas pela faculdade, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Art. 2º Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura da IES e definir atribuições, normas e procedimentos.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 3º São seus objetivos:

I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas nas instituições da região de inserção da IES, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos nos encontros presenciais, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão docente.

II - incentivar a análise de casos e situações reais.

III - proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias na educação.

Capítulo III

Das Condições para Realização do Estágio

Art. 4º São condições para a realização do Estágio Supervisionado que:

- I - o aluno esteja regularmente matriculado;
- II - a instituição escolhida pelo aluno atenda aos requisitos exigidos pelo curso;
- III- a instituição esteja devidamente conveniada com a IES e esteja em dia com os aspectos legais junto às secretarias de educação;
- IV- a instituição permita o acompanhamento de um docente responsável pela supervisão de estágio que será a ligação entre a instituição e a faculdade. O responsável docente deve ser da área de formação do curso;
- IV - não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;
- V - não possa exceder a 40 (quarenta) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias;
- VI – tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.
- VII – tenha a participação do aluno estagiário e do professor orientador/supervisor fazendo parte do Conselho de Classe da Escola.

Capítulo IV

Do Acompanhamento do Estagiário

Art. 5º O acompanhamento terá como responsáveis:

- I – o Coordenador do curso.

II – o responsável pelo Núcleo ou Coordenador de Estágio.

III – um professor orientador.

IV – supervisor docente da escola concedente.

Parágrafo Único. Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, com anuência do Diretor Acadêmico, **limitado a 05 (cinco) orientandos para 1 (um) orientador.**

Art. 6º Compete ao responsável pelo núcleo de estágio:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

II - assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.

III - oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.

IV - administrar o núcleo de estágio, informando à Direção Acadêmica os resultados, através de relatórios periódicos.

V - manter o canal de comunicação efetiva com as escolas e com as Secretarias de Educação que compõem o campo de estágio, mediante a realização de programa de parcerias, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.

VI - prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.

VII - aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Art. 7º Compete ao Professor Orientador:

I – orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;

II – apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados, a obedecer o horário e o local estabelecido em pauta;

III – preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;

IV – utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;

V – receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

VI – acompanhar sistematicamente o aluno nas suas atividades e planejamento de estágio, inclusive na escola-campo de estágio.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Art. 8º Compete ao supervisor docente da concedente:

I – observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11. 788/2008.

II – acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio.

III – acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.

IV – acompanhar e avaliar a constituição do projeto de estágio.

Art. 9º Compete ao aluno:

I - estar devidamente matriculado;

II - escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;

III – elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;

IV – providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a instituição. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;

V – comprovar condição de acesso à escola, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da escola e do Núcleo Estágio em até 15 dias após o início do estágio;

§ 1º O aluno funcionário da instituição deverá providenciar a fotocópia da carteira de trabalho, comprovando seu vínculo e área de conhecimento compatível com o curso.

§ 2º A cópia desses documentos deverá ser anexada ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica;

§ 3º É necessário que a instituição com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essenciais que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

Art. 10º Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento, avaliação e lançamento das notas no sistema.

Parágrafo único. A formatação dos relatórios deverá obedecer ao manual de normas para a elaboração formal de trabalhos científicos, disponível para alunos e professores respectivamente na biblioteca da instituição.

Art. 11º O aluno que já exercer funções relativas à área como trabalhador de uma instituição pública e privada, uma vez que isso fique comprovado e registrado, na área correlata ao seu curso, poderá validar até 100% das horas de estágio curricular supervisionado de uma das fases do estágio (Estágio I, II, III e IV).

Parágrafo único. Validar-se-á as horas acima descritas na disciplina de estágio curricular supervisionado correspondente.

Capítulo V

Do Seguro Obrigatório

Art. 12º É responsabilidade da faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto no decreto nº87.497, de 1982.

Capítulo VI

Das Disposições Finais.

Art. 13º O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do

mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO

SUPERVISOR DOCENTE /ORIENTADOR / COORDENADOR DE ESTÁGIO

Esta ficha deverá ser preenchida pelo Supervisor Direto do aluno na instituição conveniada na primeira metade do estágio e/ ou concluído, devendo ser avaliado por ocasião da supervisão do estágio feita pelo Professor Orientador e Coordenador de Estágios da FAESB.

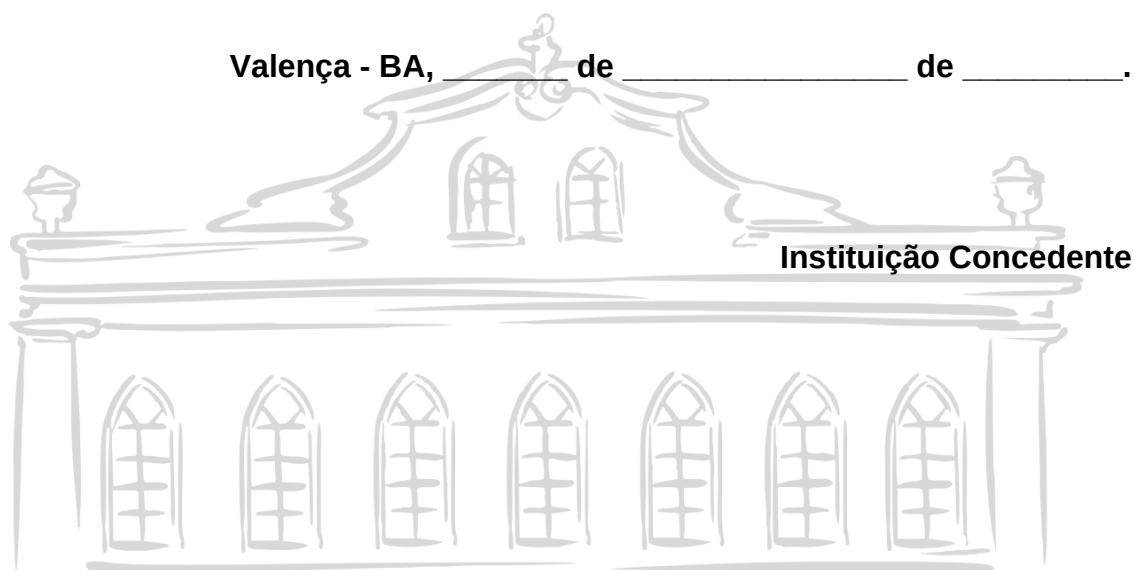
1	INSTITUIÇÃO			
	SUPERVISOR DO			
	ESTÁGIO			
	CARGO/FUNÇÃO			
	TELEFONE P/ CONTATO			
	CPF:	E-MAIL:		

2	ESTAGIÁRIO:			
	CURSO:			
	TELEFONE P/ CONTATO:			
	ENDEREÇO COMPLETO			
	Nº	BAIRRO:	CEP:	
	CIDADE:		E-MAIL:	
	C.I:		ORGÃO EMISSOR:	
	CPF:			

3 - DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que o(a)
aluno(a) _____, RG _____, cumpriu
_____ horas de estágio supervisionado nesta Instituição no período
de _____.

Valença - BA, _____ de _____ de _____.



FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

4 - ACOMPANHAMENTO DO ESTAGIÁRIO:

4.1 – O estagiário ajustou-se às condições de estágio?

☐ MUITO BEM ☐ BEM ☐ COM DIFICULDADE ☐ NÃO

4.2 – A instituição fez acompanhamento supervisionado/orientado do estagiário?

☐ FREQUENTEMENTE ☐ ALGUMAS VEZES ☐ NUNCA

4.3 – No encerramento do estágio, o estagiário será admitido pela instituição? Se afirmativo, em que função?

☐ SIM ☐ NÃO FUNÇÃO:

5 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Faculdade de Educação Social da Bahia

.....

.....

.....

.....

6 - AVALIAÇÃO: (EXC) EXCELENTE; (BOM) BOM; (REG) REGULAR =; (INS) INSUFICIENTE.	
(8 a 10) (7 a 8) (5 a 7) (abaixo de 5)	
ASPECTOS COMPORTAMENTAIS	
1 – ASSIDUIDADE	<ul style="list-style-type: none"> ● Cumprimento do horário de trabalho determinado pela escola e participação nos conselhos de classe
2 – DISCIPLINA	<ul style="list-style-type: none"> ● Observância das normas e regulamentos internos da escola
3 – SOCIABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> ● Predisposição para se integrar, cooperar e se relacionar com outros professores e corpo técnico.
4 – RESPONSABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> ● Eficiência e eficácia na execução das aulas.
5 – SEGURANÇA DO TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> ● Cumprimento das normas de segurança na escola
6 – INTERESSE	<ul style="list-style-type: none"> ● Empenho em realizar as tarefas solicitadas e em aprimorar o processo educacional.
ASPECTOS PROFISSIONAIS	
1- RENDIMENTO DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> ● Qualidade de trabalho, tendo em vista o padrão exigido do estagiário.

2	CONHECIMENTO	● Domínio demonstrado no desempenho das atividades pela escola	☐	☐	☐	☐
3-	CUMPRIMENT	● Segurança, precisão e diligência na execução das aulas programadas.	☐	☐	☐	☐
4	APRENDIZAGEM	● Capacidade para assimilar novos conhecimentos, necessários ao desempenho das tarefas.	☐	☐	☐	☐
5 – INICIATIVA		● Facilidade para encontrar soluções necessárias ao bom desenvolvimento das aulas	☐	☐	☐	☐

CONCEDENTE DO ESTÁGIO

Local / Data: ____/____/____

Assinatura do Supervisor Técnico

Carimbo da Escola

INTERVENIENTE DO ESTÁGIO

AVALIAMOS O PRESENTE ESTÁGIO

() RAZOÁVEL () BOM

() REGULAR () EXCELENTE

() INCOMPLETO

Local / Data: ____/____/____

**ATESTAMOS O
PRESENTE ESTÁGIO
CURRICULAR**

Local

Data: ____/____/____

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do Coordenador
do Curso

**AUTORIZAMOS A EMISSÃO DO ATESTADO DE ESTÁGIO CURRICULAR,
DEPOIS DE ATENDIDAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS, CONFORME
AVALIAÇÕES CONTIDAS NA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO.**

Local / Data: ____/____/____

COORDENADOR

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

7.4 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado e Licenciatura da IES, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados quando a atividade se encontrar prevista na Matriz Curricular do curso.

RESOLUÇÃO Nº 001/2020

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

TÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso da FAESB.

O TCC é requisito indispensável à integralização curricular. O trabalho de conclusão de curso, atividade curricular integrante dos currículos dos Cursos da FAESB, de caráter obrigatório, tem por objetivo proporcionar ao estudante experiência em pesquisa necessária ao bom desempenho profissional.

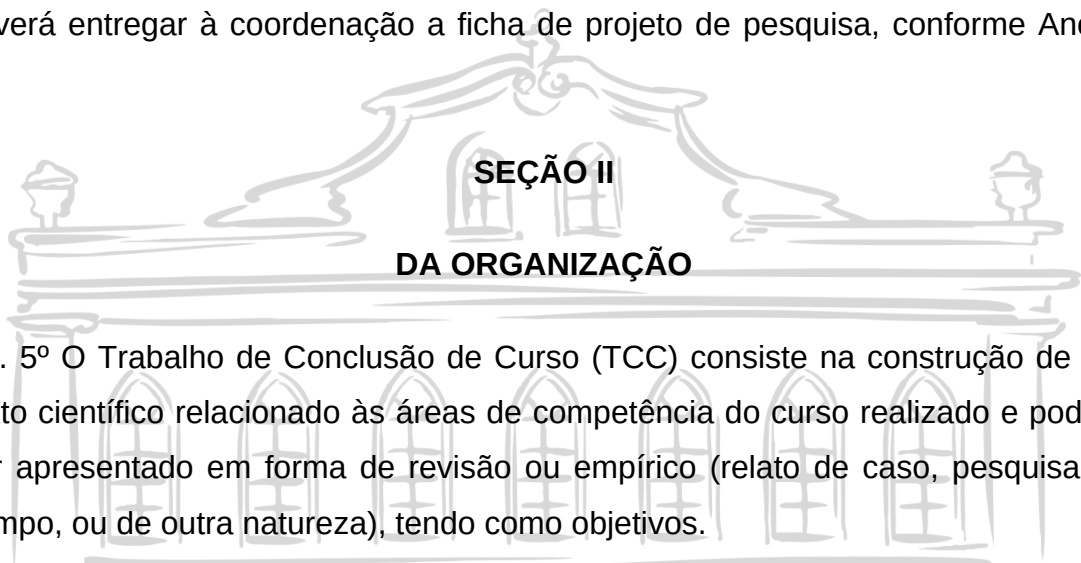
Art. 2º Todo aluno regularmente matriculado deverá realizar um trabalho de pesquisa orientada, explorando temática compatível com as especificidades do curso e sua formação, cumpridos os pré-requisitos curriculares.

Art. 3º O trabalho de conclusão de curso, elaborado nos mais diversos formatos (Artigo, Monografia, Plano de ação, Projeto de Intervenção e entre outros), será

construído, individualmente, sob orientação de um docentes, sobre um problema relacionado a temáticas pertinentes ao curso realizado.

O professor-orientador deverá ser escolhido um semestre antes da matrícula no componente curricular. Este deve pertencer ao quadro de professores da FAESB e desenvolverá as atividades de orientação, não remunerada pela instituição.

Art. 4º Um semestre antes da matrícula no componente curricular TCC o aluno deverá entregar à coordenação a ficha de projeto de pesquisa, conforme Anexo A.



SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na construção de um texto científico relacionado às áreas de competência do curso realizado e poderá ser apresentado em forma de revisão ou empírico (relato de caso, pesquisa de campo, ou de outra natureza), tendo como objetivos.

Art. 6º As atividades formativas que darão subsídios para a elaboração do TCC compreende a orientação feita pelo professor-orientador e co-orientador (facultativo).

SEÇÃO III

DA MATRÍCULA

Art. 7º No oitavo semestre o aluno poderá se matricular no componente curricular TCC.

Art. 8º No ato da matrícula o estudante deverá entregar o Termo de Compromisso do orientador (Anexo B) e do discente (Anexo C), assim como o projeto de pesquisa.

SEÇÃO IV

DA ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA DISCIPLINA

Art. 9º Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto de pesquisa e defesa final;

Art. 10º Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao TCC;

Art. 11º Promover reuniões de orientação e acompanhamento com os alunos que estão desenvolvendo o TCC

Art. 12º Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC

Art. 13 Publicizar as bancas de avaliação dos TCC

SEÇÃO V

DA ORIENTAÇÃO

Art. 14 Cada docente poderá orientar, simultaneamente, até 6 (seis) trabalhos de conclusão de curso por semestre, excluindo-se as co-orientações.

Art. 15 Os professores orientadores deverão ser, obrigatoriamente, do quadro docente da FAESB.

Art. 16 Atribuições do professor orientador:

- I assinar o formulário aceitando a orientação;
- II colaborar com o discente na definição do Trabalho de Conclusão de Curso;

- III indicar referências para consultas, acompanhar e orientar o discente;
- IV autorizar, por meio de formulário próprio (Anexo D), o discente a apresentar o TCC;
- V escolher em parceria com o orientador os membros da banca de avaliação do trabalho;
- VI presidir a banca de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso que está sob a sua orientação;
- VII Emitir parecer final sobre a monografia que esteja sob sua orientação;

Art. 17 O professor orientador e/ou estudante poderá solicitar desligamento da orientação, desde que possua justificativas fundamentas, as quais passará pela avaliação da coordenação.

SEÇÃO VI DA CONCLUSÃO

Art. 18 A estrutura do trabalho obedecerá às normas técnicas previstas na Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT).

Art. 19 O TCC, em sua versão preliminar para entrega a banca examinadora, deverá ser impresso em frente e verso e encadernado em 3 (três) cópias, uma para cada integrante da banca examinadora, e mais uma para o próprio aluno, em plástico transparente (frente) e preto ou azul (atrás) no sistema espiral com autorização de defesa pelo orientador e obedecendo ao calendário próprio de atividades do curso.

Art. 20 A versão final deverá ser entregue na secretária da FAESB, corrigida de acordo com as orientações da banca de avaliação e mediante aprovação do orientador (Anexo E), impresso em frente e verso encadernado em formato brochura na cor preta e letras douradas e uma cópia em formato PDF salvo em CD ROM, no prazo estipulado de 30 dias, a partir da data da apresentação.

A versão final do TCC deverá estar acompanhada da autorização de publicação em meio impresso e digital (Anexo F)

O discente que não entregar a versão final do TCC no prazo fixado deverá requerer a postergação desse, mediante justificativa fundamentada, em até 72 (setenta e duas) horas após o prazo oficial, devendo a coordenação agendar uma nova data, não excedendo 12 (doze) dias para novo depósito.

O discente que não depositar a versão final do TCC no prazo estipulado fica impossibilitado de colar grau, devendo refazer o componente curricular.

SEÇÃO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 21 O processo de avaliação do TCC ocorrerá mediante uma apresentação pública do trabalho a uma Banca Avaliadora, formada por três membros, escolhidos pelo orientador e aluno, sendo referendada pelo colegiado do Curso.

Poderão integrar a banca, docentes da FAESB e de outras instituições ou profissionais de reconhecida competência na área de estudo da monografia.

Somente um dos membros da Banca Avaliadora poderá ser externo a instituição, desde que preencha os seguintes requisitos:

- a) Pós-graduação na área de conhecimento do tema;
- b) Conhecimento do regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso desta instituição;

O orientador, obrigatoriamente, faz parte da banca avaliadora, sendo o presidente.

Art. 22 Cada membro da banca receberá cópia do trabalho com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da apresentação.

Fica facultado aos membros da banca decidir qual o tipo de cópia querem receber, se digital ou impressa.

Art. 23 Na avaliação, a banca examinadora levará em consideração:

- I O conteúdo e a relevância do trabalho realizado.
- II A consistência metodológica compreendendo estrutura lógica e linguagem em que foi desenvolvida.
- III A apresentação do trabalho com a demonstração de domínio da matéria versada e a clareza do que for exposto.
- IV Normas ABNT;

Art. 23 Cada avaliador consignará o resultado do julgamento qualitativo e quantitativo em ficha própria contendo barema de avaliação (Anexo G). A nota final será a média simples dos valores de cada avaliador. Obterá aprovação o aluno com conceito final, igual ou superior a 7 (sete) pontos.

Art. 24 Havendo a detecção de plágio, o discente será automaticamente reprovado, tendo que cursar novamente o componente.

Art. 25 O presidente da Banca Avaliadora preencherá Ata de Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo H), indicando o resultado, que será expresso das seguintes formas:

- a) Aprovado; ou
- b) Reprovado

SEÇÃO VIII

Faculdade de Educação Social da Bahia **DA APRESENTAÇÃO**

Art. 26 A apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso terá duração mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) minutos e o período de arguição será de 20 (vinte) minutos para cada avaliador.

Art. 27 Após a arguição da Banca Avaliadora, esta em sessão reservada fará as considerações, o preenchimento do barema e lavrará a ata que deverá ser lida e em seguida assinada por todos.

Art. 28 O resultado será proclamado pelo presidente da Banca Avaliadora, ocasião em que será franqueada a palavra ao aluno e membros da Banca Avaliadora.

SEÇÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, baseados nesta Resolução, ouvidos os professores relacionados aos componentes curriculares das práticas de pesquisa, o professor orientador e orientando.

Art. 30. Este documento poderá ser revisado e atualizado, a qualquer momento e passará a vigorar imediatamente, após aprovação pelo Diretor Geral.



Francisco Carlos de Aguiar Neto

Diretor Geral

FACULDADE FAESB

**FAESB- Faculdade de Educação Social da Bahia Portaria nº 1.039, publicada
no D.O.U. de 3/6/2019.**

ANEXO A

FICHA DE PROJETO DE PESQUISA

NOME	TELEFONE
MATRÍCULA	CURSO
ORIENTADOR	

TEMA
Descrever o assunto, o campo ou a área em torno do qual o trabalho se realizará;

OBJETIVOS
O objetivo geral define o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação. Os objetivos específicos definem etapas do trabalho a serem realizadas para que se alcance o objetivo geral. Podem ser: exploratórios, descritivos e explicativos. Assim, deve-se sempre utilizar verbos no infinitivo para iniciar os objetivos: I Exploratórios (conhecer, identificar, levantar, descobrir) II Descritivos (caracterizar, descrever, traçar, determinar) III Explicativos (analisar, avaliar, verificar, explicar)

JUSTIFICATIVA
Justificar consiste descrever e argumentar sobre as razões e motivações da escolha do tema em questão, apresentando, de forma clara e objetiva, a relevância teórica ou prática da pesquisa. Na justificativa tem de ficar especificado por que a pesquisa é importante.

METODOLOGIA
A metodologia remete diretamente à maneira de trabalhar o objeto da pesquisa. Remete à ação pela qual serão alcançados os resultados esperados ou previstos. Assim, trata-se neste capítulo da forma pela qual serão pesquisados, filtrados e analisados os dados obtidos no decorrer da pesquisa.

ANEXO B

TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu _____,
Professor (a) do Curso de _____, da
Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB) declaro estar ciente das
normas do TCC e aceito assumir a orientação do Trabalho de Conclusão de
Curso do (a) estudante _____,
número de matrícula _____.

Declaro ainda seguir o cronograma definido pela disciplina Trabalho de Conclusão
de Curso.

Título do TCC (se necessário, pode sofrer alterações)

Área do Conhecimento

Valença, Ba _____/_____/20____

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

Assinatura do Professor Orientador

ANEXO C

TERMO DE COMPROMISSO DO DISCENTE

Eu, _____ número de
matrícula _____ discente do Curso de
_____, da Faculdade de
Educação Social da Bahia (FAESB) declaro estar ciente das normas definidas
pelo Colegiado do Curso para o processo de realização do Trabalho de
Conclusão de Curso.

Título do TCC (se necessário, pode sofrer alterações)

Área do Conhecimento

Valença, Ba _____ / _____ / 20____

Faculdade de Educação Social da Bahia

Assinatura do Discente



ANEXO D

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DO TCC FINAL AO COLEGIADO DE GRADUAÇÃO

Eu,

_____, professor(a) orientador(a) do(a) estudante

_____, autorizo a entrega do Trabalho de Conclusão de

_____, intitulado _____, por considerar que ele atende às normas e diretrizes do TCC da Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB) e que tem condições de ser apresentado mediante uma banca avaliadora no ____ semestre de 20____.

Valença, Ba ____ / ____ / 20____

Assinatura do (a) Professor (a) Orientador (a)

ANEXO E

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC AO
COLEGIADO DE GRADUAÇÃO APÓS A AVALIAÇÃO PELA BANCA
AVALIADORA**

Eu,

_____,
professor(a) orientador(a) do(a) estudante _____

autorizo a entrega do **Trabalho de Curso** intitulado _____

Declaramos que as correções necessárias foram realizadas após a **análise da banca avaliadora.**

Valença, Ba ____ / ____ /20____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a)

Assinatura do (a) estudante

ANEXO F

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA E IMPRESSA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Autor (a) do trabalho (nome do (a) estudante):

CPF:

EMAIL

Data da apresentação oral do TCC:

Título do TCC:

Nome do (a) professor (a) orientador (a) do TCC:

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, em consonância com a Lei nº 9610/98, () autorizo () não autorizo a Faculdade de Educação Social da Bahia a disponibilizar gratuitamente em sua Biblioteca Digital e de modo impresso, sem ressarcimento dos direitos autorais, o trabalho de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou *download*. Autorizo a utilização da obra para fins acadêmico-científicos e, em sendo utilizada, que seja feita sua correta citação e referenciamento.

Se optar por não autorizar a disponibilização do TCC, justificar abaixo:



Assinatura do (a) estudante

Assinatura do (a) orientador (a) Valença, Ba ____ / ____ /20__

FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO G

BAREMA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aluno (a):

Orientador (a):

Data:

Título:

A	TEXTO (50 pontos)	Pontuação máxima	Pontos
1	Relevância e contemporaneidade do tema	05	
2	Organização lógica e equilíbrio entre as partes (introdução, desenvolvimento, conclusão)	10	
3	Clareza, objetividade, capacidade de síntese	10	
4	Conteúdo	15	
5	Observação das normas da ABNT e especificações técnicas	10	

B	APRESENTAÇÃO ORAL (50 pontos)	Pontuação máxima	Pontos
1	Oralidade	05	
2	Lógica da apresentação (demonstrar, explicar, inferir e concluir)	15	
3	Formatação da apresentação	05	
4	Conhecimento do assunto	15	

5	Capacidade de síntese	10	
---	-----------------------	----	--

Resultado final

(A+B) =

Use o espaço reservado para um parecer por escrito caso julgue pertinente.



ANEXO H

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos XXXX dias do mês de XXXX do ano de dois mil XXXX às XXX horas, na sala XXX do prédio da Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB), na presença da Banca Avaliadora, presidida pelo(a) professor(a) XXXXXX e composta pelos seguintes membros: 1) XXXX e 2) XXXXX, o(a) discente XXXXXXXX apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em XXXXXXXXXXXXXXXX, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. A Banca Avaliadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado de XXXXXXXXXXXXXXXX ora formalmente divulgado a(os) discente(s) e aos demais participantes, e eu professora XXXXXXXXXXXXXXXX, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros, pela discente apresentadora do trabalho e todos presentes.

Valença, XXX de XXXXX de 20XX

Assinaturas:

XXXXXXXXXX

Presidente da Banca Avaliadora

XXXXXXXXXXXX

Membro da Banca

XXXXXXXXXXXX

Membro da Banca

Presente(s):

**PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO
EGRESSO**

FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

VALENÇA – BA

2023

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdadefaesb@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O Programa de Acompanhamento do Egresso foi criado para acompanhar as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação e pós-graduação do FAESB no mercado de trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região de inserção. O programa se apoia nas perspectivas de uma educação a partir de práticas pedagógicas criativas e inovadoras para possibilitar uma formação que atenda a missão institucional que é 'promover uma educação que possibilite atender as necessidades humanas de forma sistêmica, criativa e sustentável'. O programa integra o plano de trabalho da FAESB, desenvolvido por meio de parceria intersetoriais.

Em sua dinamização, o programa contribui com a Instituição no que se refere à compatibilidade entre o perfil do egresso definido no Projeto Pedagógico de cada curso, articulado ao perfil do egresso, previsto no PDI, considerando a inserção profissional, adequação da formação e a busca por uma formação continuada por parte do egresso.

Para atender essa perspectiva, o Programa de Acompanhamento do Egresso é permeado por estratégias que facilitam a relação com o egresso, a partir de ações desenvolvidas interna e externamente pela instituição.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Acompanhar as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação da FAESB no mercado de trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região de inserção.

Objetivos Específicos

São objetivos específicos do Programa:

- i. Verificar a atuação do egresso no ambiente profissional e socioeconômico;
- ii. Avaliar o desempenho dos Cursos de graduação e pós-graduação, pelo acompanhamento do desenvolvimento profissional dos egressos;
- iii. Manter informações atualizadas dos egressos;
- iv. Incentivar a formação continuada dos egressos, por meio de cursos de pós-graduação e extensão, bem como palestras, seminários, workshops e demais ações desenvolvidas pela FAESB;
- v. Possibilitar a participação dos egressos em ações específicas de cada curso;
- vi. Disponibilizar ambiente institucional para interação com o egresso.

COORDENAÇÕES E APOIO:

- ☐ Coordenações de Curso de Graduação e Pós-graduação
- ☐ Secretaria Acadêmica
- ☐ NAP
- ☐ Comissão Própria de Avaliação – CPA

PÚBLICO ALVO

- ☐ Egressos dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela FAESB.

METODOLOGIA

As Políticas de acompanhamento do egresso possibilitam o acompanhamento e aproximação do egresso, como forma de conhecer e apoiar a sua inserção profissional. Da mesma forma, essa interação proporcionará a Instituição subsídios para contribuir com a sua avaliação interna no que se refere às práticas pedagógicas adotadas para atendimento do perfil de egresso que se pretende, a nível de curso e de instituição. Nesse sentido, a instituição poderá acompanhar também as tendências e exigências externas, do mercado formal e informal, no que se refere às necessidades de formação adequadas para atendimento das demandas advindas desses locais.

O Programa funcionará no âmbito do curso de graduação e pós-graduação, com contribuições dos diversos setores da FAESB, especialmente o Setor de Tecnologia de Informação e a Comissão Própria de Avaliação Institucional. As informações acerca da inserção profissional do egresso no mercado de trabalho serão realizadas por meio digital e nos murais da IES. A possibilidade de participação do egresso e instituições empregadoras podem resultar em importantes indicadores para avaliação institucional. Os resultados obtidos poderão contribuir significativamente com os cursos e programas institucionais. Dessa forma, a FAESB reconhece a importância do acompanhamento do egresso, pois esta estratégia possibilitará discussões efetivas no âmbito dos cursos e demais programas, quanto a do trabalho desenvolvido pela instituição na sua região de abrangência.

AÇÕES

- ☐ I. Mobilização dos egressos para participação em eventos acadêmicos, artísticos e culturais promovidos pela FAESB, especialmente no âmbito do curso;
- ☐ II. Criação de ambiente para interação com o egresso: Portal do Egresso, para disponibilizar links de interesse dos egressos (benefícios, vagas de emprego, contato com as entidades de Classe, dentre outros).
- ☐ III. Elaborar formulário para aplicação de pesquisas junto aos egressos e instituições empregadoras;
- ☐ IV. Realização de pesquisas junto aos egressos e instituições empregadoras;
- ☐ V. Envolvimento do Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada curso na discussão dos resultados obtidos pelas pesquisas;
- ☐ VI. Utilização dos resultados das pesquisas para o Relatório de Autoavaliação Institucional.
- ☐ VII. Atualização dos registros dos egressos (endereço, telefone, e-mail, local de trabalho, dentre outros)
- ☐ VIII. Divulgação das possibilidades de formação continuada ofertadas pela Instituição (cursos de especialização, extensão, dentre outros).

ANEXO **QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS**

Prezado (a) Egresso (a),
Este questionário objetiva coletar informações sobre o desenvolvimento profissional dos egressos da Instituição. Para tanto, solicitamos a colaboração de todos no preenchimento das questões a seguir, a fim de que possamos melhor atender os anseios dos alunos e às necessidades da sociedade.

1. Nome:
2. Endereço:
3. Telefone:
4. E-mail:

INFORMAÇÕES SOBRE O EGRESSO

1. Sexo
2. Naturalidade:
3. Nacionalidade:
4. Idade:
5. Estado Civil
6. Número de dependentes:
7. Residência:
 - ☐ Casa própria quitada
 - ☐ Casa dos pais
 - ☐ Casa própria financiada
 - ☐ Outra
8. Curso concluído no Faculdade:
9. Ano de conclusão do curso:
10. Idade quando da conclusão do curso:
11. Qual é a duração do curso que você concluiu?
12. Em quanto tempo você concluiu seu curso?
13. Além do Curso realizado na Faculdade, você possui outro(s) Curso(s) de Graduação?
14. Está cursando outro curso de Graduação?
15. Você já concluiu algum curso de pós-graduação?
16. Você está cursando pós-graduação?

SOBRE O CURSO

17. Há alguma dificuldade encontrada no desempenho de sua profissão, em relação ao currículo cursado, como:
 - ☐ Carga horária das disciplinas básicas que foi pequena.
 - ☐ Carga horária das disciplinas específicas foi pequena.
 - ☐ Carga horária das disciplinas das humanidades foi pequena.
 - ☐ Pouca articulação entre as disciplinas
 - ☐ Outra.
18. A matriz curricular foi suficiente para seu desempenho profissional?

- ☐ Sim
- ☐ Não

19. Comente:

20. Na sua opinião, qual (is) a (s) característica (s) mais importante (s) que um profissional deve possuir atualmente?

- ☐ Domínio de produção de texto
- ☐ Domínio de língua estrangeira
- ☐ Consistência científica
- ☐ Lucidez de conhecimento técnico
- ☐ Responsabilidade técnica
- ☐ Capacidade criativa
- ☐ Compromisso social (inclui ética profissional)
- ☐ Capacidade de trabalho em equipe
- ☐ Segurança profissional
- ☐ Outra.

21. Avalie alguns aspectos referentes ao curso no qual se graduou

- ☐ O corpo docente possuía um bom nível de conhecimento.
- ☐ Os conteúdos/programas das disciplinas foram adequadamente desenvolvidos.
- ☐ Os conteúdos/programas auxiliaram na formação pessoal e profissional.
- ☐ Os recursos didático-pedagógicos disponíveis para o desenvolvimento das atividades/aulas do curso foram adequados.
- ☐ O espaço físico disponível para o desenvolvimento das atividades/aulas do curso foram adequados.
- ☐ Houve equilíbrio entre a distribuição das disciplinas de formação geral e de formação específica na proposta curricular do curso.
- ☐ O estágio, no curso, serviu para sistematizar/testar/exercitar os conhecimentos adquiridos.
- ☐ Em termos de experiência profissional, foi importante ter feito curso na IES.
- ☐ Em termos de crescimento pessoal, foi importante ter efetuado o curso.

22. Considerando os conhecimentos necessários para uma boa formação, qual deveria ser a duração do seu curso de graduação? Por quê?

23. Para você o profissional deve possuir uma formação generalista ou especializada? Por quê?

24. Qual o balanço, entre as disciplinas, ideal para a formação básicas e específicas, respectivamente:

- ☐ 40 – 60%
- ☐ 50 – 50%
- ☐ 60 – 40%

25. Qual? Por quê?

26. Quais são os espaços sociais e profissionais mais promissores para quem graduou no seu curso? Por quê?

27. Você recomendaria seu curso para outras pessoas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

28. Tendo respondido de forma afirmativa ou negativa à questão anterior, justifique:

- ☐ Devido a matriz curricular
- ☐ Devido as ofertas de trabalho
- ☐ Devido a estrutura da Faculdade CERRADO.
- ☐ Devido a regulamentação da profissão
- ☐ Outro.

29. Qual o seu grau de satisfação com o curso concluído na Faculdade em relação à formação obtida? Marque o item caso esteja satisfeito:

- ☐ Formação teórica
- ☐ Formação cidadã (formação geral para a vida)
- ☐ Formação prática
- ☐ Formação apropriada para as suas Atividades profissionais.

SOBRE A INSTITUIÇÃO

30. A imagem da Faculdade interferiu na sua inserção no mercado de trabalho:

- ☐ Positivamente
- ☐ Negatividade
- ☐ Não interferiu

31. Com relação a um possível retorno a Faculdade , você: (é possível assinalar mais de uma alternativa

- ☐ Faria outro curso de graduação
- ☐ Gostaria de frequentar um curso de atualização/extensão
- ☐ Gostaria de frequentar um curso de Pós-Graduação
- ☐ Não tem intenção de retornar a Faculdade

32. Você acompanha as notícias, informações e eventos promovidos pela Instituição?

- ☐ Sim
- ☐ Mais ou menos
- ☐ Raramente
- ☐ Não

33. Pelas informações e outras referências que chegam até você daria pra dizer que a Faculdade:

- ☐ É uma boa instituição.
- ☐ Está se constituindo numa boa instituição
- ☐ Não evolui em termos de qualidade de sua atuação.
- ☐ Está perdendo os referenciais de qualidade de ensino.
- ☐ Outra opinião.

34. Você teria críticas e/ou sugestões para a Faculdade?

SOBRE SUA VIDA PROFISSIONAL APÓS O CURSO

35. Você se mantém atualizado no seu exercício profissional?

- ☐ Sim
- ☐ Não

36. Em caso afirmativo especifique o meio:

- ☐ Livros ou revistas especializadas
- ☐ Cursos à distância
- ☐ Encontros/Congressos
- ☐ Cursos de curta duração
- ☐ Outro

37. Quanto tempo transcorreu entre a sua formatura e seu primeiro emprego na área de formação?

- ☐ Até 6 meses
- ☐ de 6 meses até 1 ano
- ☐ de 1 ano até 2 anos
- ☐ mais de 2 anos

38. Qual a sua renda mensal?

- ☐ até um Salário Mínimo Nacional;
- ☐ de um a três Salários Mínimos;
- ☐ de três a cinco Salários Mínimos;
- ☐ de cinco a dez Salários Mínimos;
- ☐ mais de dez Salários Mínimos.

☐

39. Personalidade jurídica da instituição onde trabalha:

- ☐ privada
- ☐ pública
- ☐ ONG
- ☐ movimento social
- ☐ Outros

40. Nome do local de trabalho:

41. Cidade:

42. Estado:

43. Porte da instituição onde exerce a atividade:

- ☐ empresa individual (Autônomo ou Profissional Liberal)
- ☐ microempresa;
- ☐ pequena empresa
- ☐ média empresa
- ☐ grande empresa;

44. Tempo de trabalho na empresa onde exerce sua atividade de formação:

- ☐ até seis meses
- ☐ de seis meses a um ano
- ☐ de um ano até um ano e meio
- ☐ mais de um ano e meio

45. Quais benefícios oferta sua empresa.

- ☐ vale transporte
- ☐ vale ou auxílio alimentação
- ☐ alimentação no local de trabalho
- ☐ convênio de saúde
- ☐ convênio odontológico
- ☐ auxílio moradia
- ☐ treinamento profissional



FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO - TABELA DOCENTE

Professor	Titulação	Rel. de Trab	Disciplinas	Horas semanais	Sala de aula	Colegiado	NDE	Coordenação	Nº de trabalhos publicados (2020-2023)
Antonieta Profeta dos Santos	Especialista	Integral	Trabalho de Conclusão de Curso	40	26	4	10	20	
Edmila Silva de Oliveira	Mestre	Parcial	Fundamentos de Gestão	20	6	4	10		10
Elionice Cavalho Silva	Mestre	Parcial	Fundamentos da Educação a	20	6	4	10		
Evanilda Teles dos Santos Pedrosa	Mestre	Parcial	Multiculturalismo e diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional	20	6	4	10		7
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor	Integral	Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas	40	6	4	10		7
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre	Parcial	Matemática: Conteúdos e Métodos	20	6	4	10		5
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	Parcial	Educação de Jovens e Adultos: métodos e fundamentos	20	6	4	10		3
Paulo Teixeira	Mestre	Integral	Posicionamento profissional	40	6	4	10		3
Rodrigo Silveira Almeida	Especialista	Parcial	Análise de conjunturas social, política e cultural	20	20				5
Wagner Rocha Galvão	Mestre	Integral	Pesquisa e Prática Pedagógica VII	40	26	4	10		